

MARCELO PEREIRA ROCHA

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DO ESTADO DE MATO
GROSSO NO CONTEXTO DAS REFORMAS
EDUCACIONAIS: O GINÁSIO OSVALDO CRUZ (1927-1949).**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande
maio – 2010**

MARCELO PEREIRA ROCHA

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DO ESTADO DE MATO
GROSSO NO CONTEXTO DAS REFORMAS
EDUCACIONAIS: O GINÁSIO OSVALDO CRUZ (1927-1949).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador (a): Prof. (a) Dr. (a) Regina Tereza Cestari de Oliveira

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande
maio – 2010

O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DO ESTADO DE MATO
GROSSO NO CONTEXTO DAS REFORMAS
EDUCACIONAIS: O GINÁSIO OSVALDO CRUZ (1927-1949).

MARCELO PEREIRA ROCHA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a Regina Tereza Cestari de Oliveira - UCDB Regina Tereza Cestari de Oliveira
Dr^a Mariluce Bittar - UCDB Mariluce Bittar
Dr^a Marisa Bittar - UFSCar Marisa Bittar

Campo Grande, 07 de maio de 2010

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E
DOUTORADO

À minha mãe Maria, aos meus irmãos Helton e Aline.

À minha companheira Karine e a minha filha Sofia.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer à minha mãe Maria que me ensinou a ser uma pessoa serena e esforçada.

Aos meus irmãos Helton e Aline que me ajudaram com conselhos em momentos de dificuldades.

Gostaria de expressar minha gratidão à minha companheira Karine que foi paciente comigo.

À minha orientadora e professora Regina Cestari que muito me ajudou na elaboração desta Dissertação de Mestrado. A professora Mariluce Bittar e Marisa Bittar que contribuíram com sugestões decisivas para o aprimoramento deste trabalho.

À Sonia Maria secretária do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco.

ROCHA, Marcelo Pereira. O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS: O GINÁSIO OSVALDO CRUZ (1927-1949). Campo Grande, 2010. 97 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Esta pesquisa está inserida no projeto integrado “As Instituições Escolares no Sul do Estado de Mato Grosso: gênese, implantação e consolidação (1920 – 1940)” vinculado a Linha de Pesquisa “Política Educacional, Gestão da Escola e Formação de Professores”, do Programa de Pós- Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Bosco. O seu objetivo é analisar o processo de implantação do ensino secundário, via Ginásio Osvaldo Cruz, no período de 1927 a 1949, em Campo Grande, Sul do estado de Mato Grosso (hoje, estado de Mato Grosso do Sul). Os objetivos específicos são: a) identificar as razões da presença do setor privado no oferecimento do ensino secundário em Campo Grande; b) verificar como ocorreu o processo de equiparação, ou seja, o reconhecimento oficial do Ginásio Osvaldo Cruz, no âmbito das reformas educacionais nacionais do período; c) investigar o processo de organização escolar e o papel social desempenhado pelo Ginásio Osvaldo Cruz, como instituição particular de ensino secundário, em Campo Grande. O estudo baseia-se em fontes documentais constituídas por leis, decretos, regulamentos, mensagens presidenciais enviadas à Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso, relatórios dos intendentess de Campo Grande e relatório apresentado pelo diretor do Ginásio, levantadas em arquivos públicos e particulares; atas da Câmara Municipal de Campo Grande, assim como jornais da época. Os resultados mostram que na região sul do Estado de Mato Grosso, diante da ausência de ginásios públicos, a iniciativa privada implantou em 1927, o ensino secundário, em Campo Grande, ou seja, o Instituto Osvaldo Cruz. Em 1929, com a realização dos primeiros exames de admissão ao curso ginásial, o Instituto passou a denominar-se Ginásio Osvaldo Cruz. A equiparação foi obtida em 1933, inicialmente como reconhecimento preliminar, sob a vigência da Reforma Francisco Campos, sendo reconhecido permanentemente pelo governo federal em 1944 e elevado a Colégio em 1948, no âmbito da Reforma Capanema. Esta Instituição funcionou nos três períodos, matutino, vespertino e noturno, em regime de internato e de externato atendendo, predominantemente, estudantes do sexo masculino, oriundos de famílias com condições sócio-econômicas. O corpo docente era constituído, em sua maioria, por profissionais liberais como médicos, farmacêuticos, advogados e engenheiros. Pode-se concluir que o Ginásio Osvaldo Cruz cumpriu o papel de formar os jovens sul-mato-grossenses que aspiravam ao ensino superior.

Palavras-chave: Política Educacional; Instituição de Ensino Secundário; Iniciativa Particular.

ABSTRACT

The research in hand is inserted in the integrated Project “School Institutions in the South of the State of Mato Grosso: genesis, implantation and consolidation (1920-1940)”, linked to the Line of Research “Educational Policy, School Direction and Teacher Training”, of the Post Graduate Program in Education – Master’s Degree and Doctorate, of the Dom Bosco Catholic University. The aim of the study is to analyze the process and implantation of secondary teaching, via the Oswaldo Cruz Secondary School, in the period from 1927 to 1949, in Campo Grande, south of the State of Mato Grosso (today, the State of Mato Grosso do Sul). The specific aims are: a) to analyze the reasons for the presence of the private sector in the offering of secondary teaching in Campo Grande; b) to verify how the process of grading, that is, the official recognition of the Oswaldo Cruz Secondary School took place, within the ambit of national educational reform of the period; c) to investigate the process of school organization and the social role carried out by the Oswaldo Cruz Secondary School, as a private institution of secondary teaching, in Campo Grande. The study is based on documental resources made up of laws, decrees, regulations, presidential messages sent to the Legislative Assembly of the State of Mato Grosso, reports from quartermasters of Campo Grande and a report presented by the Director of the Secondary School, found in public and private archives, minutes of the Municipal Chamber of Campo Grande, as well as newspapers from the period. The results show that the southern region of the State of Mato Grosso, given the absence of public secondary schools, the private initiative implanted in 1927, secondary teaching in Campo Grande, that is, the Oswaldo Cruz Institute. In 1929, with the carrying out of the first exams for admission to the secondary school course, the Institute took on the name Oswaldo Cruz Secondary School. This grading was obtained in 1933, initially as a preliminary recognition, under the validity of the Francisco Campos Reform, being recognized permanently by the federal government in 1944 and raised to College level in 1948, within the ambit of the Capanema reform. This Institution functioned in all three periods, morning, afternoon and evening both as a boarding school and day school and attended, predominantly, students of the masculine sex, coming from families in a good socio-economic situation. The teaching body was made up of, in the majority, liberal professionals such as doctors, chemists, lawyers and engineers. It can be concluded that the Oswaldo Cruz Secondary School fulfilled its role of preparing young people from south Mato Grosso who wished to go on to higher learning and, in general to positions in public administration or traditionally prestigious professions.

Key words: Educational Policies; Institution of Secondary Education; Private Initiative.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|----------------------------------------------------------------------------|
| ARCA | Arquivo Público de Campo Grande |
| FUNDAC | Fundação Municipal de Cultura |
| GEM | Grupo da Educação e Memória |
| GEPPE | Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação |
| GEPSE | Grupo de Estudos Sociedade, História e Educação |
| NEPPI | Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas |
| HISTEDBR | História, Sociedade e Educação no Brasil |
| UCDB | Universidade Católica Dom Bosco |
| UEMS | Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul |
| UFMS | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul |
| UFMT | Universidade Federal de Mato Grosso |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|----------------------------------------------------------|----|
| IMAGEM 1 – GINÁSIO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – 1927..... | 68 |
| IMAGEM 2 – GINÁSIO OSVALDO CRUZ NA DÉCADA DE 1920..... | 70 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 1 – ESTATÍSTICA ESCOLAR DE MATO GROSSO EM 1918..... | 54 |
| TABELA 2 – INSTRUÇÃO ESCOLAR EM MATO GROSSO EM 1933..... | 55 |
| TABELA 3 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE (1929)..... | 69 |
| TABELA 4 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM CAMPO GRANDE EM 1933..... | 69 |
| TABELA 5 – PATRIMÔNIO DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ..... | 81 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 1 – VALOR DAS MENSALIDADES NO GINÁSIO OSVALDO CRUZ..... | 78 |
| QUADRO 2 – CORPO DOCENTE DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ NA DÉCADA DE 1930..... | 82 |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO BRASIL | 22 |
| 1.1 A Educação Secundária no período Imperial..... | 22 |
| 1.2 As Reformas Educacionais na Primeira República..... | 25 |
| 1.3 As Reformas Educacionais no Governo Vargas (1930 – 1945)..... | 34 |
| 1.3.1 Reforma Francisco Campos..... | 36 |
| 1.3.2 Reforma Capanema..... | 40 |
| CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA EM MATO GROSSO | 44 |
| 2.1 Aspectos históricos, sociais, econômicos e educacionais do estado de Mato Grosso..... | 44 |
| 2.2 A Educação Secundária em Mato Grosso na Primeira República..... | 49 |
| 2.3 A Educação Secundária Mato-Grossense no governo Vargas (1930 – 1945)..... | 55 |
| CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA EM CAMPO GRANDE: O GINÁSIO OSVALDO CRUZ | 58 |
| 3.1 Caracterização do município de Campo Grande..... | 58 |
| 3.1.1 Campo Grande no Contexto pós-1930..... | 63 |
| 3.2 A Educação Secundária em Campo Grande..... | 65 |
| 3.3 O Ginásio Osvaldo Cruz: seu fundador, mantenedores e o processo de reconhecimento oficial | 70 |
| 3.3.1 Ginásio Osvaldo Cruz: perfil dos alunos e professores..... | 78 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 84 |
| REFERÊNCIAS | 90 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga o processo de implantação do ensino secundário, via Ginásio Osvaldo Cruz, em Campo Grande, no sul do estado de Mato Grosso, no período de 1927 a 1949. Está inserida no projeto “As Instituições Escolares no Sul do Estado de Mato Grosso: gênese, implantação e consolidação (1910-1940)”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação (GEPPE), da Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

A decisão pelo desenvolvimento de estudos históricos no campo da educação direcionado às instituições escolares deve-se a minha formação em História na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), assim como ao contato com as atividades de leituras e discussões e, de modo específico, com os projetos em desenvolvimento por integrantes do referido Grupo de Pesquisa, relacionados à política educacional mato-grossense, que direcionou a gênese, a organização e a consolidação das instituições escolares, especialmente, de ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso.

No decorrer das atividades do Grupo percebeu-se que o tema instituições escolares vem sendo abordado por vários pesquisadores de outras regiões, chegando a ser eixo temático em diferentes eventos, entre eles, os do Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR).

Nosella e Buffa (2005) salientam que a partir da década de 1990 estudos sobre o tema instituições escolares têm se multiplicado rapidamente. Os referidos autores argumentam que entre 1950 e 1960 são registrados estudos, particularmente em São Paulo, como de José

Ferreira Carrato sobre as origens do Colégio Caraça e Maria Aparecida Rocha Bauab, sobre a única Escola Normal no Império.

Um segundo período, segundo os autores, marcado pela criação e expansão dos programas de pós-graduação em Educação, situado entre 1970 e 1980, foi fecundo para o desenvolvimento de estudos históricos da educação. Por fim,

O terceiro momento do desenvolvimento dos estudos históricos da educação inicia-se nos anos 1990 e caracteriza-se pela consolidação da pós-graduação. É teoricamente marcado pela chamada crise dos paradigmas. Propõe-se, então, o pluralismo epistemológico e temático e privilegia-se o estudo de objetos singulares. O aspecto positivo dessa fase, que ainda hoje perdura, é representado pela ampliação das linhas de investigação, pela diversidade teórico-metodológica e pela utilização das mais variadas fontes de pesquisa (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 354).

De acordo com Castanho (2007, p. 43), somente houve escolarização no Brasil nos fins do período imperial, pois antes ocorreram “antecipações” de institucionalização da escola no Brasil. Segundo, ainda, o autor, instituições escolares,

No sentido próprio, trata-se de lugar social dotado de permanência, ou estabilidade, cercado de reconhecimento em sua missão, mantido por recursos materiais e humanos delimitados, normatizado externa e internamente e, enfim, sustentado por valores, idéias e comportamentos que, no seu conjunto, constituem a cultura institucional, no caso, a cultura escolar (CASTANHO, 2007, p. 40).

A escolha do tema instituições escolares para estudo desta dissertação parte do pressuposto, conforme Sanfelice (2007), de que todas as instituições escolares (particular ou pública; urbana ou rural, por exemplo) são objetos de pesquisa histórica. Nesse sentido,

[...] não há instituição escolar e educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica. O maior ou menor grau de relevância de uma instituição, seja do ponto de vista econômico, político, educacional e segundo critérios específicos, não pode tolher a escolha do historiador. Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas (SANFELICE, 2007, p. 79).

Assim, as instituições escolares não devem ser compreendidas isoladas da sociedade nas quais estão inseridas, pois, utilizando as palavras de Saviani (2007, p. 5),

As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem.

Araújo (2007, p. 96) acrescenta que as instituições escolares não devem ser entendidas como “expressões singulares, particulares, individualizadas ou ilhadas”, mas elas

devem ser analisadas como “co-partícipes de projetos históricos que revelam projetos ideativos”.

No que diz respeito à temporalidade, Sanfelice (2007, p. 76), além de elencá-la como “condicionante inicial” de uma pesquisa para quem busca estudar a história de uma instituição, afirma que ajuda os pesquisadores a refletirem sobre a necessidade de pesquisar a “história somente do passado ou por uma história do passado e do presente”.

Desta forma, optou-se por um recorte cronológico do passado, isto é, entre 1927 e 1949. O recorte se justifica pelo fato de que em 1927 foi criado o Instituto Osvaldo Cruz em Campo Grande. E, em 1929, com a realização dos primeiros exames de admissão ao curso ginásial, o Instituto passou a denominar-se Ginásio Osvaldo Cruz¹. Já, em 8 de fevereiro de 1944, o curso ginásial foi reconhecido pelo Governo Federal, sob regime de inspeção permanente, por meio do Decreto Federal nº 14.708, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema.

Por fim, o Ginásio Osvaldo Cruz, em 1949, foi elevado a Colégio pelo Decreto Federal nº 26.402, conforme o Decreto Federal nº 4.244 de 1942 divulgado no Governo Vargas (1930-1945), quando o ensino secundário foi dividido em dois ciclos (ginásial e colegial), consolidando a presença do referido estabelecimento como instituição secundária credenciada a instruir, principalmente, a juventude do sul do Estado de Mato Grosso.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de implantação do Ginásio Osvaldo Cruz, no período de 1927 a 1949, estabelecimento particular que ofereceu o ensino secundário ginásial em Campo Grande, no sul do Estado de Mato Grosso. Os objetivos específicos são:

- identificar as razões da presença da iniciativa particular no oferecimento do ensino secundário em Campo Grande;
- verificar como ocorreu o processo de equiparação, ou seja, o reconhecimento oficial² do Ginásio Osvaldo Cruz, no âmbito das reformas educacionais do período;

¹ A denominação utilizada no trabalho será Ginásio Osvaldo Cruz.

² Conforme Cury (2009, p. 718) “Entenda-se por *ensino oficial* aquele criado e mantido pelos poderes públicos, aos quais também pertence a titularidade privativa da chancela dos certificados e diplomas. Os primeiros atestam a conclusão de um curso escolar, o segundo é condição para o exercício de profissões regulamentadas. Goza das prerrogativas do *ensino oficial* aquele ofertado pela iniciativa privada autorizada a fazê-lo, tendo em vista a *liberdade de ensino*. Por consequência, pode-se dizer que o ensino oferecido pela iniciativa privada, quando autorizado, tem o valor do *ensino oficial*”.

- investigar o processo de organização escolar e o papel social desempenhado pelo Ginásio Osvaldo Cruz, como instituição particular de ensino secundário, em Campo Grande.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o primeiro passo foi à seleção e leituras bibliográficas, iniciando pela biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Nela encontravam-se livros publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, no qual foram reproduzidos os relatórios dos intendentes (prefeitos) Rosário Congro (1918 – 1919), Andrade Gomes (1921 – 1923) e Manuel Joaquim de Moraes (1927 – 1929), vice-intendente quando elaborou o relatório de prestação de contas apresentado à Câmara Municipal de Campo Grande em 1929.

Ainda, para definição do objeto de estudo, teses e dissertações foram selecionadas no banco de dados da CAPES e das bibliotecas dos Programas de Pós-Graduação em Educação de diferentes Universidades. Destacam-se, inicialmente, as dissertações de Mestrado e, posteriormente, as teses de Doutorado, relacionadas às instituições escolares. Cabe salientar que os estudos citados a seguir mostraram, principalmente, o reduzido número de trabalhos que abordam o ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso, hoje, estado de Mato Grosso do Sul, e acentuaram a relevância e necessidade deste estudo.

Na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a dissertação de Arlene da Silva Gonçalves (2009) intitulada “Os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho em Campo Grande, Sul do Estado (1920-1950)”, estudou a implantação do primeiro grupo escolar na referida cidade, em um período de reorganização no cenário nacional das práticas escolares do ensino primário.

Na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 2001, Maria Inês Zanelli defendeu a dissertação intitulada “A Criação do Liceu Cuiabano e a Formação dos Intelectuais no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias”. Segundo a autora o Liceu Cuiabano seguiu os parâmetros do Colégio Pedro II e foi criado na intenção de renovar e modernizar o currículo seguido pelo Seminário Episcopal da Conceição. Ela argumenta, também, que o Liceu foi “gestado pela elite política imperial que tinha como missão, a partir da década de 70 do século XIX, construir um Brasil moderno e civilizado”.

Ainda, na UFMT, foi elaborada a dissertação de mestrado de Ivone Goularte Lopes (2002). Essa autora estudou o Asilo de Santa Rita, instituição que atendia exclusivamente o público feminino. Lopes percebeu que o referido estabelecimento de ensino foi uma tentativa da Igreja em reconquistar sua influência perante o Estado, o povo e a elite.

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 1997, foram elaboradas duas dissertações. A primeira de autoria de Cláudia Regina de Brito, que estudou a Escola Visconde de Cairú, intitulada “‘Escola de Japoneses’: Educação e Etnicidade em Mato Grosso do Sul”. A autora argumenta que a escola foi criada para atender a demanda dos imigrantes japoneses. A segunda, por sua vez, foi desenvolvida por José Manfroi – “A Missão Salesiana e a Educação” – em que pesquisou duas instituições de ensino salesiano: O Colégio Santa Tereza e a Cidade Dom Bosco, entre 1899 até 1996.

Marisa Santos Miranda, em 2001, defendeu sua dissertação de Mestrado “Texto e contexto: educação e presença alemã no sul de Mato Grosso - 1920 a 1934” na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A referida autora analisa a escolha de Mato Grosso para a instalação da Colônia Agrícola de Terenos, ao invés de outras colônias mais desenvolvidas no sul do Brasil e discutiu questões de integração dos estudantes alemães ao sistema brasileiro de ensino.

Foram elaboradas, ainda na UFMS, as seguintes dissertações sobre a instituição de ensino pública denominada, inicialmente, Ginásio Estadual campo-grandense³. Marta Banducci Rahe (2006), elaborou a dissertação intitulada “A disciplina língua inglesa e o ‘sotaque norte americano’: uma investigação das práticas docentes no Maria Constança (1955-2005)”, com foco de análise na disciplina língua inglesa na Escola Estadual Maria Constança. Outra dissertação é de Paulo Henrique Azuaga Braga (2006), com o título “A disciplina Educação Física no Maria Constança: Expressões da Cultura Escolar no período de 1954 – 1964”. O autor estudou a configuração da disciplina Educação Física, no âmbito do currículo escolar ginásial.

Ainda, em 2006, Maria Angélica Cardoso defendeu sua dissertação sobre “O Ensino de História nas séries iniciais do ensino de primeiro grau na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1977–2002)”⁴.

Também, na UFMS, Rosana Sant’Ana de Moraes (2007) apresentou a dissertação “História da disciplina Língua Espanhola expressa nas Leis e na Cultura Escolar do Colégio “Maria Constança” em Campo Grande-MT (1953-1961)”, no âmbito do currículo ginásial. A

³ Ressalta-se que atualmente o nome da escola, isto é, Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado, homenageia sua idealizadora.

⁴ Maria Constança de Barros Machado “Muito moça, ela deixou Cuiabá, cidade que a viu nascer, para lançar-se à aventura do ensino em Campo Grande, num tempo de grande rivalidade entre as duas cidades. Aqui [em Campo Grande] se fez respeitar pela competência, aliada à energia, que emanava da paixão com que se entregava à causa educacional. Por mais de trinta anos deu aulas, dirigiu escolas, sem conceder a si mesma um minuto de descanso, nem mesmo nos feriados ou nas férias escolares” (SÁ ROSA, 1990, p. 61).

autora analisa a introdução da disciplina Língua Espanhola no currículo (1953 – 1961) e constatou que a referida disciplina era inferiorizada em relação às demais.

Defendeu, também, sua dissertação de mestrado intitulada “Pesquisas em História da Educação: o Livro Didático como fonte”, na UFMS, em 2007, Adriana Alves de Lima Rocha. Ela reconstruiu a história do currículo do Colégio Maria Constança na década de 1960. Essa autora percebeu a característica propedêutica na formação dos estudantes desse estabelecimento de ensino secundário.

A dissertação elaborada por Mara Regina Martins Jacomeli (1998), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), intitulada “A Instrução Pública Primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 – 1927” salienta sobre a economia colonial de Mato Grosso. Argumenta que as precárias condições financeiras de Mato Grosso foram devido à crise do ouro, ao movimento conhecido como Rusga e à Guerra do Paraguai. Ela explica, também, que após o Ato Adicional de 1834 o estado de Mato Grosso não conseguiu reorganizar imediatamente a instrução primária e secundária. A referida autora analisa o desenvolvimento econômico de Mato Grosso no período republicano, assim como a Reforma Educacional de 1891.

Sobre estudos relacionados ao ensino secundário em outras regiões do país destaca-se a dissertação de Solange Guimarães Valadares de Sousa (2005) intitulada “O Papel Social do Ginásio Manuel Borba em Goiana – PE: Alternativa Local de Ensino Secundário para Rapazes (1947/1961)”, vinculada ao Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, que analisou o papel social e a importância do Ginásio Manuel Borba (GMB), a única instituição para os jovens em Goiana. Por meio do estudo de decretos-leis reconstituiu o processo de implantação, organização e funcionamento desse ginásio que visava “a formação das elites condutoras do país”, que segundo a autora, desempenhou papel importante na formação dos jovens pernambucanos.

Sousa (2005, p. 16) salienta, também, que “A falta de estudos sobre escolas particulares evidencia o preconceito, o desinteresse e o pouco caso que se tem feito da contribuição de tais instituições na promoção social de tantos jovens”. Essa autora argumenta, ainda, que assim como o Ginásio Manuel Borba outros estabelecimentos de ensino “eram movidos pelo idealismo de seus fundadores, não estando presos a interesses unicamente econômico-financeiros, mas também a objetivos sócio-culturais”.

Quanto às teses de Doutorado, sobre instituições escolares no sul de Mato Grosso, destaca-se, a tese de Silvia Helena Andrade de Brito. Esta autora desenvolveu sua pesquisa na UNICAMP sobre a “Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-

1954)”, em 2001; estudou como se organizou a educação pública e privada na fronteira Oeste do Brasil.

Outra tese de Doutorado selecionada foi a intitulada: “Gatos Pelados x Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação Laica e da Educação Católica na Cidade de Pelotas (década de 1930 e 1960)” de Giana Lange do Amaral (2003). Essa autora estudou um ginásio católico e um maçônico, em Porto Alegre, o que lhe permitiu analisar a formação da identidade dos estudantes que frequentavam os referidos ginásios.

Por fim, o livro de Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2006), com o título “O ideário republicano e a educação: Uma Contribuição à História das Instituições” apresenta o argumento de que o colégio mantido pela sociedade “Culto à Ciência” foi implantado e estruturado pela e para a elite do oeste paulista.

O levantamento apresentado anteriormente evidenciou a ausência de estudos sobre as instituições de ensino secundário no período, de modo específico em Campo Grande, hoje, capital de Mato Grosso do Sul e justifica a relevância desta pesquisa para o avanço dos estudos sobre instituições escolares, no sul do estado e a escolha do Ginásio Osvaldo Cruz.

Em um segundo momento, procedeu-se ao levantamento documental em bibliotecas e arquivos públicos e particulares, tanto impressos, como virtuais, além de um levantamento no *site* do Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), para ter acesso à legislação educacional do período. A continuidade da pesquisa documental ocorreu no *site* da Câmara Federal no qual se encontra armazenado considerável número de leis do Império e da República, assim como das Constituições brasileiras.

Ainda, no acervo da Fundação Barbosa Rodrigues, em Campo Grande, encontrou-se jornais da década de 1930 a 1940. Concomitantemente pesquisou-se no Arquivo Público de Campo Grande (ARCA), assim como no Arquivo Público de Mato Grosso do Sul, para coletar fontes primárias e/ou secundárias para a pesquisa. No Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, encontrou-se jornais, como: A Cruz, Folha da Serra, O Progressista e o Jornal do Commercio. Estes forneceram informações relacionadas ao contexto histórico e aos estabelecimentos de ensino de Mato Grosso e de Campo Grande.

Posteriormente, procedeu-se ao levantamento na Câmara Municipal de Campo Grande. Verificou-se que se encontram as atas desde as primeiras sessões, em 1905. No entanto, há uma lacuna, quanto ao registro das atas, entre o período de 9 de fevereiro a 2 de abril de 1927. Nas décadas de 1930 e 1940 as informações são escassas, o que prejudicou o

acesso às informações, principalmente alusivas ao Ginásio Osvaldo Cruz, assim como às decisões dos vereadores no referido período.

Outro obstáculo diz respeito ao acesso à documentação do Colégio Osvaldo Cruz. Apesar de vários contatos com a direção da escola e uma sinalização inicialmente positiva, não se obteve permissão para consulta ao seu arquivo, devido ao encerramento das atividades do estabelecimento de ensino, no decorrer da pesquisa.

Ressalta-se que o prédio da escola foi tombado pelo patrimônio histórico, em 1997, e segundo o jornal Correio do Estado (1997),

A diretora do estabelecimento, Luiza Helena Morelo, disse que é ótimo preservar a história e o patrimônio do município. ‘O prédio guarda documentos históricos e faz parte da nossa história’, justifica Luiza Helena Morelo que administra o Colégio Osvaldo Cruz desde 1º de fevereiro de 1976 (CORREIO DO ESTADO, 1997).

Outros materiais sobre a instituição em estudo foram coletados na Fundação Municipal da Cultura (FUNDAC), onde foram encontrados documentos referentes ao Ginásio Osvaldo Cruz, como jornais, ofícios recebidos do Ministério da Educação e um relatório escrito, em 1939, pelo diretor Enzo Ciantelli, além de documentos de inspeção federal permanente do curso comercial e do ginásial.

Sobre a documentação primária é relevante destacar, também, o acesso aos documentos levantados no Centro de Documentação Teko Arandu, do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), e no Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas Públicas e Gestão da Educação (GEPPE) da UCDB, como mensagens presidenciais enviadas à Assembléia legislativa do estado de Mato Grosso.

Diante do exposto, o trabalho está organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo denominado “**A Educação Secundária no Brasil**” discute como se processou a organização da educação secundária no Brasil, no período de 1889 até os anos finais de 1940. Apresenta-se o contexto histórico e, em seguida, situa as reformas educacionais relacionadas ao ensino secundário no país.

No segundo capítulo, intitulado “**A Educação Secundária em Mato Grosso**”, caracteriza-se, inicialmente, os aspectos econômicos, políticos e sociais do referido estado, para, em seguida, descrever as reformas de instrução pública no estado de Mato Grosso, ao longo do período em estudo.

No terceiro capítulo “**A Educação Secundária em Campo Grande: O Ginásio Osvaldo Cruz**” enfatiza-se o processo de implantação do Ginásio Osvaldo Cruz, instituição

de ensino secundário em Campo Grande. Apresenta-se, ainda, os aspectos econômicos, políticos e sociais de Campo Grande, no sul do Estado de Mato Grosso.

Nas **considerações finais** apresenta-se a síntese dos capítulos, destacando-se os principais resultados da pesquisa.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO BRASIL

Este capítulo objetiva analisar como se processou a organização da educação secundária no Brasil, ao longo da Primeira República (1889-1930), assim como nos anos que compreendem o período de 1930 até o final da década de 1940. Inicialmente apresenta-se o contexto histórico para em seguida, situar as reformas educacionais relacionadas ao ensino secundário no país.

Antes da análise dessa organização pelo Brasil no período mencionado, importa caracterizar, de forma breve e sintética, a situação do ensino secundário no período Imperial para, na sequência, compreender as mudanças estabelecidas pelas reformas educacionais no período republicano.

1.1 A Educação Secundária no período Imperial

Convém lembrar que o marco inicial da história da educação brasileira está relacionado à vinda dos jesuítas em 1549, no período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. Os jesuítas organizavam seus estabelecimentos de ensino secundário, sob a forma de Colégios. Alves (1998, p. 1) salienta que: “Os colégios, caracterizados pela substituição de locais dispersos de aprendizagem por um prédio único, estiveram na raiz das práticas escolares que marcaram a modernidade”.

No entanto, o Marquês de Pombal por meio do “Alvará de 28 de junho de 1759, determinou o fechamento dos colégios jesuítas, introduzindo-se as ‘Aulas Régias’ [a] serem mantidas pela Coroa” (SAVIANI, 2004, p. 17). Sobre as aulas régias, Xavier, Ribeiro e

Noronha (1994, p. 52) salientam que “Essas aulas deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos Colégios. Através delas, aquela mesma reduzida parcela da população colonial continuava se preparando para estudos posteriores na Europa”.

Cabe assinalar que,

O tipo de ensino que, no século XIX, recebeu a denominação de *secundário*, teve suas origens na forma escolar *colégio*, moldada a partir da organização gradativa dos estudos necessários ao ingresso nas universidades surgidas em algumas cidades da Europa, ainda no período medieval (ALVES, 1998, p.2).

No período imperial brasileiro (1882 – 1889) a responsabilidade de implantar estabelecimentos de ensino primário e secundário foi transferida às províncias. Neste sentido salientam Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 62):

Essa emenda [Ato Adicional 1834] constitucional, que descentralizou a administração pública no país durante o período das Regências, acabou resultando, no que diz respeito ao sistema de instrução, na transferência da competência relativa às Escolas de Primeiras Letras para os governos provinciais.

Desta forma, a instrução pública brasileira foi dividida, inicialmente, em quatro graus segundo o primeiro projeto assinado por Januário da Cunha Barbosa, José Cardoso Pereira de Melo e Antônio Ferreira França, na sessão de 16 de julho de 1826, na Câmara do Rio de Janeiro (sede do império): Pedagogia, Liceus, Ginásios e Academias. No que diz respeito aos ginásios,

As escolas de 3.º grau ou ginásios compreendiam: ‘a análise completa das faculdades e operações do entendimento; a gramática geral ou arte de falar; a retórica ou arte de escrever; o estudo das línguas mortas e o das vivas; o conhecimento dos diversos modos de sua escritura, ou seja em diplomas ou em moedas, inscrições lapidares; a hermenêutica ou arte de distinguir os monumentos e diplomas genuínos dos apócrifos, e finalmente a geografia antiga e moderna, a cronologia e a história filosófica, tanto civil como literária’ (DODSWORTH, 1968, p. 8-9).

Neste período foi convertido o Seminário de São Joaquim no Imperial Colégio Pedro II, pelo Ministro Interino da Justiça, Pedro Araújo de Lima (Marquês de Olinda), que, por sua vez, durante seu processo histórico teve várias denominações, entre elas, destacam-se: Liceu Pedro II, Liceu Geral e Liceu Provincial, Ginásio Nacional. Esse estabelecimento de instrução secundária foi palco de várias reformas que serviram de modelo de equiparação para outras instituições criadas em todas as regiões brasileiras.

Segundo o Decreto de 2 de Dezembro de 1837 esta instituição originou-se da conversão do Seminário São Joaquim, coincidência ou não, no mesmo dia e mês em que havia nascido o futuro Imperador do Brasil, por isso, não podia esta casa de ensino receber outro

nome, senão o do jovem, no sentido de homenageá-lo. Como pode ser entendido na referida legislação: “Art. 1º O Seminário de S. Joaquim he convertido em collegio de instrução secundaria. Art. 2º Este collegio he denominado – Collegio de Pedro II” (BRASIL, 1837, p. 59).

Na análise de Cunha Junior (2008, p.23), o Colégio Pedro II “foi também idealizado para servir de modelo às demais instituições secundárias, uma tentativa do governo central de exercer a direção sobre este ramo de ensino em todo o país”.

Os legisladores dos projetos de 1846 e 1873, assim como do Decreto nº 1331 de 1854, deram continuidade, por um lado, às políticas de descentralização do ensino primário, secundário para as províncias, prevista desde o Ato Adicional de 1834, abrindo caminho para que a iniciativa particular instalasse estabelecimentos de instrução nos referidos níveis. Por outro lado, o Governo Central, na intenção de manter a “qualidade” do ensino, obrigava que os estudantes das instituições particulares prestassem seus exames nos estabelecimentos públicos, isto é, no Liceu Pedro II e Liceus gerais.

O estudo de Fernando de Azevedo evidencia o predomínio dos estabelecimentos particulares nas regiões de maior número populacional, no período Imperial, como se pode verificar.

Em 1865, para 439 alunos que no Ceará recebiam instrução secundária, 156 frequentavam o ensino público e 283, o particular; em Pernambuco, de um total de 635, matriculados em aulas e colégios, apenas 99 tinham o ensino público; na Bahia, em cujo Liceu Provincial, de todos então o mais procurado faziam as humanidades 337 alunos, 860 cursavam colégios particulares; e no próprio Município Neutro, com o seu modelar Colégio Pedro II, fundado pelo governo imperial em 1837, dos 2550 alunos de escolas secundárias, 327 eram estudantes daquele instituto oficial e os outros 2223 se distribuíam pelos seus numerosos cursos e colégios (AZEVEDO, 1976, p. 96-97).

Souza mostra que, na década de 70 do século XIX, as instituições particulares assumem o espaço deixado pelos liceus oficiais devido à fragilidade do poder público em financiá-los. A autora salienta, ainda, que,

Os liceus provinciais, em número reduzido, mantinham-se em funcionamento com grandes dificuldades, contando com poucos alunos e restringindo os cursos às disciplinas preparatórias exigidas nos exames dos cursos superiores. Em contrapartida, ocorreu a proliferação dos colégios particulares. De fato, a iniciativa particular se fortaleceu valendo-se da desestruturação dos estudos regulares e do apoio político dado à liberdade de ensino (SOUZA, 2008, p. 90).

No final do século XIX, a monarquia não correspondia mais aos interesses da alta sociedade brasileira, e não contava mais com o apoio de grupos como intelectuais, militares,

clero e latifundiários que, aliás, passaram a combatê-la. A fragilidade monárquica brasileira proporcionou instabilidade política, favorecendo a instalação da República (CARONE, 1983, p.5).

O legado deixado pelo Império, no que diz respeito à organização da instrução no Brasil resumiu-se a um ensino primário em que as crianças eram ensinadas em um sistema de aulas régias ou avulsas. O ensino secundário caracterizava-se em sua organização pelo oferecimento de exame preparatório para o ensino superior.

1.2 As Reformas Educacionais na Primeira República

A substituição do regime monárquico pelo republicano pouco mudou o sistema de sustentação da estrutura do poder político, no decorrer da Primeira República que se iniciou em 1889 e prolongou-se até 1930, como pode ser observado a seguir:

Ainda na década de 1920 e da perspectiva da dimensão política, a sociedade brasileira republicana apresenta-se como domínio de bases aparentemente sólidas, a julgar pelo modo com que continuam a se encaminhar os acontecimentos e as soluções de natureza política. Algumas alterações de importância secundária ocorreram anteriormente, do ponto de vista da ordem legal; contudo, mesmo sob este aspecto, o Estado brasileiro, no período, preserva-se com a permanência dos tradicionais imperativos (NAGLE, 2001, p. 9).

Ainda nesse período, a industrialização era a grande esperança para se superar a arcaica economia imperial brasileira, que se sustentava no sistema conhecido por *plantation*. No entanto, o sistema econômico do Império, a exemplo da política, se estendeu até 1930, mudando apenas o produto principal de exportação, isto é, de cana-de-açúcar para o café. A exportação do café era defendida arduamente pelos latifundiários, pois a alteração do sistema econômico agro-exportador pelo industrial estava diretamente associada à perda do poder político, prevalecendo nesse período, a chamada política do café-com-leite⁵.

A década de 1920, no que diz respeito ao fator econômico, constituiu-se na fase de instalação do capitalismo no Brasil, pois foi nesse período que o sistema econômico de tipo colonial, baseado no sistema agrário-comercial começou a ser substituído por outro mais autônomo, urbano-industrial (NAGLE, 2001, p. 21).

Como afirma Xavier (1990, p. 59):

⁵ A política do café-com-leite “foi consequência direta da ‘política dos governadores’, iniciada por Campos Sales durante a legislatura de 1900 – 1902. A alternância entre presidentes mineiros e paulistas, depois de Campos Sales, só foi interrompida por razões excepcionais: com os presidentes Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa” (NAGLE, 2001, p. 11, nota de rodapé).

Durante os quatro séculos de domínio da economia agroexportadora, o sistema educacional brasileiro constituiu-se no agente exclusivo de formação das camadas superiores para o exercício das atividades político-burocráticas e das profissões liberais, consolidando um padrão de ensino humanístico e elitista. A partir da emergência do processo de industrialização no país, verificou-se um crescimento acelerado da demanda social por escola, acompanhado de uma intensa mobilização das elites intelectuais em torno da reforma e expansão do sistema educacional vigente.

Assim, o advento da República e o espírito de renovação motivaram as mudanças nas instituições do sistema monárquico, ou seja, os republicanos buscaram reformar o ensino primário e secundário com o objetivo de superar o atraso educacional. Esta nova forma de governo, no que diz respeito à educação, pretendia superar a tradicional pedagogia jesuítica e humanista, ainda arraigada na educação brasileira, com um currículo literário baseado nos estudos dos clássicos da Filosofia e da Literatura.

No entanto, como mostram Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 108),

[...] o ensino primário brasileiro permaneceria até 1920 um ensino de ‘primeiras letras’, como o definiria o Decreto Imperial de 1827. Ficaria restrito, até as famosas reformas estaduais de 1920, ao aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo, como mera alfabetização.

O ensino secundário também não teve consideráveis mudanças em relação à instrução imperial, isto é, “segundo tendência que já se manifestara no Império, o humanismo das Letras com um enciclopedismo inspirado no Iluminismo e, agora, no Positivismo” se fizeram presentes na instrução secundária (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 106).

No período do Governo Provisório da República brasileira (1889 – 1891), os Decretos nºs 6 e 7 de 1889 estabeleciam, respectivamente, o “incentivo” a instrução elementar. Quer dizer, a preocupação dos republicanos também se voltava apenas para o ensino primário.

De acordo com Souza (2008),

A educação primária teve um lugar central nos projetos de modernização da sociedade brasileira, empreendidos pelos republicanos no início do século XX. A difusão de noções científicas, das habilidades de leitura, escrita e cálculo e dos conteúdos de natureza moral e cívica consubstanciavam um projeto cultural para o povo que encarnava, de certo modo, as expectativas de mudança política, econômica e socio-cultural do país.

No que diz respeito à educação secundária a Constituição de 1891 sustentava a ideia do período Imperial, ou seja, que a educação do referido nível seria de responsabilidade dos Estados Federados, cabendo ao Governo Federal, no máximo, criar estabelecimento de instrução secundária, preferencialmente, nas capitais dos Estados, devendo estes seguir as

orientações do Ginásio modelo no Distrito Federal (CURY, 2001, p. 78). Conforme o artigo 35 da referida Constituição, compete ao Congresso, mas não privativamente

[...]

2º Animar, no paiz, o desenvolvimento das letras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, a industria e o commercio, sem privilegios que tolham a acção dos governos locaes;

3º Crear instituições de ensino superior e secundario nos Estados;

4º Prover á instrucção secundaria no Districto Federal (BRASIL, 1891, p. 8).

Outro ponto relevante da Constituição de 1891, segundo Cury (2001, p. 75), é a laicização do ensino, isto é, com a separação da Igreja e o Estado, os estabelecimentos de ensino não seriam mais obrigados a seguir uma determinada religião. A vertente católica no legislativo nem teve como reagir a separação, pois a “maioria dos constituintes defendiam as posições próprias do liberalismo” (CURY, 2001, p. 73). Os liberais⁶ pretendiam um Estado disseminador da educação pública, gratuita e obrigatória. No entanto, apesar do apelo em favor da educação ter se tornado mais forte,

[...] A demanda educacional efetiva, que cresceu nas regiões urbanas, em especial no centro econômico-administrativo do país, foi atendida pela União que cuidou de ampliar a oferta de ensino de elite, o médio e o superior, para as classes médias em ascensão. Não se verificou, mesmo nesses centros, uma pressão social significativa em favor da formação técnico-científica, apesar do relativo crescimento do parque industrial local, cuja demanda de mão-de-obra era atendida basicamente por imigrantes. Esse crescimento industrial, tão lento e incipiente que nação acarretava por si mesmo a exigência de qualificação para o trabalho, mas que representava um salto qualitativo no avanço das relações de produção no país, acabou por fortalecer a difusão da ilusão liberal de ascensão social pela escolarização, que a própria aceleração do progresso imigratório estimulava [...] (XAVIER, 1990, p. 62).

A primeira Reforma Republicana foi apresentada ao então presidente da República, Manoel Deodoro da Fonseca (1889-1891), pelo Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos⁷, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1889-1891), que se efetivou por meio do Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Tratava da implantação do regime de estudos seriados, ou seja, do curso ginásial, tendo como base o exame de madureza,

⁶ A ideologia liberal leiga, que foi se afirmando e ganhou presença na educação brasileira, sobretudo a partir da República, tem suas raízes teóricas no iluminismo e no positivismo dos séculos anteriores. Estas duas orientações filosóficas chegaram ao Brasil na medida em que influenciaram eruditos brasileiros que foram estudar na Europa e que aqui divulgaram suas idéias. Na base dessas posições está uma postura epistemológica fundamentalmente racionalista, que já de longa data se contrapunha à visão metafísica da tradição católica (SEVERINO, 1986, p. 80).

⁷ A criação da Secretaria da Instrução Pública, Correios e Telégrafos foi em 19 de abril de 1890, sendo uma iniciativa relevante para o desenvolvimento educacional no país no período do Governo Provisório (CURY, 1996, p. 72).

em substituição aos exames parcelados de preparatório ao ensino superior. Sendo assim os exames “de madureza, [eram] prestados no fim do curso integral e destinados a verificar si o alumno tem a cultura intellectual necessaria” (BRASIL, 1890, artigo 33, p. 11).

Nesse sentido Nagle salienta que “[...] o exame de madureza é propriamente o instrumento com que o Governo Federal espera obter a melhoria de todo o ensino secundário” (2001, p. 188).

De acordo, ainda com Nagle (2001, p. 188) a equiparação seria concedida apenas aos estabelecimentos organizados pelos estados, quer dizer, os entes federados que organizassem estabelecimentos de ensino secundário integral correspondente ao plano do Ginásio Nacional⁸ também podiam aplicar os exames de madureza. No caso das instituições particulares os exames seriam aplicados nos estabelecimentos públicos equiparados.

Apesar de trazer idéias novas, essa Reforma não foi aplicada, sendo substituída por “sub-reformas” (NAGLE, 2001, p. 188) até o governo promulgar a segunda Reforma republicana, por meio do Decreto nº 3.890 em 1º de janeiro de 1901, denominada de Epiácio Pessoa, ministro no período (1898-1901), no governo de Manuel Ferraz de Campos Salles (1898 - 1902). Este Decreto além de consolidar o regime de equiparação⁹ amplia-o, em relação ao Decreto nº 981 de 1890, aos estabelecimentos municipais e particulares, segundo o artigo 361 do Decreto referido acima: “Aos estabelecimentos de ensino superior ou secundário fundados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por qualquer associação ou indivíduo, poderá o Governo conceder os privilégios dos estabelecimentos federaes congêneres” (BRASIL, 1901a, p. 45).

O Decreto nº 3.914 de 1901 complementa o Decreto nº 3.890 de 1901, regulamentando o Ginásio Nacional. O artigo primeiro define o objetivo do Ginásio Nacional da seguinte forma: “O Gymnasio Nacional tem por fim proporcionar a cultura intellectual necessaria para a matricula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em sciencias e letras” (BRASIL, 1901b, p. 172).

⁸ Em 1889 a denominação do Colégio Pedro II foi alterada para Ginásio Nacional, no intuito de quebrar todos os laços com a educação imperial. Esta denominação foi mantida até 1911 (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 106).

⁹ Documentos necessários para o pedido de obtenção da equiparação: registro de compromisso social (caso das associações); regulamento do estabelecimento, avaliação do prédio; que deveriam ser averiguados por um delegado fiscal; ter em caixa 50 contos de reis, ter matriculado no mínimo 60 alunos e ter um regimento compatível com o estabelecimento federal, no caso o Ginásio Nacional (BRASIL, 1901a, p. 45).

O exame de madureza¹⁰ continuou com a tarefa de elevar o nível dos estudos, a equiparação generalizada foi imposta como mecanismo de atuação do Poder Central. Em consequência, o Ginásio Nacional mantém a função modeladora de todos os estabelecimentos secundários, públicos e privados (NAGLE, 2001, p. 188-189).

Os artigos 27 e 28 do Decreto nº 3.914 de 1901, respectivamente, instituíram os exames de admissão para os alunos novos pretendentes a estudar no Ginásio Nacional ou congêneres, sendo o diretor o responsável em organizar uma comissão de três lentes, ou seja, de três professores para preparação dos exames. Segundo o artigo 29,

Estes exames constarão de provas escriptas e oraes. As escriptas versarão: 1º sobre um dictado de dez linhas impressas de portuguez contemporaneo; 2º sobre arithmetica pratica limitada ás operações e transformações relativas aos números inteiros e ás fracções ardinarias e decimaes. As oraes constarão de leitura de um trecho sufficientemente longo de portuguez contemporaneo, estudo succinto da sua interpretação no todo ou em parte, ligeiras noções de grammatica portugueza e de arguição sobre arthmetica pratica nos referidos limites, systema metrico, morphologia geométrica, noções de geografia e de historia do Brazil (BRASIL, 1901b, p. 180).

Assim, terminados os exames de admissão ao curso ginásial, classificavam-se os candidatos por ordem de merecimento, pois era de acordo com a ordem de classificação que se preenchiam as vagas disponíveis. O Ginásio Nacional não poderia instruir menos de 60 alunos por semestre e no máximo 210 alunos no internato, sendo que 60 alunos deveriam estudar sem custo algum. No externato o número de estudantes beneficiados com bolsas era de 50 alunos (BRASIL, 1901b, p. 180).

É preciso assinalar, conforme Souza (2008, p. 124) que “Num tempo em que a maior parte da população residia no campo, o internato consistia numa estratégia segura para a educação das elites, fosse para educação feminina ou masculina”.

No entanto, a reforma Epiácio Pessoa não conseguiu implantar o curso seriado, uma vez que os exames de preparatórios, que já haviam sido prorrogados pelo Decreto nº 981 de 1890 até 1896, foram outra vez prolongados até 1908, devido a uma especificidade na disposição transitória do Decreto 3.914, de 1901.

Emquanto não estiver em execução o exame de madureza o titulo de bacharel em sciencias e letras será conferido aos alumnos dos 6º anno; e o exame final de cada disciplina, excluida a revisão, valerá para a matricula nos cursos superiores (BRASIL, 1901b, p. 193).

¹⁰ Artigo 18. O exame de madureza constará de provas escriptas de linguas e mathematica e astronomia graphica de desenho e oraes de cada uma das secções seguintes: 1ª linguas vivas; 2ª linguas mortas; 3ª mathematica e astronomia; 4ª physica, chimica e historia natural; 5ª geographia, historia e lógica (BRASIL, 1901b, p. 178).

Segundo, mais uma vez, Souza (2008), a maioria dos estados brasileiros mantinha apenas um ginásio público nas suas capitais (menos São Paulo e Minas Gerais), cabendo à iniciativa privada atender a crescente procura por matrículas no nível secundário, com forte presença do sexo masculino. A autora acrescenta:

Em 1907, o Brasil possuía 373 unidades escolares de ensino secundário (172 para sexo masculino e 77 para o sexo feminino e 124 mistas). Nestas 373 escolas encontravam-se matriculados 30.426 alunos (23.413 do sexo masculino e 7.013 do sexo feminino). Nesse ano, concluíram o curso secundário no país 1.866 alunos (1.208 do sexo masculino e 658 do sexo feminino) (SOUZA, 2008, p. 107-108).

Nesse contexto, “Avisos e ofícios incongruentes desvirtuam os dispositivos da lei, fazendo-se necessária uma nova reforma” (NAGLE, 2001, p. 189). Assim, em 5 de abril de 1911 foi aprovado o Decreto nº 8.659, com base na proposta do Ministro Rivadávia Correa (1910-1913), a terceira reforma do período republicano, no governo Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914), que revogou as medidas oficializadoras do Código Eptácio Pessoa. Esta reforma,

[...] elimina os privilégios escolares, representados, no âmbito do ensino secundário, pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exames ginasiais ou de preparatórios, conferidos, até então, pelo Ginásio Nacional e estabelecimentos equiparados para que os estudantes tivessem condição legal de ingresso nas escolas superiores. Institui, em conseqüência, o exame de admissão ao ensino superior – ‘exame de entrada – independente de apresentação de qualquer certificado ou atestado de estudos secundários’ (NAGLE, 2001, p. 189).

O artigo 1º do Decreto nº 8.659 de 1911 afirma que “A instrução superior e fundamental, difundidas pelos institutos creados pela União, não gozarão de privilegio de qualquer espécie” (BRASIL, 1911a, p. 402).

Na análise de Cury (2009, p. 725),

Aqui está a desoficialização. É o fim do Estado Educador, é a famosa defesa positivista de que o *poder espiritual* não pode ser tutelado pelo *poder temporal dos governos*. O diploma era considerado um ato oficial de governo cujo *privilégio* seria o de ser oficial e de ser o critério para a equiparação existente até então desde o Império.

Este Decreto possibilitou aos estabelecimentos de ensino mais autonomia didática e administrativa, quer dizer, cada estabelecimento de ensino secundário, a partir de então poderia organizar seus programas de cursos. E, com isso, desapareceu a necessidade de um curso secundário modelo, papel que o Ginásio Nacional vinha exercendo. “O ensino oficial, uniforme, do sistema de 1901, cede lugar, então a um ensino livre, diversificado e flexível, a realizar-se em estabelecimento autônomos” (NAGLE, 2001, p. 189).

Desse modo, pode-se dizer, conforme Cury (2009, p. 734-735) que a reforma Rivadávia, com sua desoficialização

[...] foi muito original e buscou, em base à concepção positivista, outro campo para o desenvolvimento da educação. Esse campo apontava para um Brasil em que a sociedade civil era muito fraca e sujeita aos interesses de uns poucos. Com isso, o recuo do Estado e sua eventual saída significaram um campo livre para toda a sorte de inescrupulosos tomarem de assalto a educação.

O Colégio Pedro II, denominação esta que voltou a ser usada, depois de 1911, foi remodelado considerando a formação dos jovens de uma forma mais simples, retirando-o da condição de preparador para as academias, como pode ser observado no artigo 1º do Decreto nº 8.660 de 1911 que tratava especificamente do Colégio Pedro II:

O Colégio Pedro II tem por fim proporcionar uma cultura geral de caracter essencialmente pratico, applicavel a todas as exigencias da vida, e diffundir o ensino das sciencias e das letras, libertando-o da preocupação de curso preparatorio. (BRASIL, 1911b, p. 512, art.1º).

Na sequência, a quarta reforma do período, por meio do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, apresentada pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (1914-1918), no governo de Wenceslau Braz Pereira Gomes (1914-1918), durou 10 anos e reintroduziu a tarefa disciplinadora e aperfeiçoadora do governo federal na instrução secundária. “De modo particular, reintegra o Colégio Pedro II na sua função de estabelecimento-modelo, voltando-se mesmo para mecanismos antes adotados” (NAGLE, 2001, p. 190).

Para validar os certificados concedidos pelos estabelecimentos particulares, o parágrafo único do artigo 78 estabelece que,

Nos Estados onde não houver gymnasio mantido pelo Governo, as Congregações dos institutos superiores equiparados aos officiaes podem organizar commissões de examinadores do curso gyinnasial, presidida por um professor da faculdade. Estes exames são validos sómente perante a academia que os instituiu (BRASIL, 1915, p. 1115).

Em outras palavras, essas comissões examinadoras do curso ginásial poderiam atestar se os candidatos pretendentes a uma vaga no ensino superior estavam habilitados, mas a certificação valeria apenas para o estabelecimento de ensino superior que havia examinado.

Nagle (2001, p. 191) salienta que de 1890 até 1920, “O Poder Público se interessa apenas pela manutenção de estabelecimentos-padrão que sirvam de modelo para as demais escolas secundárias do país”. Acrescenta que as estatísticas comprovam que a iniciativa

particular praticamente assumiu a responsabilidade de ministrar o ensino secundário no país. E assevera,

A escassez de estabelecimentos define, é certo, o caráter altamente seletivo do ensino secundário. Há a considerar, porém, que ao fator quantitativo – decorrente da própria política adotada pelo Estado – somam-se outros na determinação da pequena fração de jovens com oportunidades de estudos secundários. À base do secundário, padrões econômico-sociais, pedagógicos e político-administrativos contribuem para que este ensino seja seletivo e, sobretudo, preparatório. Taxas, selos e contribuições concorrem para que as escolas secundárias – públicas e particulares – além de reduzidas em número, sejam instituições pagas e, mais do que isto, caras.

No governo de Arthur da Silva Bernardes (1922-1926), em 1925, a Reforma João Luís Alves (1922-1926), conhecida como Lei Rocha Vaz, de modo específico, o Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, estabeleceu “[...] o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências”. Esse Decreto instituiu a seriação obrigatória para o ensino secundário. Desta forma, o artigo 49, do referido Decreto, define o que se constitui por seriação, ou seja,

Constituem séries as provas de conclusão de estudo das materias, nos diversos annos do curso, assim discriminadas: no 1º anno, instrucção moral e cívica; no 2º anno, geographia e chorographia do Brasil e arithmetica; no 3º anno, francez, inglez ou allemão, algebra e historia universal; no 4º anno, geometria e trigonometria e história do Brasil; no 5º anno, portuguez, latim, cosmolographia, physica, chimica, historia natural e philosophia. (BRASIL, 1925, p. 35).

Segundo Nagle (2001, p. 195): “A seriação obrigatória pode ser considerada como uma das notas principais das disposições do Decreto nº 16.782-A, na parte relativa à escola secundaria”. Desta forma foi com a Reforma de 1925 que se percebe a passagem dos estudos fragmentados para os seriados.

Outra questão que o documento oficial explicita refere-se à equiparação, quer dizer, segundo a legislação tal benefício seria restrito aos estabelecimentos oficiais, comprovadamente mantidos pelos estados, desde que observassem as regras prescritas no Decreto nº 16.782-A. Para fiscalizar e implantar a seriação nos colégios particulares, o governo usou outra estratégia, ou seja, criou as juntas examinadoras que atendiam até os estabelecimentos em lugares de difícil comunicação. Sobre a gratuidade para alunos menos favorecidos, a legislação deixava a critério dos regulamentos dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1925, p. 81).

A partir da Reforma Rocha Vaz, segundo Jorge Nagle (2001, p. 202), “Reconhece-se, então, que o ensino secundário deve constituir um empreendimento essencialmente público, competindo ao Estado, a responsabilidade de garantir à clientela procedente da escola primária o acesso ao curso ginásial”, ou seja, o governo pretendia expandir as escolas secundárias como instituições para todos os adolescentes.

Contudo, como acentua Souza (2008, p. 108), o ensino secundário continuou com a característica de formar a elite brasileira, pois estes estabelecimentos de ensino eram pagos e caros. Nos termos de Zotti (2004, p.81) pode-se dizer que a reforma de 1925 “[...] foi o caminho para a implantação de um curso secundário com objetivos para além da preparação fragmentária exigida para ingresso no curso superior, que só iria ocorrer após 1930”.

As principais reformas do ensino secundário da Primeira República (Benjamin Constant, 1890; Epitácio Pessoa, 1901; Rivadávia Corrêa, 1911; Carlos Maximiliano, 1915; e Rocha Vaz, 1925) se não conseguiram concretizar suas propostas, pelo menos provocaram discussões e questionamentos sobre a organização do ensino secundário, principalmente no que diz respeito ao sistema de equiparação, aos regimes de ensino (seriado) e de exames parcelados (AMARAL, 2003, p. 126).

Quanto à matriz curricular, a escola secundária “[...] privilegiou as humanidades apesar de introduzir em alguns momentos disciplinas científicas com o objetivo de modernizar a formação da elite, reforçando o caráter enciclopédico e propedêutico do ensino” (ZOTTI, 2004, p. 83).

No entanto, até a década de 1930, como assinala Romanelli (1999, p. 131) não havia a organização de um sistema educacional nacional, ou seja, “O que existia eram os sistemas estaduais, sem articulação com o sistema central”. Quanto ao ensino secundário, afirma que não passava de “cursos preparatórios, de caráter, portanto, exclusivamente preparatórios”.

Na mesma direção do que foi dito anteriormente, Xavier (1990, p. 82 2 83) aponta que a estrutura do ensino existente não estava organizada sob a base de um sistema nacional. “Herdeiro da descentralização imperial, o ensino estava organizado em sistemas estaduais, sem articulação legal com o sistema federal, funcionando relativamente independente de uma política nacional de educação”. Já o ensino secundário, de modo especial, “constituía-se em cursos preparatórios de duração variável unificados apenas pela função de qualificar os candidatos ao ensino superior, o que lhes conferia uma certa uniformidade de conteúdo”.

Assinala-se que na presidência de Washington Luís Pereira de Sousa (1926 – 1930), sucessor do Presidente Arthur Bernardes, e último presidente da Primeira República, o

acordo político existente, isto é, a chamada política “café-com-leite”, que consistia no revezamento entre mineiros e paulistas, na sucessão presidencial foi rompido.

O Presidente Washington Luís representando a oligarquia paulista, deveria indicar o mineiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, mas preferiu apoiar a candidatura do paulista Júlio Prestes de Albuquerque, o que causou desconforto na política brasileira. Portanto, os líderes de Minas Gerais desistiram de apoiar o candidato Antonio Carlos e juntamente com as lideranças do Rio Grande do Sul e Paraíba, sem contar os partidos oposicionistas ao candidato Júlio Prestes, fundaram em 1929 a Aliança Liberal e escolheram Getúlio Dorneles Vargas, como candidato de oposição nas eleições de 1930.

Após a apuração dos votos, o candidato Julio Prestes saiu vitorioso nas urnas, apesar de várias manifestações feitas pelos derrotados denunciando fraudes eleitorais. Esses descontentamentos somados à morte do presidente (João Pessoa Calvacanti de Alburquerque) do Estado da Paraíba, foram usados para desencadear em 3 de outubro de 1930, por um movimento armado¹¹, a tomada do poder de Washington Luís Pereira de Sousa

1.3 As Reformas Educacionais no Governo Vargas (1930 – 1945)

Com a deposição de Washington Luís, assumiu a presidência do Brasil, Getúlio Dorneles Vargas, governando como chefe do Governo provisório de 1930 a 1934. Neste período, o referido presidente suspendeu a Constituição em vigor (1891) fechou o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas Estaduais e a Câmaras Municipais. Para os governos estaduais foram nomeadas pessoas de sua inteira confiança, em geral tenentes, denominados de interventores. Criou os Ministérios da Fazenda, do Trabalho e da Educação e Saúde (FAUSTO, 2008, p. 335). Este último foi o primeiro Ministério da Educação no Brasil, criado em 14 de novembro de 1930, juntamente com o da Saúde Pública.

Em outras palavras, conforme Fausto, “A 15 de julho de 1934, pelo voto indireto da Assembléia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, devendo exercer o mandato até 3 de maio de 1938” (2008, p. 354). Porém, antes de terminar o seu mandato Getúlio articulou um Plano, que ficou conhecido por Cohen. Este Plano consistia em conduzir a população a acreditar que os comunistas iriam tomar o poder e massacrar,

¹¹ Em outubro de 1930, o conflito entre os dois grupos de classe dominante (os ligados à exportação e os dela desligados) eclode em forma de movimento armado e aglutina o apoio dos outros setores sociais. A supremacia dos setores desligados da exportação estabelece as condições necessárias à organização de um modelo econômico-político ao derrubar do poder o setor agrário-exportador. O choque entre eles, daí por diante, continuará existindo, mas a tendência é em favor do setor novo dirigido ao mercado interno (RIBEIRO, 1995, p.103).

saquear e depredar os lares e as Igrejas. Neste contexto, “Por maioria de votos, o Congresso aprovou às pressas o estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias”. Desta forma, Vargas se manteve chefe do governo central brasileiro, no período de 1937 a 1945. Este período ficou conhecido como Estado Novo¹² (FAUSTO, 2008, p. 364 e 365).

Nos anos de 1930 a 1945, na análise de Ianni (1986, p. 26), o governo brasileiro, sob a presidência de Getúlio Vargas

[...] adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico. Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal não foram resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes.

É nesse contexto, mais especificamente, em março de 1932, que a Associação Brasileira de Educação divulgou o “Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova”, tendo como redator Fernando de Azevedo. Este documento, direcionado ao povo e aos governantes, exigia a reconstrução da educação nacional, baseado nos princípios da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da co-educação.

O Manifesto considerava que:

[...] A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até aos 18 anos, é mais necessária ainda ‘na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem’, cuja educação é freqüentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas.

[...] A consciência desses princípios fundamentais da laicidade, gratuidade e obrigatoriedade, consagrados na legislação universal, já penetrou profundamente os espíritos, como condições essenciais à organização de um regime escolar, lançado, em harmonia com os direitos do indivíduo, sobre as bases da unificação do ensino, com todas as suas conseqüências. De fato, se a educação se propõe, antes de tudo, a desenvolver ao máximo a capacidade vital do ser humano, deve ser considerada ‘uma só’ a função educacional, cujos diferentes graus estão destinados a servir às diferentes fases de seu crescimento, ‘que são partes orgânicas de um todo que biologicamente deve ser levado à sua completa formação’ (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

Segundo Xavier (1990, p.135) os pioneiros, diante da realidade da precariedade dos recursos disponíveis para o Estado de criar e manter escolas públicas, em qualidade e

¹² “O Estado Novo configura-se como um momento de supressão das liberdades democráticas e de avanço de bandeiras conservadoras, contrárias às idéias expressas no Manifesto dos Pioneiros [...]” (VIEIRA, 2008, p. 90).

quantidade adequadas às exigências sociais, admitiram o incentivo à iniciativa privada. Assim, “não perceberam aparentemente qualquer incompatibilidade com o princípio da escola única, universal e gratuita, premissa central do ideário que pretendiam propagar”.

Nesse período o Brasil reformulou sua Constituição por duas vezes, ou seja, em 1934 e em 1937. A Constituição promulgada em 1934, não superou a idéia de “animar o desenvolvimento das ciências no país”, como havia sido definido na primeira Constituição republicana brasileira de 1891 e estabeleceu a obrigatoriedade de concursos para o magistério. Segundo Rocha (2001, p. 126). “Apesar dos renovadores conseguirem finalmente aprovar na Constituição o direito à educação, ele sai suficientemente mutilado para que nada obrigue o Estado a um investimento maciço em educação pública”.

A Constituição de 1937, outorgada no período denominado Estado Novo (1937 – 1945), concretizou em sua redação a liberdade para a instalação dos estabelecimentos particulares¹³. O artigo 129 estabeleceu que o poder público subsidiasse alunos menos favorecidos. Desse modo, o artigo 130 autorizou aos estabelecimentos particulares cobrar dos estudantes que não alegassem carência uma taxa para contribuir com a formação de “bolsistas” (BRASIL, 1937).

Ao longo desse período, foram elaborados os Decretos nº 19.890 (1931) e nº 21.241 (1932)¹⁴, que dispunham sobre o ensino secundário, na gestão do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Luís da Silva Campos (1930 – 1932), que serão apresentados a seguir.

1.3.1 Reforma Francisco Campos

O Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, dispunha sobre a organização do ensino secundário. O artigo 2º divide o ensino secundário em dois cursos seriados, isto é, em fundamental e complementar. No primeiro, seriam ensinadas em cinco anos as seguintes disciplinas:

¹³ “A Constituição de 1937, além de tornar explícito o caráter complementar da ação educacional do Estado, sequer estabelecia o princípio do direito à educação” (XAVIER, 1990, p. 137).

¹⁴ Estes decretos fazem parte de uma série de decretos aprovados, são eles: Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931 de 1930: cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; Decreto nº 19.852 de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto 20.158 de 30 de junho de 1931 e o Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências (ROMANELLI, 1999, p. 131).

1ª série: Português - Francês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico).

2ª série: Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico).

3ª série: Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho - Música (canto orfeônico).

4ª série: Português - Francês - Inglês - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História Natural - Desenho.

5ª série: Português - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho. (BRASIL, 1931).

O curso complementar, por sua vez, apresentava as disciplinas distribuídas em dois anos. Neste curso, o estudo era mais intensivo com trabalhos individuais, sendo acrescentadas as disciplinas acima citadas, as seguintes: Literatura, Geofísica, Cosmografia, Física, Química, Biologia geral, Higiene, Psicologia, Lógica, Sociologia, Noções de Economia, Estatística e História da Filosofia. Conforme o Artigo 11, “O curso complementar poderá ser organizado no Colégio Pedro II e, também, a juízo do Conselho Nacional de Educação e mediante inspeção especial, nos estabelecimentos de ensino secundários equiparados ou livres, que oferecerem, quer em instalações quer na constituição do corpo docente, garantias bastantes à eficiência do seu funcionamento” (BRASIL, 1931).

No que se refere à equiparação, a Reforma Francisco Campos (Decreto nº 21.241) estabelecia, conforme o Art. 50 que

Serão oficialmente reconhecidos para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos neles regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por Governo estadual, municipalidade, associação ou particular, observadas as condições abaixo prescritas.

O reconhecimento oficial para os estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo governo estadual, municipalidade, associação ou particular somente seria possível desde que cumprissem os requisitos do artigo 51.

- I, dispor de instalações, de edifícios e material didático, que preencham os requisitos mínimos prescritos pelo Departamento Nacional do Ensino;
- II, ter corpo docente inscrito no Registo de Professores;
- III, ter regulamento que haja sido aprovado, previamente, pelo Departamento Nacional do Ensino;
- IV, oferecer garantias bastantes de funcionamento normal pelo período mínimo de dois anos
- V. Obedecer à organização didática e ao regime escolar estabelecidos neste decreto. (BRASIL, 1932).

Estabelecia, ainda que:

§ 1º Os requerimentos de pedido de reconhecimento oficial só serão aceitos no mês de dezembro, devendo ser procedidas no decurso de janeiro as verificações dos requisitos constantes das alíneas anteriores.

§ 2º Essas verificações serão feitas por pessoal especialmente comissionado pelo Departamento Nacional do Ensino, devendo os seus resultados constar de relatório elaborado de acordo com as instruções expedidas pelo mesmo Departamento.

§ 3º Conforme as exigências constantes da alínea I deste artigo que forem satisfeitas, serão estabelecimentos, para os efeitos da concessão da inspeção preliminar, classificados nas seguintes categorias: a) deficientes; b) sofríveis; c) regulares; d) bons; e) excelentes.

§ 4º O critério de classificação a que se refere o parágrafo anterior será estabelecido pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

§ 5º As despesas da verificação prévia correrão por conta do estabelecimento requerente e serão arbitradas pelo Departamento Nacional do Ensino, não podendo, entretanto, exceder de um conto e quinhentos por estabelecimento.

A Reforma Francisco Campos, de acordo com Amaral (2003, p. 126), equiparou todos os estabelecimentos secundários oficiais, mediante inspeções federais, ao Colégio Pedro II, possibilitou também que as instituições particulares pudessem se organizar conforme o estabelecimento modelo.

Porém, apesar de o governo federal comprometer-se com a educação secundária, dando-lhe conteúdo e seriação própria, ao acabar com os exames de “preparatório” e de “madureza”, deu amplitude à política de oficialização das escolas privadas. “Agora, a todas as escolas particulares era dada a chance de se oficializar, contanto que cumprissem por completo a seriação secundária, seguindo a regulamentação da União e submetendo-se ao controle federal” (ROCHA, 2001, p. 136-137). Na análise do autor,

[...] A política de equiparação entre escolas públicas e escolas privadas, pela oficialização e equivalência de ambas, favoreceu o grande ‘boom’, de expansão do ensino secundário de caráter privado nas décadas de 1930 e 1940. Chegou-se, assim, à formação de um empresariado de ensino, que já no início dos anos de 1940 começa a agir como um ator político específico. [...] (ROCHA, 2001, p.137).

De acordo com os preceitos estabelecidos pela Reforma os estabelecimentos poderiam, inicialmente, requerer inspeção preliminar. Esta, por sua vez, tinha a duração de dois anos, podendo ser prorrogada, pelo mesmo período por mais de uma vez, pelo Conselho Nacional de Educação e por intermédio do Departamento Nacional do Ensino, sendo concedida a inspeção permanente, por meio de Decreto, se pelo menos dois terços do Conselho Nacional dessem voto favorável e se as instituições cumprissem os requisitos do art. 53, assim definidos no Decreto nº 21.241 de 1932:

- I. Eficiência do ensino ministrado nos termos deste decreto.
- II. Idoneidade dos professores no exercício do magistério.
- III. Admissão progressiva de professores por concurso ou mediante contrato com remuneração adequada.
- IV. Aperfeiçoamento das condições exigidas para os efeitos da classificação.
- V. Observância dos preceitos de estrita moralidade por parte dos corpos docente, administrativo e discente.
- VI. Execução dos dispositivos do regulamento apresentado à aprovação do Departamento Nacional do Ensino.
- VII. Limitação das matrículas, de acordo com as condições e a capacidade do edifício e das instalações, verificadas pelo Departamento Nacional do Ensino.
- VIII. Sub-divisão dos alunos por turmas que não compreendam mais de 50 alunos para o ensino de qualquer disciplina (BRASIL, 1932).

Os candidatos a 1ª série do ensino secundário deveriam ser aprovados nas provas de admissão e com idade mínima de 11 anos no externato. No caso do ingresso via internato, a idade mínima era de 13 anos. Para a avaliação dos estudantes nas provas de admissão, organizavam-se bancas examinadoras em estabelecimentos, sob inspeção preliminar ou permanente¹⁵. Estas bancas eram constituídas por dois professores e sob a presidência de um dos inspetores do Distrito, das seguintes disciplinas, segundo o art. 24 do Decreto nº 21.241 de 1932:

O exame de admissão constará de provas escritas, uma de português, (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais (BRASIL, 1932).

Sobre o horário de cada aula, a legislação instituiu no artigo 33 que “O horário escolar será organizado pelo diretor antes da abertura dos cursos, fixada em 50 minutos a duração de cada aula, com intervalo obrigatório de 10 minutos, no mínimo, entre uma e outra” (BRASIL, 1932).

O Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932 estabeleceu, no Título III, o Registro de Professores, que pode ser considerado uma inovação no período. De acordo com o artigo 87 “Fica instituído, no Departamento Nacional do Ensino, o Registo de Professores destinado à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário oficiais, equiparados ou sob inspeção preliminar” (BRASIL, 1932).

Ao estudar todos os decretos que constituíram a reforma Francisco Campos, Romanelli (1999, p. 141) analisa que tal reforma ao [...] “traçar novas diretrizes e, sobretudo,

¹⁵ Deve-se entender por **inspeção preliminar** o período temporário que um estabelecimento de ensino secundário tinha para organizar-se de acordo com a legislação vigente (BRASIL, 1932, Arts. 51, 52, 53 e 56). Por **inspeção permanente**, entende-se a concessão sem limitação de tempo dos estabelecimentos de ensino secundário que haviam organizado de acordo com o Decreto 21.241 de 1932 (BRASIL, 1932, Arts. 54 e 55).

como dar uma organização, inexistente até então, ao ensino, do ponto de vista geral, inovou o sistema escolar, refletindo uma realidade sócio-política também nova”.

Souza (2008, p.147), por sua vez, afirma que a reforma empreendida “[...] sinalizou os rumos da ação do Estado na tentativa de constituição de um sistema nacional de educação pautado nos princípios da racionalidade e uniformização”.

Enquanto Nunes (2000, p. 44) ao tratar desta reforma argumenta que se continuou com um currículo enciclopédico, com uma sutil mudança nos estudos científicos, em que se percebe que houve o predomínio das matemáticas. Dessa forma, a referida autora considera que a função educativa do ensino secundário, que era preparar a elite para o ensino superior, foi reafirmada.

Quanto à organização curricular, pode-se considerar, segundo Zotti (2004, p. 106) “[...] que houve a continuidade das orientações historicamente tradicionais: um modelo curricular enciclopédico, com predomínio de uma cultura geral de base humanista tradicional e de caráter elitista [...]”.

Cabe salientar, de acordo com Brito (2001, p. 350), se a Reforma Francisco Campos criou condições para organizar um sistema de ensino nacional, foi a Reforma Capanema que levou isso adiante.

1. 3. 2 Reforma Capanema

A segunda reforma educacional no período do Governo Vargas, por sua vez, foi apresentada pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho¹⁶ (1934 – 1945), que se constituiu de uma série de reformas parciais, as chamadas Leis Orgânicas do Ensino¹⁷.

Desta forma, em 9 de abril de 1942, o Decreto-Lei nº 4.244, instituiu as bases da organização do ensino secundário no Brasil. O artigo 1º destaca a finalidade deste grau:

Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes, 2) Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência

¹⁶ Sobre a atuação de Capanema, no período do governo Vargas (1930 – 1945) até a Presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) ver Horta (1996).

¹⁷ Formadas pelos seguintes Decretos: Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942: Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Decreto-lei 4.244, de 09 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei 8.529 de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto-lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; Decretos-lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946: Criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (ROMANELLI, 1999, p. 140).

humanística, e 3) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942, p. 20).

Segundo Nunes (2000, p. 40) a função do ensino secundário resumia-se em:

Formador dos adolescentes, oferecer uma sólida cultura geral, apoiada sobre as humanidades antigas e modernas, com o objetivo de preparar as individualidades condutoras, isto é, os homens que assumiriam maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação, portadores de concepções que seriam infundidas no povo.

Esta Reforma manteve a divisão em dois ciclos, mas se difere em relação à Reforma Francisco Campos de 1932, pois os alunos habilitados a entrar no ensino secundário cursariam quatro anos de ginásio, oferecidos no ciclo fundamental. O segundo ciclo (colegial) foi subdividido em clássico e científico com duração de três anos cada um e com o objetivo de consolidar o aprendizado do curso anterior. O clássico acentuava nas letras antigas e aprofundava na filosofia. O científico, por sua vez, se concentrava na formação das ciências. (BRASIL, 1942, p. 21).

Assim o Decreto-Lei nº 4.244 de 1942 estabeleceu dois tipos de estabelecimentos de ensino, isto é, o ginásio e o colegial. Nas instituições denominadas de ginásios seria oferecido o primeiro ciclo (elementos fundamentais) e nos estabelecimentos denominados Colégios oferecer-se-ia, além do curso ginásio, o segundo ciclo (clássico ou científico).

Como assinala Zotti (2004, p. 109) a Reforma Capanema diferencia-se da Reforma Francisco Campos, quando subdivide o colegial em clássico e científico, mas o objetivo propedêutico é semelhante: “O primeiro acentuou o estudo das letras e o segundo o estudo das ciências, mas ambos tinham o mesmo objetivo: preparar a elite para o ensino superior”.

O Decreto-Lei nº 4.244 de 1942 apontou uma diferença para a formação do público feminino, quando acentua que as jovens deveriam ter estabelecimentos próprios, além de definir que se as mulheres estivessem sendo instruídas juntamente com os homens, elas teriam salas de aula exclusivas e seria incluída na grade curricular a disciplina economia doméstica. Como pode ser observado no Art. 25 o ensino secundário feminino deveria seguir as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásio e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.

4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim á missão da mulher dentro do lar (BRASIL, 1942, p. 25).

Segundo o artigo o Art. 31 do Decreto-Lei nº 4.244 de 1942 “O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos de que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado”, e de acordo com o Artigo 32 (BRASIL, 1942, p. 26):

O candidato matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições: a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho; b) ter recebido satisfatória educação primária; c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários (BRASIL, 1942, p. 26).

Desta forma, os exames de admissão continuaram a ser exigidos para o ingresso dos alunos na primeira série do curso ginásial. Estes eram utilizados para selecionar os candidatos considerados mais preparados a progredirem no ensino secundário, “constituindo-se uma efetiva contenção da demanda para essa etapa de estudos” (SOUZA, 2008, p. 173).

No artigo 69 do Decreto-Lei nº 4.244 de 1942 o ensino secundário seria ministrado pelos estabelecimentos, mantidos pelo poder público (oficiais) e pelas instituições particulares de ensino livre. Sendo assim, os artigos 62 e 63 regulamentavam que os ginásios particulares poderiam aplicar o exame de licença, somente no primeiro ciclo. Cabe esclarecer, conforme Souza (2008, p. 173 e 174), que

Os exames de licença seriam prestados na conclusão dos estudos de primeiro e segundo ciclo versando sobre todas as matérias estudadas em cada ciclo e a nota geral corresponderia à média aritmética das notas de todas as disciplinas. Os exames de licenças, além da justificativa da garantia de melhoria da qualidade do ensino, constituíam-se em mais uma estratégia de manutenção do caráter seletivo e diferencial do ensino secundário.

Às instituições federais equiparadas, por sua vez, caberiam aplicar esses exames de licença, além do primeiro, no segundo ciclo, como pode ser notado no artigo 53 a seguir:

A conclusão dos estudos secundários, de primeiro e de segundo ciclo, só se verificará pelos exames de licença. Art. 55. Os exames de licença serão de duas categorias: 1. Exames de licença ginásial, para conclusão dos estudos de primeiro ciclo; 2. Exames de licença clássica e exames de licença científica, para conclusão dos estudos, respectivamente, do curso clássico e do curso científico (BRASIL, 1942, p. 29).

Desse modo, como assinala Souza (2008, p. 173), o controle e a fiscalização do governo federal sobre as escolas secundárias acentuaram-se em função da expansão do ensino no início dos anos 1940. Assim, duas categorias de estabelecimentos passaram a ser consideradas – os equiparados e os reconhecidos. Acrescenta que essa diferenciação

demarcava a competência da esfera estadual e federal na manutenção do secundário em relação às outras iniciativas, ou seja, “[...] Passaram a ser considerados estabelecimentos equiparados aqueles mantidos pelos estados ou pelo Distrito Federal e reconhecidos os mantidos pelos municípios e pela iniciativa particular” (SOUZA, 2008, p. 173).

A Reforma articulou o ensino secundário como prosseguimento do ensino primário¹⁸ e dividiu o segundo ciclo em clássico e científico, bem como redistribuiu o tempo em cada ciclo. No período de vigência do Decreto-Lei nº 4.244 de 1942 os estabelecimentos de iniciativa particular somente poderiam aplicar os exames de licença no primeiro ciclo, sendo as instituições mantidas pelo poder público, a única forma de certificação para os estudantes que pretendessem ascender ao ensino superior.

De acordo com Zotti (2004, p. 111) a Reforma Capanema:

[...] não conseguiu superar os limites apontados nas críticas, e o ensino secundário manteve seu caráter elitista, acadêmico e propedêutico de base humanística. O ensino das ciências continuou com característica erudita, de transmissão das ciências inscritas nos livros.

Quanto à matriz curricular, a autora acrescenta que, “[...] apresentou um equilíbrio no que diz respeito ao ensino das humanidades e das ciências”.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as reformas educacionais dos anos 1930 continuaram com um caráter “humanístico/literário” (SOUSA, 2005) e que a escola secundária, ao longo do período estudado persistiu desempenhando o papel de formadora dos indivíduos condutores do país. Dizendo de outra forma, a escola única, gratuita e obrigatória proposta pelos renovadores da escola não se consolidou no Governo Vargas.

No próximo capítulo busca-se analisar o processo de implantação do ensino secundário no estado de Mato Grosso.

¹⁸ “A lei orgânica que instituiu o ensino primário gratuito e obrigatório, entrou em vigor num momento de crise política, caracterizado pelo fim do Estado Novo e retorno à democracia. Contudo, nem por isso deixa de existir a tendência autoritária presente nos decretos anteriores [...] (ZOTTI, 2004, p. 114).

CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA EM MATO GROSSO

O objetivo deste capítulo é analisar como a educação secundária se constituiu no estado de Mato Grosso, ao longo da República, especificamente de 1889 até ao final da década de 1940. Inicialmente, apresentam-se aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais do referido estado, para se compreender as mudanças que se processaram no período republicano.

2. 1 Aspectos históricos, sociais, econômicos e educacionais do estado de Mato Grosso

Os primeiros povoados em Mato Grosso foram criados no período colonial (1500 – 1822). Os primeiros colonizadores a adentrarem no território de Mato Grosso foram os bandeirantes paulistas que aprisionavam índios para vendê-los como escravos para os latifundiários. Em 1719, em umas destas caçadas encontrou-se ouro nas margens do rio Coxipó (que deságua no Rio Cuiabá), local na qual funda-se a vila que deu origem a Cuiabá (BITTAR, 2009, p. 41). O minério nobre encontrado predominou como principal atividade econômica de Mato Grosso por décadas, propiciando progresso na região que apresentou aumentos consideráveis tanto no aspecto demográfico, quanto no extrativismo.

No entanto, a economia mato-grossense entrou em crise, devido à diminuição acentuada da extração de ouro, sendo seu patamar no início do século XIX. Assim,

[...] a partir de 1719, extraíram-se do solo riquezas imensas. O quinto alcançou 80 arrobas, apesar de uma população diminuta que não ultrapassava 6.000 habitantes. Em 1723 o quinto teve uma queda considerável, não passando de 20 arrobas. Em 1820 já não havia mais como

pagar as despesas da Casa de Fundição, pois o imposto aludido não alcançou uma arroba (ESCHEWEGE *apud* JACOMELI, 1998, p. 49).

Em 1822 foi proclamada a independência no Brasil acarretando mudanças na estrutura política brasileira, quer dizer, o sistema de capitanias foi substituído pelo de províncias. Nos 67 anos do Império brasileiro foram nomeados pelos imperadores 28 presidentes em Mato Grosso; para se ter idéia, em média um presidente da província mato-grossense ficava dois anos e seis meses no cargo. O primeiro, que se tem notícia, foi o Tenente-Coronel José Saturnino da Costa Pereira, em 1823 (GUIMARÃES, 1999, p. 68).

Antes da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) conflito internacional na qual estavam envolvidos Brasil, Argentina e Uruguai, compondo a Tríplice Aliança contra o Paraguai, Mato Grosso sofreu com a Rebelião Cuiabana, também conhecida como Rusga. Estas foram prejudiciais para Mato Grosso, desencadeando, por exemplo, grandes levas de evasão populacional e quedas na arrecadação de impostos (JACOMELI, 1998). Esta situação era desfavorável para o progresso da região, podendo-se afirmar que este período propiciou, entre outros que, comerciantes migrassem para regiões menos conflituosas.

Mato Grosso, segundo Jacomeli (1998, p. 58), não teve condições de organizar seu sistema educacional logo após o Ato Adicional de 1834 devido à crise política, bem como às dificuldades financeiras que o estado havia passado no período colonial, portanto,

Com o Ato Adicional de 1834, o governo imperial delegou às províncias a regulamentação e a manutenção dos níveis primário e secundário da instrução pública. Mato Grosso, por encontrar-se numa situação financeira precária, não teve condições de desenvolver de imediatas ações no campo da educação (JACOMELI, 1998, p. 58).

O Relatório apresentado pelo Brigadeiro Alexandre Manuel A. Carvalho, que era presidente da Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, em 1865, afirmava que a situação financeira do estado havia se agravado, pois “A renda própria da Província está orçada aproximadamente para 1/10 da despesa, porque esta regula entre 1.300 e 1.400 contos anualmente, e aquela entre 120 e 130 contos” (RELATÓRIO, 1866 *apud* JACOMELI, 1998, p. 50).

Entende-se que a queda orçamentária ocorreu no início da Guerra do Paraguai, que agravou o quadro político e econômico mato-grossense, ou seja, quando estavam se organizando para equilibrar a balança comercial da Província foram surpreendidos com a Guerra do Paraguai que desacelerou o desenvolvimento do país e principalmente de Mato Grosso, envolvido diretamente no conflito¹⁹.

¹⁹ Ver Jacomeli, 1998.

Com o término da guerra, em 1870, liberou-se a navegação pelo Rio Paraguai, o que favoreceu a diminuição de custos aos comerciantes de Mato Grosso, para venderem seus produtos às províncias economicamente mais desenvolvidas. Segundo Jacomeli (1998, p. 54),

O novo meio de transporte, o navio, possibilitou a distribuição de mercadorias por toda a região; as viagens tornaram-se mais breves e o comerciante, com o seu navio, viajava para os grandes centros econômicos nacionais e internacionais, sondando mercados e estimando lucros que seriam viabilizados a partir de novas atividades econômicas na Província.

Nesse contexto, a Lei Provincial nº 8 de 05 de maio de 1837, no governo de Antônio Pimenta Bueno (1836 – 1838), afirmava no seu Artigo 7º, que “São permitidas Escolas particulares, independente de licença do governo” (LEI PROVINCIAL, 1837 p. 12). Este dispositivo favoreceu para que os donos de estabelecimentos particulares oferecessem o ensino primário e secundário aos jovens mato-grossenses.

Ainda sobre a liberdade de oferecimento de ensino primário e secundário pela iniciativa particular a Lei Provincial de 1873²⁰ (artigos 12º e 13º) estimulava a sua expansão. A Lei Regulamentar de 1875²¹, artigo 102 (§1º), por sua vez, não era diferente, no entanto, acrescentava que a abertura de escolas ou colégios por particulares, somente poderia ocorrer mediante a autorização do governo estadual.

A implantação de estabelecimento de instrução primária e secundária em Mato Grosso é abordada, respectivamente, na Lei Provincial de 1873, na Lei Regulamentar de 1875 e no Regulamento de 1880²². Para se abrir um estabelecimento particular os donos de estabelecimentos deveriam apresentar, por exemplo: o programa dos estudos, bem como o regimento interno; instalar-se em local cômodo e em boas situações; enviar aos órgãos responsáveis nomes dos professores contratados com documentação comprobatória de sua moralidade e comunicar qualquer tipo de mudança de docente; e declaração de disciplinas que se ensinava, bem como do sistema ou método de ensino²³.

Outro assunto que a Lei Provincial nº 8 trata refere-se aos exames, no artigo 30, isto é, obrigava tanto os estabelecimentos públicos quanto os privados em todos os anos a aplicarem pelo menos um exame geral que comprovasse a maturidade dos estudantes para prosseguir nas séries posteriores. Estes exames eram aplicados sob a fiscalização do inspetor

²⁰ Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de 04 de julho de 1873 (Lei Provincial nº 15), na Presidência de José de Miranda da Silva Reis (1872 – 1874).

²¹ Lei Regulamentar do Ensino Público e Privado da Província de Mato Grosso (26 de maio de 1875), no governo do Presidente Antônio de Cerqueira Caldas (1874 – 1875).

²² Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso de 04 de março de 1880, no governo de Rufino Enéas Gustavo Galvão (1879 – 1881).

²³ Ver Sá e Siqueira, 2000.

do município na presença dos pais dos examinados, na intenção de dar credibilidade à formação dos estudantes (LEI PROVINCIAL, 1837, p. 16). Outra legislação que faz referência aos exames é o Regulamento de 1878, no governo de Hermes Ernesto da Fonseca (1875 – 1878), pois os artigos 139 e 144, respectivamente, abordam sobre a avaliação dos estudantes no período. O artigo 139 afirma o seguinte:

Nenhum aluno poderá passar de uma para outra classe sem que, por exame, dê provas de habilitado para a classe superior; se algum, porém, se mostrar habilitado antes da época do exame, o Professor o poderá admitir ao estudo das matérias da classe superior, ficando todavia sujeito a prestar o exame daquela na primeira oportunidade (REGULAMENTO, 1878, p. 137).

Marcílio (1963, p.57) afirma que o governo central com a intenção de facilitar o acesso dos jovens, que estavam longe dos centros populacionais, em instituições de ensino superior colocou em vigência também uma Resolução, em 1873, criando nas capitais que não contavam com a presença de um Liceu “comissões de exames gerais preparatórios, quando nelas não funcionasse regularmente o Ensino Secundário”.

O artigo 2º do Regulamento de 1880, o ensino em Mato Grosso, ratificou o que já havia sido estabelecido em outras legislações anteriores, isto é, o ensino não se diferencia do anterior, pois continua dividido em: público, particular e doméstico.

§1º - O ensino público é o que se ministra a expensas do cofre provincial
§2º - O ensino particular é o que se dá em estabelecimentos particulares, á custa dos pais dos alunos ou de educadores
§3º - Por ensino doméstico, entende-se o que se distribui no lar doméstico, pelos chefes das famílias a seus filhos, por professores por eles estipendiados, ou por pessoas que espontaneamente o fazem por vocação (REGULAMENTO 1880, p. 149).

Quando se observa os tipos de estabelecimentos, previstos pelas legislações, destaca-se: o Artigo 7º, do Regulamento de 1873, esse define que a instrução pública constava (§1º) “De escolas públicas para ambos os sexos na capital, cidades, vilas e freguesias e outros povoados da Província” e (§2º) “De escolas particulares de instrução primária e secundária, para um e outro sexo” (LEI PROVINCIAL, 1873, p. 30).

O Regulamento de 1878, afirmava, também, por sua vez, sobre os tipos de estabelecimentos, dessa forma, no Artigo 1º: “A instrução na Província de Mato Grosso abrangerá o ensino primário e secundário público, particular e privado”, entendendo por ensino público, (Artigo 2º) “[...] o que for ministrado em estabelecimentos públicos subvencionados pelo cofre provincial” e (Artigo 3º) por ensino particular “[...] o que for dado em colégios ou escolas particulares as expensas de associações particulares ou dos próprios pais e encarregados da educação dos alunos” e, por fim, por ensino privado “o que for

ministrado no lar doméstico dos alunos pelos próprios chefes de famílias ou por professores estipendiados por estes” (Artigo 4º) (REGULAMENTO, 1878, p. 115).

O artigo 204 do Regulamento de 1880 será o primeiro a abordar sobre a proibição de colégios mistos nos estabelecimentos públicos e privados, isto é, nos locais onde estudassem meninas não poderiam freqüentar e nem residir pessoas do sexo masculino com mais de 10 anos de idade, salvos o marido, avô, ou pai de diretores ou professores (REGULAMENTO, 1880, p. 185).

No governo de Francisco José Cardoso Júnior (1869 – 1871) emergiu a primeira experiência de organização do Ensino Secundário, na forma dos cursos noturnos, que segundo Marcílio (1963, p. 56),

[...] Preconizaria nesse ansejo, êsse notável administrador, reforma radical da instrução, numa tentativa vigorosa de chamar a Província à realidade do seu objetivo. Traçaria planos evidentemente avançados, com os quais além do que ficava claramente expresso, visava restabelecer o dever de direção que caberia à Província, no setor do Ensino secundário. Daria além disso à sua reforma, um outro sentido, cujo elevado propósito seria o de assegurar aos moços que trabalhavam durante o dia, oportunidade também para frequentar as escolas.

O artigo 42 do Regulamento de 1875, conseqüentemente, institui que a província animava “a instalação dos cursos noturnos secundários particulares que forem instalados na capital, gratificando os professores que apresentarem alunos provectos nas materias lecionadas” (LEI REGULAMENTAR, 1875, p. 93).

Sobre a criação do Liceu Cuiabano, o Artigo 11 da Lei Provincial de 1837 deveria instruir os jovens pretendentes ao curso secundário. Mas até a implantação do referido liceu o Seminário Episcopal²⁴, patrocinado pelo poder público, formou, exclusivamente, a juventude mato-grossense.

O referido Liceu somente foi instalado em 03 de Dezembro de 1879, no Governo do Presidente João José Pedrosa (1878 – 1879), que o criou por meio da Lei nº 536, com a denominação de Lyceu de Línguas e Sciencias. O Artigo 1º da referida Lei, assim afirmava: “Fica criado nesta Capital um Liceu de línguas e ciências, com o fim não só de habilitar professores para o magistério público primário, como os aspirantes às matriculas dos cursos superiores do Império” (LEI nº 536, 1879, p. 147).

²⁴ Cabe destacar que em 1858, especificamente sobre a instrução secundária, que a primeira instituição a reunir disciplinas, de forma a atender o ensino secundário foi o Seminário Episcopal da Conceição mantido pela Igreja Católica por intermédio do Bispo Dom José Antonio dos Reis (MARCÍLIO, 1963). O regulamento de 1873, no Artigo 10, garantia subsídio ao Seminário Episcopal nas seguintes cadeiras (Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia e História) (LEI PROVINCIAL, 1873, p. 31).

No entanto, ele foi reorganizado em 4 de março de 1880, por meio do Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso, sendo, edificado em 07 de março de 1880, já no Governo de Rufino Enéas Gustavo Galvão (1879 – 1881), Barão de Maracaju (PÓVOAS, 1971, p. 169).

Ainda, no período imperial, no governo de Antônio Herculano de Sousa Bandeira, foi aprovado o último Regulamento educacional em 7 de junho de 1889, que reorganizou, no entanto, o ensino primário da Província de Mato Grosso.

2. 2 A Educação Secundária em Mato Grosso na Primeira República

Mato Grosso, no período correspondente à Primeira República (1889 – 1930), desenvolvia atividades econômicas como: extração de erva-mate, da borracha e da pecuária. A extração da erva mate era monopolizada pela Empresa Mate Laranjeira que era autorizada pela Côrte, por meio do Decreto nº 8.799 de 9 de dezembro de 1882, a explorar os ervais em terras devolutas (GUIMARÃES, 1999, p. 217 e 218). De acordo com Bittar (2009, p. 67), “Em 1915, o governo garantiu o fim do monopólio, abrindo nova era à região dos ervais, permeabilizando-a a penetração dos pequenos proprietários”.

A borracha, por sua vez, era o principal produto de exportação do Estado de Mato Grosso, pois desde 1903 até 1911 foi vendido aos mercados internacionais em média de um milhão e meio de quilogramas por ano: “Em 1908 a produção foi de 1.560.941 kilogr., em 1909, de 1.229.582, em 1910, de 1.545.521, e em 1911, de 1.593.167 kilogr.” (MATO GROSSO, 1913).

O desenvolvimento da pecuária se destacou entre as principais atividades de Mato Grosso no referido período devido aos grandes campos de pastagens que favoreciam para tal atividade, mas os lucros ainda eram pequenos devido a venda do animal em pé aos grandes centros comerciais (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) (JACOMELI, 1998).

Segundo Jacomeli (1998, p. 55), Mato Grosso tentou investir em indústrias, “na passagem do século XIX para o XX” e, desta forma, “Capitais [financeiros] foram mobilizados na construção de usinas de açúcar, na extração da borracha, na expansão da indústria de charques, etc.”. No entanto, por estar longe dos grandes centros comerciais, não conseguiu ampliar o seu parque industrial, pois perdia no aspecto transporte terrestre, o qual encarecia seus produtos, sendo impossível competir com as indústrias dos estados mais avançados economicamente como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, restando-lhe a possibilidade de investir cada vez mais no fornecimento de matéria prima.

O processo político em Mato Grosso, no início da Primeira República (1889-1930), conforme Bittar (2009, p. 81) não difere muito do que acontecia nos demais estados da federação. Segundo a autora, fundamentando-se em Edgard Carone, especialista no tema,

No começo da era republicana, os poderes locais parecem ter atingido seu ponto alto, como demonstra a hegemonia de certos grupos em diferentes estados. Segundo ele, o povoamento descentralizado, aliado à formação da grande propriedade, permitiu o fortalecimento de um sistema baseado nos domínios familiares e sociais, que substituiu parcialmente o vácuo deixado pela ação pública.

A autora acrescenta que

Em um contexto em que o domínio político agrário se sobrepõe ao fenômeno urbano, as divergências são entre os próprios agrários e não entre estes e as representações urbanas. O que se percebe é que as dissensões refletem lutas pelo poder e não posições antagônicas entre as facções oligárquicas. Os atritos entre as lideranças territoriais levavam, muitas vezes, ao confronto armado. Em Mato Grosso, geralmente, os chefes dessas pejejas, em nome de uma causa restrita, mobilizavam forças em todo o estado com o intuito de derrubar o grupo dirigente, desencadeando imediata reação de forças contrárias em defesa do poder estabelecido. Foi assim em diversos movimentos denominados pelos seus próprios líderes de ‘revoluções’, que não passaram de choques armados entre grupos rivais pelo domínio do poder estadual (BITTAR, 2009, p. 83).

Nesse quadro sócio-econômico e político, a educação foi sendo organizada no estado de Mato Grosso, expressa nas reformas educacionais do período que serão abordadas a seguir.

A instrução pública de Mato Grosso, já no período republicano, foi reorganizada pelos Decretos nº 10, de 7 de novembro de 1891; nº 68 de 20 de junho de 1896; nº 139 de 2 de janeiro de 1903; o nº 296 de 13 de janeiro de 1912 (MATO GROSSO, 1919). A Lei nº 533, de 4 de julho de 1910 e, por fim, o Decreto nº 759 de 22 de abril 1927 tratavam mais do ensino primário do que do secundário.

Na presidência de Manuel José Murinho (agosto de 1891 a 1895) estabeleceu-se o Decreto nº 10 de 1891, no seu artigo 30 dividia a escola de Mato Grosso em três classes e o 35, respectivamente, definia o horário, ou seja,

a) escolas de 3ª classe, na capital, havendo para cada sexo quantas fossem necessárias; b) escolas de 2ª classe, nas vilas e cidades que fossem sede de comarca, em número de, pelo menos, uma para cada sexo e c) escolas de 1ª classe, nas demais localidades, não excedendo ao número de uma para cada local (JACOMELI, 1998, p. 66).

Todas as escolas teriam duas jornadas, nos períodos matutinos (das 7 as 10 horas) e vespertino (das 13 as 16 horas), para desenvolver os trabalhos em períodos distintos do dia (JACOMELI, 1998, p. 66)²⁵.

Quando o Regulamento de 1891 trata especificamente do ensino secundário menciona que o Liceu Cuiabano era o estabelecimento responsável em ministrar este nível de ensino no Estado de Mato Grosso (JACOMELI, 1998, p. 70).

Ao abordar sobre a co-educação, o referido o regulamento permitia a frequência no mesmo prédio tanto de meninos quanto de meninas desde que estudassem em turmas separadas. O Artigo 29 do referido regulamento “afirmava que o ensino seria leigo, gratuito e obrigatório” (JACOMELI, 1998, p. 67). O Decreto nº 68 de 1896, que será abordado mais a seguir, também trata da co-educação, sendo assim, o artigo 55 estabelecia que as escolas públicas e particulares, primárias deveriam ser instaladas separadas por gêneros, isto é, em estabelecimentos de sexo masculino somente poderiam estudar meninos, regidos por professores do sexo masculino e para meninas ficariam sob cuidados das professoras normalistas, no caso da instrução primária. No ensino secundário autorizavam-se instituições mistas (MATO GROSSO, 1896, p. 5 e 7).

Em 15 de agosto de 1895 assumiu a Presidência do Estado de Mato Grosso Antônio Corrêa da Costa (1895 – 1898) que propôs reformar radicalmente o ensino primário e secundário e “a 20 de junho de 1896, expede novo regulamento para a instrução pública do Estado, autorizado pela Lei n. 152, de 16 de abril desse ano, na forma do Decreto n. 68” (MARCÍLIO, 1963, p.118).

O Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896 se destaca por abolir qualquer forma de discriminação de gênero ou de etnia já no seu artigo 1º. Este, ironicamente, pretendia, ainda, oferecer a instrução primária e secundária financiada pelos cofres públicos. O artigo 2º estabelece que:

A instrução primária será dada em escolas denominadas elementares ou do primeiro grau, e complementares ou do segundo grau. Haverá escolas elementares em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados existentes no Estado, e complementares na Capital e cidades principais, devendo ser consideradas tais aquelas de maior desenvolvimento e densidade de população (MATO GROSSO, 1896, p. 66).

²⁵ Cabe destacar que a Reforma estadual estabelecida no governo de Antônio Corrêa da Costa (1895 – 1898), por meio do Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, estabelecia no seu “Artigo 68º - A duração diária das aulas será de uma hora por cada cadeira.” (MATO GROSSO, 1896, p. 73).

O ensino secundário era privilégio da Capital de Mato Grosso, seguindo a característica da maioria dos estados brasileiros que mantinham apenas um estabelecimento de instrução secundária, sob os cuidados do cofre do Estado, no caso o Liceu Cuiabano:

Artigo 53º - O ensino secundário continua a ser ministrado no Liceu Cuiabano, que tem por fim preparar a mocidade com a cultura intelectual indispensável para o regular desempenho de qualquer profissão, considerado como tal o exercício de empregos públicos, seja no magistério oficial, ou nas repartições administrativas do Estado (MATO GROSSO, 1896, p. 71).

É interessante destacar que nessa legislação, por um lado, os castigos corporais são abominados, no entanto, eram permitidas penas disciplinares como repreensão em particular ou perante a escola, retenção com trabalho de estudo, exclusão por um ano letivo ou era expulso definitivamente. Mas, por outro, havia premiações, por exemplo, elogio perante a escola, bilhetes de satisfação e elevação às classes superiores.

Cabe ressaltar as oscilações do Liceu Cuiabano no que se refere à equiparação. Essa instituição de ensino secundário foi equiparada pela primeira vez ao Colégio Pedro II em 1905. Mas segundo a Mensagem do Presidente do estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Corrêa (1918 – 1922) à Assembléia, a matrícula do Liceu Cuiabano aumentou no ano de 1916 (161) em relação a 1915 (97), um aumento de pouco mais de 60% dos alunos, praticamente se mantém estável em 1917 (160), mas há uma queda de quase 37% de estudantes de 1917 para 1918 (101) e continuou caindo, chegando, em relação a 1918, a aproximadamente 19% no ano de 1919 (80) (MATO GROSSO, 1919).

Essas oscilações podem ser explicadas pelas sucessivas equiparações do Liceu Cuiabano ao Colégio Pedro II²⁶, por consequência, a procura pelos estudantes era crescente quando o Liceu era equiparado, porém quando não tinha tal privilégio diminuía-se o corpo discente (O MATO GROSSO, 1920).

O governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908 – 1911) autorizou a reorganização da Instrução Primária de Mato Grosso, por meio da Lei nº 533, de 4 de julho de 1910. Porém, foi o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, expedido por meio do Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910 que estabeleceu novos

²⁶ Por fim, o Decreto nº 5.624 de 4 de março de 1920 concedia ao Liceu Cuiabano a equiparação ao Ginásio Nacional, pois entre 1905 a 1920 o estabelecimento, sob a inspeção de Antonio Fernandes Trigo de Loureiro havia perdido a certificação de equiparação, o que prejudicou a procura dos estudantes pelo estabelecimento (O MATO-GROSSO, 1920, p. 2). Segundo o jornal O Matto-Grosso, o Liceu Cuiabano foi novamente equiparado por unanimidade em 4 de março de 1920, quer dizer, Paranhos da Silva Secretário do Conselho Superior do Ensino, neste período, enviou ao então Floriano de Lemos, Inspetor do Liceu Cuiabano a seguinte correspondência, que foi reproduzida no jornal citado acima: “Tenho prazer comunicar-lhe que Conselho Superior aprovou hoje vosso relatório e concedeu por unanimidade de votos a equiparação requerida pelo Lyceu” (O MATTO-GROSSO, 1920, p. 2).

critérios para o ensino primário (OLIVEIRA, 2006, p. 5.869). Portanto, a legislação privilegiava o ensino primário.

Assim, o Artigo 1º do Decreto nº 265 estabelecia que “o ensino primário deveria ser leigo, gratuito e ministrado às custas dos cofres estaduais, a todos os indivíduos de ambos os sexos, sem distinção e classes nem de origem”. Esta legislação em seu artigo 65 afirmava: “E inteiramente livre aos particulares e associações o exercício do ensino em qualquer de seus graus, primário, secundário ou superior” (MATO GROSSO, 1910, p. 5).

Contudo, no artigo 80 do Decreto nº 265, as fiscalizações das instituições particulares eram minuciosas, pois semestralmente elas deveriam expedir: declaração de alunos, frequência média, aproveitamento dos alunos e nomes dos professores com indicação das matérias que cada um deles ensinava. Fiscalizava-se, ainda, a higiene, a moral e a pontualidade dos relatórios (MATO GROSSO, 1910).

O Regulamento de 1910 destaca a criação do grupo escolar que tinha como característica principal o fato de reunir em um só local várias escolas avulsas ou isoladas (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2008, p. 175).

Assim, os grupos escolares eram considerados símbolo de progresso e prosperidade, e sua implantação representou para o estado a consolidação do movimento de modernização e urbanização da região. Com organização administrativa e pedagógica diferenciada, representava para os governantes da época o ideal de escola em que se deveria formar o cidadão republicano (GONÇALVES, 2009, p. 64).

Em 1918 o ensino primário e o secundário em Mato Grosso encontravam-se com mais estudantes do sexo masculino do que do sexo feminino, seguindo a tendência nacional, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

TABELA 1 – ESTATÍSTICA ESCOLAR DE MATO GROSSO EM 1918

| | Ensino Primário | | Ensino Secundário | | Profissional | |
|------------------------------------------------|-----------------|-----------|-------------------|-----------|--------------|-----------|
| | Núm. | Matrícula | | Matrícula | | Matrícula |
| | | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. |
| Grupos escolares | 5 | 557 | 542 | - | - | - |
| Escolas Estaduais Masculinas | 29 | 1.008 | - | - | - | - |
| Escolas Estaduais Feminina | 24 | - | 745 | - | - | - |
| Escolas Estaduais Mistas | 87 | 1.379 | 663 | - | - | - |
| Escolas Particulares | 17 | 1.043 | 378 | 81 | - | 22 |
| Escolas Federais | 1 | 109 | - | - | - | 101 |
| Escolas Municipais | 1 | 49 | - | - | - | - |
| Liceu Cuiabano | 1 | - | - | 101 | - | - |
| Escola Normal | 1 | - | - | 2 | 79 | - |
| Total de Estabelecimentos/Matrículas Escolares | 158 | 4.145 | 2.328 | 184 | 79 | 123 |
| Total de Matrículas por nível de ensino | | 6.473 | | 263 | | 123 |

Fonte: CORRÊA FILHO, s/d, p. 187.

Assim sendo, o ensino secundário atendia, em 1918, 263 estudantes, destes apenas 30% era constituído por mulheres havendo uma predominância de 70% de homens.

Na mensagem de 1919, Dom Aquino afirmava que o ensino secundário na capital Cuiabá estava resolvido, no que diz respeito ao atendimento, pois nesta cidade se concentravam de 14 a 15 mil habitantes de todas as faixas etárias, destes se encontravam matriculados 277 alunos (MATO GROSSO, 1919).

Um assunto que merece ser lembrado é que os pais dos alunos matriculados no ensino secundário público mato-grossense não estavam livres de custearem seus filhos, estes efetuariam pagamentos mensais em dinheiro, além da matrícula anual.

No governo de Mário Corrêa da Costa (1926 – 1930) foi elaborado o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, estabelecida pelo Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927. Este reconhece no seu artigo 2º, a responsabilidade do poder público para com o ensino secundário.

2.3 A Educação Secundária Mato-Grossense no governo Vargas (1930 – 1945)

Ao assumir o governo federal, Vargas nomeou interventores e o estado de Mato Grosso foi governado por nove deles. O primeiro interventor de Mato Grosso foi o Major Sebastião Rabelo Leite, este foi substituído pelo Coronel Antonio Mena Gonçalves que permaneceu no governo por menos de seis meses. Segundo Marcílio (1963, p. 16).

Artur Antunes Maciel, Leônidas Antero de Matos, Cezar de Mesquita Cerva, Fenelon Muller e o general Newton Calvacante, constituem a sucessão de outros interventores, até que com a constitucionalização do País é levado à Presidência do Estado, o Dr. Mário Corrêa da Costa

No ano de 1933, na Presidência de Leônidas Antero de Matos (1932 – 1934), a educação no estado apresentava os seguintes dados:

TABELA 2 – INSTRUÇÃO ESCOLAR EM MATO GROSSO EM 1933

| Curso | Unidades escolares | Matrículas efetivas | Frequência | Conclusão de cursos | Percentual de concluintes* |
|-----------------|--------------------|---------------------|------------|---------------------|----------------------------|
| Primário | 327 | 20.357 | 18.106 | 2.774 | 13,6% |
| Secundário | 7 | 807 | 785 | 85 | 10,5% |
| Doméstico | 4 | 139 | 128 | 28 | 20,1% |
| Técnico | 2 | 212 | 142 | 8 | 3,7% |
| industrial | 5 | 196 | 183 | 21 | 10,7% |
| Comercial | 3 | 430 | 422 | 108 | 25,1% |
| Magisterial | 3 | 200 | 148 | 7 | 3,5% |
| Superior | 3 | 92 | 78 | 42 | 45,6% |
| Outros ensinios | | | | | |
| Total | 354 | 22.433 | 19.992 | 3.073 | 13,6% |

Fonte: CORRÊA FILHO, s/p, p. 191.

*obs.: Este percentual foi calculado em relação às matrículas efetivas. Em relação ao número de frequência os números, respectivamente, são: 15,3%; 10,8%; 21,8%; 5,6%; 11,4%; 24,4%; 4,7%; 53,8%; e 15,3%.

Pode-se observar na tabela acima que o número de estabelecimentos primários (327) era, em 1933, muito superior ao dos estabelecimentos secundários (7). Da mesma forma percebe-se que o número de concluintes do ensino primário (2.774) é maior em relação aos do ensino secundário (85).

Em relação ao ensino secundário, segundo a tabela 2, no que diz respeito à frequência constata-se o número de 785 alunos, destes, apenas 10,8% concluíam o curso secundário, ou seja, em torno de 90% não progrediam para os estudos superiores. Se somar a quantidade de frequência dos alunos aos estabelecimentos de ensino de todos os níveis tem-se uma evasão de aproximadamente 75%.

Esses dados remetem à afirmação de Brito (2001, p. 79),

[...] além das dificuldades já apresentadas ao aluno que concluisse o ensino primário, certamente os custos elevados para sua manutenção em escolas

secundárias públicas — fato que se deveria agravar quando consideradas as entidades particulares — não facilitavam nem o ingresso nem a permanência de expressivo contingente populacional nesses estabelecimentos. Tal fato, aliás, era de conhecimento do próprio poder público, uma vez que medidas paliativas tentaram minorar o problema, como o Decreto-Lei nº 254, de 15 de março de 1939, que dispensava das taxas de matrícula e frequência os filhos de operários pobres, nos estabelecimentos de ensino secundário fundamental e complementar, mantidos pelo Estado. Essa medida beneficiava, com certeza, um número reduzido de alunos oriundos dessas famílias, já que a grande maioria não ultrapassava sequer os umbrais da escola primária.

Em 1937, as três cidades líderes [Cuiabá, Corumbá e Campo Grande] respondiam por 36% do total de estabelecimentos de ensino primário existentes no estado, tanto públicos como particulares. Já em 1939, este percentual elevou-se para 38,7%. Destaca-se “[...] a participação de Campo Grande, que teve um crescimento de 48,6% no número total de estabelecimentos primários, entre estes anos, denotando o florescimento deste centro populacional como pólo aglutinador da região Sul do estado” (BRITO, 2001, p. 90)

Na década de 1940, o interventor federal Julio Strübing Müller (1937 – 1945)²⁷, por meio do Decreto nº 53, de 18 de abril de 1941, criou 100 escolas de instrução primária, principalmente nos centros rurais do estado. De acordo com Gonçalves (2009, p. 98) infere-se que a criação das escolas rurais deve-se ao fato de que a população, nesse período, vivia em sua maioria no campo.

Conforme Britto (2001, p. 74-75) no período de 1920 a 1940, no estado de Mato Grosso

[...] houve um aumento de 75,0 da população mato-grossense, da mesma forma que aconteceu um crescimento de 34,6% na faixa de idade entre 5 e 14 anos e de 173,9% no número de pessoas freqüentando a escola primária, nesse mesmo intervalo etário nos 20 anos considerados. Além disso, a população escolarizável, que perfazia 26,6% da população total de Mato Grosso em 1920, chegava a 20,4% em 1940, enquanto a população escolarizada totalizava 3,8% e 6,0%, em 1920 e 1940, respectivamente, em relação a população total.

Considerando ainda estes mesmos dados, em 1920, 14,4% da população escolarizável, ou seja, da população com idades variando entre 5 e 14 anos, estava freqüentando a escola primária, pública e particular, em Mato Grosso. Já em 1940, o atendimento registrou 29,3% da população escolarizável recebendo instrução elementar.

A autora acentua, porém, no que se refere ao ensino médio (secundário, normal e comercial), no mesmo período, contava ainda com um número reduzido de estabelecimentos,

²⁷ Assumi na função de interventor do estado de Mato Grosso no período de 24/11/1937 a 08/11/1945, com o golpe de Estado de 1937, instaurado na gestão do presidente Getúlio Vargas (1930-1945).

distribuídos principalmente em três municípios: Cuiabá, Campo Grande²⁸ e Corumbá²⁹. Acrescenta que “Se a demanda e o investimento existentes em relação ao ensino primário já eram limitados pelas características econômico-sociais do estado, tanto mais o eram estas outras modalidades de ensino, para as quais concorria parcela bastante reduzida de alunos egressos da escola primária”. (BRITO, 2001, p. 75).

Nas palavras do Interventor federal no estado “Mantém o Estado, por sua conta, três ginásios oficiais sob a inspeção federal, nas três cidades principais: Cuiabá, Corumbá e Campo Grande”. Acrescenta que “Dos referidos, só o Liceu Cuiabano, na Capital, o qual conta com sessenta anos de existência, está no regime de inspeção permanente, achando-se os dois outros, sob o regime de inspeção prévia” (MATO GROSSO, 1940).

O interventor federal justificava que os filhos de operários pobres estariam amparados pelo Decreto-Lei nº 254, de março de 1939, “[...] que permite a matrícula gratuita dos mesmos nos ginásios do Estado.”. E continua, “Para o amparo das crianças desvalidas em idade escolar, mantém o Estado 80 lugares no Asilo de Santa Rita e no Liceu Salesiano de São Gonçalo, mediante subvenção (MATO GROSSO, 1940).

Assim, o governo do Estado de Mato Grosso manteve o ensino secundário propedêutico, ao longo da Primeira e até praticamente o final da década de 1930 somente no Liceu Cuiabano, na Capital, deixando caminho aberto para as instituições particulares instalarem-se em localidades prósperas, como foi o caso de Campo Grande, no sul do Estado de Mato Grosso, que será abordado no próximo capítulo.

²⁸ O primeiro estabelecimento de ensino secundário público em Campo Grande foi criado somente em 1939 (BITTAR; FERREIRA, 1999, p. 178).

²⁹ Em 1937 o governo estadual encampa o Ginásio Municipal Maria Leite, situado em Corumbá pela Lei nº 27, de 29 de outubro (BRITO, 2001, p. 75).

CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA EM CAMPO GRANDE: O GINÁSIO OSVALDO CRUZ

Neste capítulo busca-se tratar do processo de implantação do ensino secundário no município de Campo Grande, via Ginásio Osvaldo Cruz. Para a compreensão desse processo, caracterizam-se, inicialmente, alguns aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais do referido município, no sul do Estado de Mato Grosso³⁰.

3. 1 Caracterização do município de Campo Grande

Os primeiros moradores chegaram a Campo Grande, nos fins do Império, mais especificamente, em 21 de junho de 1872, ou seja, o mineiro de Monte Alegre, José Antônio Pereira, que em poucos dias ergueu moradia na confluência de dois córregos³¹, ajudado pelos seus filhos Antônio Luiz e Joaquim e quatro conterrâneos, como assinala Rosário Congro: “Em breve ali se ergueu a moradia dos intrépidos viajores: um pequeno rancho coberto com palmas de ‘uacury’, célula primordial que foi da progressista cidade de hoje, mui justamente chamada de – a Pérola do Sul” (CONGRO, 2003, p. 23).

³⁰ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado, por meio da divisão do Estado de Mato Grosso, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. A instalação do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul ocorreu em primeiro de janeiro de 1979. Situa-se na Região Centro-Oeste e faz fronteira, a sudoeste, com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia; a Sudeste, com os Estados de Minas Gerais e São Paulo; ao Sul, com o Paraná; e, ao norte, com Mato Grosso e Goiás. Possui 78 municípios distribuídos em área de 357.124, 962 Km² e conta com uma população, estimada, em 2007, de 2.265.274 habitantes, conforme o IBGE (Disponível em www.ibge.br. Acesso em jul. 2008).

³¹ Os córregos foram mais tarde chamados de Segredo e Prosa.

Ao longo das décadas de 1880 e 1890 foi-se constituindo fazendas por todo o sul de Mato Grosso com características pastoris, propiciando o desenvolvimento da região, tornando-se, com o passar do tempo, a freguesia de Campo Grande centro comercial de suma relevância, atraindo negociantes e comerciantes de todas as regiões do Brasil, quer dizer, “estabelecendo-se uma considerável corrente comercial com o Triângulo Mineiro, principalmente com a importante praça de Uberaba” (CONGRO, 2003, p. 28).

Seguidos oito dias da Proclamação da República no Brasil foi estabelecido em Campo Grande, por meio da Lei nº 792 de 23 de novembro de 1889, um distrito de paz, sendo o primeiro juiz, Bernardo Franco Baís. Mas os moradores continuaram estruturando a freguesia que dez anos depois da criação do seu distrito de paz, por força da Resolução nº 225, de 26 de agosto, Campo Grande foi elevado à vila (CONGRO, 2003, p. 29).

O primeiro intendente foi eleito em 2 de novembro de 1902 (CONGRO, 2003, p. 29), ou seja, vence as eleições Bernardo Franco Baís (? – 1904), mas renunciou deixando o cargo para o seu vice, Francisco Mestre³² (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 94).

Os primeiros vereadores³³ foram eleitos, também, em 1902, sendo empossados em 1905, no entanto, eles pouco fizeram em uma vila isolada dos grandes centros, quer dizer, reinava “a força mandatária dos comerciantes mais influentes”. Entre as conquistas desta primeira legislatura, destaca-se a apresentação do Código de Posturas Municipal³⁴, que foi pensado na intenção de coibir a violência na vila e nas intermediações, pois a principal causa de mortes nesta localidade no período era a “doença da terra – calibre 44” (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 9).

Bittar (2009, p. 81) confirma que até a década de 1910 as disputas políticas, pela terra e pelo poder estadual eram resolvidas, na maioria das vezes, nos confrontos armados, no aniquilamento de indivíduos e de suas propriedades. E acrescenta que coronelismo e oligarquia são fenômenos típicos desse período histórico. Assim,

[...] A inexistência de condições democráticas em uma república baseada no voto aberto faz com que a *res pública*, coisa pública, transforme-se facilmente em coisa privada, ou melhor, na apropriação do público por interesses privados [...] (BITTAR, 2009, p. 82).

³² Cabe destacar que a Intendência foi construída, em 1906, na Rua Velha (atual Rua 26 de agosto) em taipa. A taipa é uma técnica construtiva à base de argila (barro) e cascalho aplicado com o objetivo de erguer uma parede, muito comum nesta época.

³³ Foram eleitos cinco vereadores, são eles: Jerônimo José de Sant’Anna (Presidente); João Corrêa Leite (Vice-Presidente); Manoel Ignácio de Souza; João Antunes da Silva e José Vieira Damas Os vereadores em 1906 passam de cinco para nove (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 11).

³⁴ Em 1914 o Código de Postura de Campo Grande foi reelaborado pelos vereadores.

Campo Grande até 1910 era uma vila interiorana, sem suporte estrutural para receber grandes números de migrantes e de imigrantes, ou mesmo de ser, no período, precursora da escoação comercial entre cidades metropolitanas e portuárias, de acordo com o Jornal da época:

A vida de Campo Grande apresenta o aspecto dos pequenos povoados em formação. Casas esparsas deixando entre elas grandes intervalos, semeiam o branco de suas pinturas e o vermelho dos telhados no verde escuro da vegetação, dando ao conjunto uma aparência agradável. E esse pequeno povoado de aparência agradável cresceu natural e rapidamente semelhante as pequenas plantas que em seu solo fértil vemos germinar, crescer produzindo flores perfumadas de matizes vários e frutos cheios de viço e propriedades nutritivas (FOLHA DA SERRA, 1933).

No início da década, Campo Grande era uma simples vila, como foi retratado acima, porém nos fins da mesma década foi elevada a cidade, o que em pouco tempo a colocaria entre as três principais cidades de Mato Grosso, ou seja, tendo a frente apenas Cuiabá (capital) e Corumbá (cidade portuária). Cabral (1999, p. 37) resume o *boom* que a década de 1910 foi para o rápido progresso da cidade:

Afinal, desde 1910, Campo Grande já tinha sido elevada a sede de comarca, o que sinaliza sua importância no contexto estadual. Em meados dessa mesma década, são lançados diversos periódicos; o primeiro, *O Estado de Mato Grosso*, quinzenal, sai em 1913, seguido de *A Ordem*, em 1916, e de *Correio do Sul* e *O Sul*, em 1917. Esses jornais indicam o adensamento político, econômico e social que está em curso; tanto que, por intermédio da Lei Estadual nº 772 de 16 de julho de 1918, Campo Grande é elevada de vila para cidade. Diga-se de passagem que, por essa época, já contava com energia elétrica, sendo a segunda localidade matogrossense a dispor desse serviço.

Em 1909 governava a cidade de Campo Grande, João Carlos Sebastião, mas esse período foi muito conturbado, e entre 1910 a 1914 assumiram a governança vários intendentes³⁵: José Santiago (Vice-Intendente de Sebastião); Antônio Norberto de Almeida, farmacêutico conhecido como Totinho; Nilo Javari Barem (agrônomo); Apulcro Brasil (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005).

Essa alternância de intendentes era devido à disputa de poder da vila por mais de um grupo, chegando a uma situação insustentável, ou seja, dois intendentes governarem paralelamente. Diante disso o governador do Estado Costa Marques estabeleceu o Decreto nº 392, de 29 de dezembro de 1914 que anulava as eleições municipais do mês anterior, devido a fortes conflitos entre concidadãos pelo poder político, sendo nomeado para a intendência

³⁵ Denominava-se intendente aquele que exercia o poder de administrador de uma cidade.

provisória João Clímaco Vidal (comerciante) que administrou a vila até fevereiro de 1915 (CONGRO, 2003, p. 32).

Na intendência de Costa Lima, que administrou a vila até 1917, houve também dualidade de poder, isto é, Leonel Velasco (engenheiro militar) empossou-se na intendência da vila de Campo Grande. Em 1917 assume o Guarda-livros de Rio Brillante Fernando Novais que se afastou do cargo em 1º de novembro do mesmo ano. Com o governo da vila desocupado, por um lado, assume, no período de 05/05/1918 a 20/03/1918, Leonel Velasco, sendo mais tarde substituído pelo seu vice o Vespasiano Barbosa Martins. Em 4 de maio de 1918 Sebastião da Costa Lima passa a dividir o poder com Vespasiano Barbosa Martins, sendo substituído pelo seu vice, João Pedrosa Souza (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005).

Com a entrada no governo do Estado de Mato Grosso do bispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, este anula as últimas eleições de 2 de novembro de 1917, e por meio do Ato nº 329 de 14 de agosto de 1917, nomeia Rosário Congro Intendente de Campo Grande (1918 – 1919).

No setor econômico, Campo Grande intensificou a produção de cereais (arroz, feijão, milho, farinha, açúcar, mel, banhas, entre outros), quer dizer, “De 1910 a 1918 a produção de cereais aumentou dez vezes. A tendência é promissora, para uma agricultura intensa, de modo a prover as necessidades do Estado” (GOMES, 2004, p. 45), isso porque, os proprietários de terras que se dedicavam no sul de Mato Grosso à criação de gado e os fazendeiros paulistas que plantavam café, precisavam comprar produtos alimentícios.

Na década de 1920 o desenvolvimento de Campo Grande ocorreu em um ritmo acelerado, sendo que em 1922 o número de casas aumentou de 200 para 950 em relação a 1915, bem como de 2.000 para 8.200 habitantes. As casas comerciais que não passavam de 12 e os veículos de 30, segundo Arlindo de Andrade Gomes 2004, p. 80:

Contam-se hoje [1922] mais de cem casas comerciais, quatro farmácias, oito hotéis, quatro padarias, 58 automóveis e 325 veículos diversos.

A cidade tem rede telefônica, que se estende aos subúrbios, e iluminação elétrica, devendo por todos este ano ser instalada grande usina hidrelétrica, com uma reserva de 40 hp para as indústrias.

Este ano ainda inaugurará o seu mercado, o abastecimento de água potável na zona urbana e começara o serviço de esgotos.

Nesse cenário (1910 e 1920) que os vereadores aprovaram medidas com a intenção de melhorar a estrutura de Campo Grande. Nesse sentido, em 1914 autoriza-se a utilização de um dos córregos (segredo e prosa) para o abastecimento de água, bem como foi

autorizada a “contratação de serviços de luz e força elétrica” em Campo Grande e permitida a abertura de vários armazéns (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 14).

Em 1914, a Estação de Ferro Noroeste do Brasil³⁶ ligou Campo Grande a São Paulo, favorecendo o seu desenvolvimento, aliados a outros fatores, conforme Bittar (2009, p. 193), como

[...] amenidade do clima e fertilidade do solo; sua localização nos campos da Vacaria, propícios ao apascentamento dos rebanhos bovinos e à faina agrícola; além de sua privilegiada posição geográfica no centro da região sul do estado, bem como as levas migratórias nacionais (paulistas, mineiros, gaúchos) e estrangeiras (paraguaios, árabes, japoneses, portugueses, italianos). O certo é que de todas as cidades beneficiadas pela ferrovia no trecho mato-grossense, avultou Campo Grande.

A autora chama a atenção para o fato de que

[...] a ‘vila caipira’, desde a sua fundação, parece ter exercido um certo encantamento aos que nela chegavam. Jornais, livros e documentos do passado revelam a idéia de progresso como aspecto sempre presente na trajetória do pequeno lugarejo de três ruas no início do século XX que se tornou a capital de um novo estado na sétima década desse mesmo século.

Entre 1910 e 1920, Campo Grande modernizou-se em passo acelerado da mesma forma que outras cidades brasileiras, apresentando características apontadas por Souza (2008, p. 36):

No alvorecer do século XX, eram muitas e notáveis os traços de modernidade da sociedade brasileira: crescimento urbano, remodelação e embelezamento das cidades com a abertura e calçamento de ruas, prolongamento de avenidas, construção de prédios públicos e arranha céus, arborização, parques e jardins públicos, casas de comércio, bondes, iluminação elétrica, expansão das estradas de ferro, instalação de fábricas, entre outros melhoramentos.

Neste sentido, na gestão de Arlindo de Andrade Gomes (1921 – 1923) iniciou-se a arborização das ruas de Campo Grande, além da doação de terrenos para a construção de quartéis e do Grupo Escolar Joaquim Murtinho (atualmente Escola Estadual Joaquim Murtinho). No período entre 1924 a 1926 assumiu Arnaldo Figueiredo, que sancionou a

³⁶ “A construção da Noroeste exerceu decisiva influência no progresso de Campo Grande, a ponto de podermos dividir sua história em dois períodos: pré e pós-estrada. Do mesmo modo que fatores diversos lentamente haviam determinado a formação do vilarejo de 1909, a partir dessa época, o fluxo de trabalhadores de todas as nacionalidades, e depois os aventureiros e especuladores de todas as castas, imprimiram à vida local, novo e acelerado ritmo. Circunscrito, aqui, se locou tão de pronto, pela facilidade do tráfego. Brasileiros de todos os Estados, notadamente nortistas; gregos, italianos, portugueses e japoneses, irmanados pelo ideal do lucro e embora em alguns também medrasse o sentimento de pátria, assistiram no dia 28-5-1914 a chegada a esta vila da primeira locomotiva, vinda de Aquidauana (O PROGRESSISTA, 12 de dezembro de 1940, p. 1, 2 e 6). Os vagões da Noroeste na viagem de ida levava os cereais para o Estado de São Paulo e na volta trazia operário especializado na agricultura, negociantes, artistas, ferreiros, pedreiros, pintores, curtidores, marceneiros, serradores, jornaleiros e etc. (GOMES, 2004, p. 43).

autorização dos vereadores, para calçamento das ruas de Campo Grande no ano de 1925. No ano seguinte foi construído em um terreno doado pela municipalidade o Rádio Clube, que em contrapartida a doação mantém ali uma biblioteca pública (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005).

É neste contexto, portanto, que Campo Grande cresceu impulsionada pela expansão das redes ferroviária e rodoviária que facilitaram a entrada de grande número de imigrantes (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses e italianos), além de comerciantes e fazendeiros de todo o Brasil, principalmente após a inauguração da Estrada de Ferro em 1914.

No final da década de 1920, Campo Grande já ganhava projeção no cenário estadual, pois, como demonstra Bittar (2004, p. 10),

[...] a vocação urbana de Campo Grande já estava delineada com 21.360 habitantes, o que revelava a acelerada dinâmica populacional da cidade. Por essa mesma época ela substituiu a luz dos ‘30 lampeões oferecidos pelo comércio’, que ficavam colocados nas esquinas. Veio, então, a luz elétrica sendo a segunda localidade mato-grossense a dispor desse serviço [...] Os seus traços citadinos vão se mesclando á matriz rural [...]

É preciso ressaltar que na década de 1920, uma forte elite política interessada no “progresso da cidade” já se projetava no sul, de modo especial em Campo Grande, “[...] o que iria ameaçar a hegemonia da capital [Cuiabá]” (BITTAR, 2009, p. 198).

O desenvolvimento de Campo Grande continuou em escala acelerada no período em que Getúlio Vargas ascendeu ao poder político e governou o Brasil, no período denominado Segunda República.

3. 1. 1 Campo Grande no Contexto pós-1930

Na década de 1930, em Campo Grande, “Devido à revolução armada que levou Getúlio Vargas ao poder, assumiu o governo municipal como interventor militar de 25 de outubro até 3 de novembro de 1930” (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 119), Mário Pinto Peixoto da Cunha. Nesta década Campo Grande registrou crescente processo de urbanização.

Essa precocidade do processo de urbanização da futura capital, consolidado na década de 30, surpreende não só por ser, em si, um movimento de vanguarda, antecipando em trinta anos uma tendência, mas, também, e principalmente, porque isso acontecia em meio a um sertão ermo, distante das principais cidades e dos focos mais ativos da economia brasileira [...] (CABRAL, 1999, p. 42).

Em 1932 o prefeito de Campo Grande, Arthur Mendes Jorge Sobrinho apesar de ter sido nomeado pelo governo federal, liderou o apoio às forças paulistas que se levantaram contra Getúlio Vargas, na Revolução Constitucionalista³⁷, pois Campo Grande esperava reciprocidade de São Paulo, o estado mais influente na política nacional, para se instalar um novo Estado na região sul. Aliada a Capital Cuiabana, Corumbá foi a principal cidade a combater as idéias separatistas³⁸ na região sul do estado (CORRÊA, 1981, p.51 e 52).

Segundo Bittar (1999, p. 189),

[...] O sentimento separatista aprofundou-se: no sul de Mato Grosso passou-se a falar abertamente em divisão do estado. Um movimento foi criado, nascendo a Liga Sul-mato-grossense e a causa separatista tornou-se lema da classe dos proprietários rurais de Campo Grande.

Neste contexto, Campo Grande começava a rivalizar com Cuiabá, a capital do estado e conforme, mais uma vez, Bittar (1999 p. 177):

Disputando com ela, a *Cidade Morena* almejava ser a capital de todos os mato-grossenses. Entretanto, a proposta de transferir a capital não seria aceita. Os motivos são óbvios: além do aspecto histórico, caso se transferisse a capital para a região sul, o problema do isolamento entre as duas regiões do território mato-grossense seria apenas invertido.

Em meio a estes conflitos, assumiu a administração de Campo Grande Pacífico Lopes de Siqueira (1933 – 1934) que ampliou os serviços relativos à captação de água com a intenção de aumentar o número de beneficiados. Sucedido por Antônio Luiz A. Boaventura (1935 – 1937) este priorizou o emplacamento das ruas, bem como a continuação do calçamento. Durante sua gestão foi reaberta a Câmara Municipal³⁹, em 1936, e no ano posterior foi fechada, só que desta vez, “Em virtude da nova Constituição [estadual], que extinguiu as Câmaras, no dia 13 de novembro de 1937, são encerrados os trabalhos dos vereadores” (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 25).

Ainda, em 1936, a arrecadação chegou a um patamar histórico, isto é, a 1.058:622\$000 (hum mil e cinquenta e oito contos e seiscentos e vinte e dois réis), pois a arrecadação da vila de Campo Grande não passava em 1910 de 19:083\$892 (dezenove contos e oitenta e três réis e oitocentos e noventa e dois), cinco anos depois, ela chegou a 62:966\$988 (sessenta e dois contos e novecentos e sessenta e seis réis e novecentos e oitenta e oito)

³⁷ A Revolução Constitucionalista de 1932, Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido no Brasil entre os meses de julho e outubro de 1932, onde o Estado de São Paulo visava à derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova Constituição para o Brasil (FAUSTO, 2008).

³⁸ Ressalta-se que “O divisionismo foi gerado no ambiente político instável da primeira República (1889 – 1939) marcado pelas práticas coronelistas. Por isso, convém relacioná-lo ao fenômeno geral da época” (BITTAR, 2009, p. 73).

³⁹ Esteve fechada durante o governo provisório de Getúlio Vargas (1930 – 1934).

aumentando respectivamente de cinco em cinco anos para 227:802\$098 (duzentos e vinte e sete contos e oitocentos e dois réis e noventa e oito, 304:600\$000 (trezentos e quatro contos e seiscentos réis), 952:866\$259 (novecentos e cinquenta e dois contos e oitocentos e sessenta e seis réis e duzentos e cinquenta e nove), quer dizer, a arrecadação de Campo Grande em menos de trinta anos aumentou consideravelmente (CORRÊA FILHO, p.156).

A década de 1940 no contexto internacional vivenciou os momentos da Segunda Grande Guerra Mundial (1939 – 1945) e Campo Grande sofreu também com os males desta guerra, pois a cidade teve que racionar, principalmente, alimentos. Nesta década, também, foi publicado o censo populacional, que apresentou um crescimento da população campo-grandense, ou seja, chegou a um número de 35.170 moradores, perdendo apenas para a capital Cuiabá (JORNAL DO SUL, 1941).

Com a saída de Vargas do poder Federal, em 1945, a Câmara de Campo Grande retomou os trabalhos, ou seja, projetos direcionados ao desenvolvimento social e urbanístico são aprovados com prioridade (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 25).

Nesse contexto de aumento populacional e, em consequência, de crescimento da demanda escolar, foram criadas instituições escolares de educação secundária em Campo Grande.

3.2 A Educação Secundária em Campo Grande

No que se refere à educação, vale lembrar, inicialmente, que em 1895, conforme Machado (1990, p. 53 e 54):

A povoação crescia, o comércio adiantava-se, as fazendas começavam a produzir o suprimento da cidade, a vida social modificava-se, o dinheiro já não estava tão *vasqueiro*, muita gente de fora procurava o novo vilarejo, inclusive os boiadeiros de Minas, que começavam a fazer suas compras aqui. Depois da visita do bispo d'Amor, casamentos foram legalizados, as pessoas foram batizadas e crismadas, a vida religiosa tornou-se mais intensa, o número de crianças da comunidade expandia-se rapidamente, **mas faltavam escolas** (grifo nosso).

Nesse contexto implantou-se à primeira escola pública em Campo Grande, em um prédio alugado na Rua Velha⁴⁰ (atualmente Rua 26 de Agosto), tendo como primeiro professor o gaúcho José Rodrigues Benfica⁴¹ (MACHADO, 1990, p. 54).

⁴⁰ “A rua única, que começava nas chácaras de Felisberto Loureiro e de Dona Novais, onde é hoje o Colégio Osvaldo Cruz, alcançava a pracinha (Costa Marques) e aí, pelo final do século [XIX], já tentava a bifurcação,

A esse respeito, o relatório apresentado pelo intendente Norberto de Almeida, em 1911, destaca que o lote número 12 da Avenida Marechal Hermes (atualmente Avenida Afonso Pena) foi separado para a construção do prédio. Essa começou a ser construída em pouco tempo devido ao auxílio do governador do Estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, bem como de municípios vizinhos com maior poder aquisitivo que o de Campo Grande (MACHADO, 1990, p. 130).

Em 1913 foi nomeado no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques (1911 – 1915) o professor Raimundo Nonato Moreira, que veio assumir e substituir um alfaiate que lecionava na “primeira escola estadual”. Este professor pagava dos seus vencimentos os alugueis do estabelecimento, ou seja, o governo alugava uma casa de madeira à custa do docente que servia provisoriamente para instruir os estudantes campo-grandenses. Com o passar do tempo a intendência mandou construir salas de aula nas mediações onde atualmente é o quartel do exército na Avenida Afonso Pena (MACHADO, 1990, p. 200).

Ainda no governo de Costa Marques, em 1914, o 5º Regimento de Artilharia Montada de Aquidauana foi transferido para Campo Grande. Desse modo, Rodrigues (1980, p. 134) afirma que dois militares, do referido Regimento, fundaram um estabelecimento que oferecia, além do curso primário, o curso secundário em Campo Grande⁴², conforme citação abaixo.

O capitão Arquimino Pinto Amando e o tenente Oto Feio da Silveira, nem bem aqui chegaram, fundaram um colégio, para os cursos primário e secundário, instalando-o provisoriamente na esquina formada pelas ruas 14 de Julho e 1º de Março (atual Dom Aquino).

Em 1917 foi implantado em Campo Grande, o estabelecimento de ensino denominado Instituto Pestalozzi⁴³ que havia sido aberto em Aquidauana por Arlindo de Lima⁴⁴, em 1915. No entanto, este foi transferido e instalado por pedido da intendência em Campo Grande (SÁ ROSA, 1990, p. 31).

para formar duas vias públicas, que tomaram mais tarde os nomes de Joaquim Murtinho e de Barão de Melgaço” (MACHADO, 1990, p. 58).

⁴¹ “O primeiro mestre-escola de Campo Grande, aquele que alfabetizou os primeiros filhos da terra campo-grandense, teve o seu nome conservado através dos anos: José Rodrigues Benfica [...] Natural de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, veio para Campo Grande ali pelos anos de 1895 ou 96” (RODRIGUES, 1980, p. 63).

⁴² Informa-se que o autor não apresenta maiores detalhes sobre estabelecimento mencionado.

⁴³ Sobre este estabelecimento de ensino, Luís Alexandre de Oliveira afirma: “Foi o Instituto Pestalozzi a semente do Colégio Dom Bosco e das instituições de ensino secundário, que em Campo Grande, se seguiram a ele” (OLIVEIRA *apud* SÁ ROSA, 1990, p. 31).

⁴⁴ “Lá pelos idos de 1915, veio para Aquidauana um advogado, para montar banca de advocacia e estabelecer-se naquela cidade. Seu nome era Arlindo Alfredo de Lima. Tinha especial vocação para o magistério e em Recife já havia dirigido uma Escola Normal com o nome de Instituto Pestalozzi. Também já fora deputado estadual por São Paulo. Embora fosse o melhor advogado da cidade, muito procurado, sempre achava tempo para dar aulas de

O Relatório encaminhado por Rosário Congro a Câmara, prestando contas de sua administração (1918 – 1919) registrava o subsídio que o Instituto Pestalozzi recebia do Município de Campo Grande, ou seja,

Ao ‘Instituto Pestalozzi, em virtude da Resolução n. 116, de 5 de julho de 1917, a Intendência dava a subvenção de Rs. 400\$000 (quatrocentos réis) mensais, isto pelo esforço limitado de dois anos, ou seja, até julho último. Estatui a subvenção mensal de 200\$000 (duzentos réis) à ‘Escola Republicana’, uma casa particular de ensino, bem como outra de igual quantia ao ‘Instituto Pestalozzi’ e que entrou a vigorar depois de extinto o prazo estabelecido pela Resolução acima citada (CONGRO, 2003, p. 90).

Em 1925, o Instituto Pestalozzi oferecia “ensino para ambos os sexos Internato semi-internato e externato. Curso: primario, secundario e preparatorios” (CORREIO DO SUL, 1925, p. 3). Um ano depois assumiu a direção o professor João Tessitori Jr. Neste ano, os estudantes passaram por exames de conclusão do curso secundário, pois o Departamento Nacional de Ensino autorizava a formação de Bancas Examinadoras. A Banca, especificamente, em Campo Grande contou com a presença de Cecil Thire, professor de matemática do Colégio Pedro II, que teve boa impressão dos Institutos Campo-grandenses, pois 94% dos examinados foram aprovados (FOLHA DA SERRA, 1933, p. 2).

Em 1927, o Instituto Pestalozzi foi administrado pela iniciativa particular e pela municipalidade e passou a se chamar Gymnasio Municipal de Campo Grande, sendo equiparado ao Colégio Pedro II. Cabe lembrar que, nesse período, a equiparação, de acordo com a Reforma Rocha Vaz (Decreto nº 16.782, 1925), era privilégio dos estabelecimentos públicos.

Conforme documento, este estabelecimento recebeu auxílio do município de Campo Grande, desde a construção de seu prédio próprio, no intuito de que esse servisse de modelo para os demais. Assim, com este auxílio para a construção do prédio e com a contribuição para a fiscalização que o município foi acionista do estabelecimento (CAMPO GRANDE, Ata, 1927, p. 22, 23, 40, 41 e 42).

Em 1930 os Padres Salesianos assumiram a direção deste Ginásio que passou a se chamar “Gymnasio” Municipal Dom Bosco, (GAZETA DO COMMERCIO, 1927, p. 4) e, depois, Colégio Dom Bosco⁴⁵.

Português, Francês e outras matérias, com ótima didática, deixando transparecer a Cultura de que era possuidor” (OLIVEIRA *apud* SÁ ROSA, 1990, p. 31).

⁴⁵ “Já o Colégio Dom Bosco nasceu no lugar onde era o Instituto Pestalozzi com o nome de Ginásio Municipal Campo-Grandense. Transformou-se com o tempo, num dos colégios mais tradicionais da cidade [...]” (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 1999, p. 177).

IMAGEM 1 – GINÁSIO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – 1927



Fonte: ARRUDA, 2008.

De modo geral, já em 1918, a instrução campo-grandense contava com quatro escolas municipais e seis estaduais. O setor particular contava com a Escola Japonesa, que oferecia o nível primário para os estudantes japoneses, além do Instituto Pestalozzi e a Escola Republicana, ou seja, ambas ofereciam o ensino primário nos regimes de internato e externato para ambos os sexos (CONGRO, 2003, p. 72).

Chama-se a atenção para a quantidade de estabelecimentos de ensino particulares nos limites de Campo Grande: “Diz, porém, o Dr. Inspector Escolar, desta cidade, que se pôde calcular em mais de 20 as escolas particulares do município, distribuídas pelas fazendas, com uma frequência total de 300 crianças, aproximadamente, que ahi recebem a necessária instrução” (MATO GROSSO, 1919).

Outra instituição de ensino que foi criada na década de 1920, mais precisamente em 1923, foi o Instituto Rui Barbosa pelo professor Luís Alexandre de Oliveira, mas este estabelecimento de ensino, que oferecia somente o primário, não prosperou e fechou as portas. Abordará sobre este estabelecimento de ensino a seguir, pois ele foi a semente do Instituto Oswaldo Cruz

Em maio de 1929 o governador de Mato Grosso, Mario Corrêa da Costa relatou em sua mensagem o número de estabelecimentos de ensino secundário em Campo Grande, bem como a quantidade de alunos matriculados, ou seja: Ginásio Municipal com 262 alunos e Internato Oswaldo Cruz, com 265 alunos (MATO GROSSO, 1929).

No entanto, o relatório do intendente de Campo Grande Manuel Joaquim Morais (01/01/1929 a 01/04/1929) em 2 de janeiro de 1929 registra que as duas instituições ofereciam o ginásio, sendo que a quantidade de estudantes do sexo masculino era de 448 e do sexo feminino era de 105 estudantes, totalizando 553. Isto em dados percentuais corresponde a 81% dos estudantes no ensino secundário de Campo Grande do sexo masculino, enquanto 19% eram do sexo feminino, como pode ser observado na tabela a seguir:

TABELA 3 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE (1929)

| Por gênero | Mas. | Fem. | Total |
|-----------------------------------|------|------|-------|
| Estabelecimentos | | | |
| Ginásio Municipal de Campo Grande | 243 | 43 | 286 |
| Internato Osvaldo Cruz | 205 | 62 | 267 |
| Total | 448 | 105 | 553 |

Fonte: MORAIS, 2007.

Ainda na década de 1920, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi fundado pelas irmãs Salesianas no ano de 1926, na Rua 26 de Agosto, em um prédio sem conforto. No entanto, transferiu-se, depois, para novas instalações, como se pode verificar no jornal da época:

Os seus pavilhões imponentes, construídos em terreno vasto, com todas as instalações modernas prescritas pelo atual critério pedagógico – salas claras e arejadas, completo gabinetes de Física, Química e História Natural, amplos, e higienicos dormitórios, patios grandes onde se processa a cultura física pela ginástica rítmica e variados jogos – e uma capela artística, lá estão para quem os quizer visitar (FOLHA DA SERRA, 1933, p. 2).

Em 1933, segundo reportagem do jornal Folha da Serra:

As escolas, em todos os seus recantos, fervilham de alumnos nos seus diferentes graus de cultura: – primaria, secundaria, superior, – desanalfabetizando, educando, ilustrando, capacitando, a infancia e mocidade para triunfar na luta pela vida atual tão erichada de impecilios que a concurrencia do mais ladino ou do mais capaz, sabe gerar em todos as investidas da atividade humana.

Campo Grande, em 1933, tinha 2.580 estudantes matriculados sendo, aproximadamente, 83% no ensino primário, 10% no Ginásio, 4% no Normal e apenas 3% no comercial.

TABELA 4 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM CAMPO GRANDE EM 1933

| Nome do estabelecimento | Primário | Ginasial | Normal | Comercial | Total |
|---------------------------------|----------|----------|--------|-----------|-------|
| Ginásio Municipal [Dom Bosco] | 191 | 171 | - | - | 362 |
| Colégio N. S. Auxiliadora | 204 | - | 85 | 67 | 356 |
| Internato Osvaldo Cruz | 28 | 101 | - | 14 | 143 |
| Escola Modelo e Normal | 654 | - | 28 | - | 682 |
| Escola Ativa Visconde de Taunay | 321 | - | - | - | 321 |
| Patronato B. do Rio Branco | 66 | - | - | - | 66 |
| Escola Visconde de Cairú | 97 | - | - | - | 97 |
| Escola Antonio João | 177 | - | - | - | 177 |
| Externato São José | 44 | - | - | - | 44 |
| Escola Propedêutica | 53 | - | - | - | 53 |
| | 279 | - | - | - | 279 |
| | 2.114 | 272 | 113 | 81 | 2.580 |

Fonte: FOLHA DA SERRA, 1933.

O curso comercial era oferecido pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, com 67 (82%), alunos matriculados e pelo Ginásio Osvaldo Cruz com 14 (17%) alunos. No que se refere aos ginásios havia apenas dois estabelecimentos de ensino ginásial, ambos mantidos pela iniciativa particular. Sendo assim, no Ginásio Municipal Dom Bosco havia 171 (62%) dos estudantes deste nível, enquanto no Ginásio Osvaldo Cruz, 101 (13%) (FOLHA DA SERRA, 1933). Este último será tratado, de forma mais detalhada, a seguir.

3. 3 O Ginásio Osvaldo Cruz: seu fundador, mantenedores e o processo de reconhecimento oficial.

Cabe salientar, inicialmente, que o Ginásio Osvaldo Cruz⁴⁶ tem sua história diretamente ligada com a do Instituto Rui Barbosa. Este Instituto foi aberto pela primeira vez pelo professor Luís Alexandre de Oliveira, como ele mesmo relata abaixo.

Montei em 1923, em minha casa, na rua 13 de maio, ao lado da Igreja Batista, uma escola que denominei Instituto Rui Barbosa, e transferei-a algum tempo depois ao professor Henrique Correa. Comecei com duas alunas, cada uma me pagando dez mil réis de mensalidade. No fim do mês, já tinha número suficiente de alunos, para cobrir as despesas. (SÁ ROSA, 1990, p. 32).

IMAGEM 2 – GINÁSIO OSVALDO CRUZ NA DÉCADA DE 1920



Fonte: ARRUDA, 2008.

⁴⁶ Osvaldo Gonçalves Cruz nasceu em 5 de agosto de 1872 em São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo. Ele entrou na Faculdade de Medicina, formando-se aos 20 anos de idade. Deixou o Brasil para estudar na França em 1896, mais especificamente no Instituto Pasteur. Regressou ao Brasil em 1899 e assumiu a direção técnica do Instituto de Manguinhos (Instituto Soroterápico Nacional). Quatro anos depois tomou posse como diretor da Saúde Pública, formando uma equipe sanitária que irá erradicar as doenças que dizimam a população brasileira, por exemplo: febre amarela, varíola e peste bubônica. No ano 1917 com apenas 45 anos, morreu em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Henrique Corrêa transferiu o Instituto Rui Barbosa para um novo local que era alugado, isto é, para um lugar que foi construído, em 1918, para abrigar um armazém de produtos secos e molhados, porém o estabelecimento de ensino faliu (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Como mostra Arruda (2006, p. 109) muitas escolas em Campo Grande iniciaram as suas atividades em locais provisórios, como é o caso do Ginásio Osvaldo Cruz.

Muitas escolas foram implantadas em edifícios alugados, cuja finalidade primeira era sempre educar e não construir e essa prática se repete até os dias de hoje. Um bom exemplo disso é o Colégio Osvaldo Cruz que ocupou o prédio de um antigo armazém de secos e molhados ou ainda do prédio da primeira Faculdade de Campo Grande, a de Odontologia, na Rua Cândido Mariano.

Assinala-se que essa situação de improvisação não se diferenciava de outros estados da federação. Souza (2008, p. 189) salienta que em São Paulo, “o crescimento da rede de ginásios no estado e na capital paulista ocorreu nesse período [1930 – 1960] sob o signo da improvisação, utilizando mecanismos como o aproveitamento de instalações de grupos escolares e a adoção de seções em período noturno”.

Enquanto Ranzi (2007, p. 194-195) acentua que os estabelecimentos escolares no Paraná, entre eles o Ginásio Paranaense, foram “pensados, construídos e remodelados”, no período que compreende a Primeira República, em espaços provisórios. Destaca que o referido ginásio foi instalado, inicialmente, em um lugar precário.

Nesse contexto, o Instituto Rui Barbosa, foi reaberto com a denominação de Instituto Osvaldo Cruz (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939), durante a vigência da Reforma Rocha Vaz (1925), a última instituída na Primeira República. Esta regulamentava que os estabelecimentos particulares, assim como os ginásios públicos, deveriam seguir os parâmetros de organização administrativa e pedagógica do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II).

Assim, em 15 de março de 1927 iniciaram-se as atividades no Instituto Osvaldo Cruz, com características de internato. Um ponto a considerar é que com o internato o Instituto criou instalações próprias para esse tipo de educação, por exemplo, o dormitório era um amplo salão, bem higienizado, separado em dois grupos, quer dizer, os estudantes médios ficavam de um lado, enquanto os maiores do outro. As camas eram de ferro esmaltado, feitas por encomenda pela empresa de São Paulo “Bruno, láscio & Cia” (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Além disso, havia a rouparia, que ficava embaixo do dormitório. “Os armários, dispostos em quatro fileiras, com repartições individuais, foram especialmente fabricados pela firma “C. Castellano & Cia.”, de S. Paulo, são de cedro envernizado e a sua fabricação obedeceu a um modelo pre-estabelecido, prático e utilíssimo.” (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

O refeitório era constituído de mobiliário próprio para atender aos alunos internos com mesas que cabiam dez estudantes. Na cozinha encontravam-se, além dos acessórios alimentares, dois fogões, sendo um a lenha. Na enfermaria, o estabelecimento oferecia o atendimento de um médico plantonista⁴⁷ e disponibilizava todos os medicamentos necessários para emergências.

A instituição mantinha, também, um gabinete dentário, com cadeira eletrônica, bem como esterilizadores. Este era constituído ainda de ferramentas clínicas e cirúrgicas, mas os serviços odontológicos foram desativados devido à preferência dos internos em consultar com dentistas particulares (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Infere-se que o regime de internato foi o meio mais seguro encontrado, por exemplo, pelos fazendeiros e comerciantes para que seus filhos tivessem acesso e concluíssem o ensino secundário, levando-se em conta que nesse período a população no estado era predominantemente rural.

Em fevereiro de 1929, o seu primeiro proprietário e diretor, o professor Henrique Corrêa solicitou a inspeção do estabelecimento com a intenção de obter reconhecimento oficial, conforme o Decreto nº 16.782-A, de 1925. Ao mesmo tempo em que a referida Reforma permitia equiparação ao Ginásio Nacional somente para as instituições públicas, aceitava a organização de juntas examinadoras para avaliarem os estabelecimentos particulares que pretendiam obter o reconhecimento oficial.

Diante disso, realizaram-se os primeiros exames de admissão ao curso ginasial sob a fiscalização do Inspetor Federal Jaime Ferreira de Vasconcelos, sendo o estabelecimento denominado de Ginásio Osvaldo Cruz (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Posteriormente, segundo Luís Alexandre de Oliveira, o senhor Henrique Corrêa vendeu o Ginásio Osvaldo Cruz para Augusto Cardoso, um oficial do exército de Ponta Porã. Este, por sua vez, transferiu o estabelecimento para Antonio Leite de Campos. Assim entre 1929 e 1933, a referida Instituição pertenceu a duas pessoas (OLIVEIRA *apud* SÁ ROSA, 1990, p. 33).

⁴⁷ O médico do estabelecimento era Fernando Corrêa da Costa, que foi governador do Estado de Mato Grosso e médico do Instituto Pestalozzi.

Ao longo da década de 1930, o sindicato dos professores assumiu o Ginásio Osvaldo Cruz. Infere-se que o sindicato dos professores passa a administrar o estabelecimento com o intuito de não permitir que seu espaço de trabalho fosse fechado. Até porque não existiam muitos estabelecimentos de ensino secundário para se lecionar na década de 1930 em Campo Grande. Entre os professores que faziam parte do sindicato do curso secundário de Campo Grande destacam-se: Argemiro Fialho, Tertuliano Meireles, Teixeira Campos e Múcio Teixeira Junior (OLIVEIRA *apud* SÁ ROSA, 1990, p. 33).

Este último em depoimento afirma:

[...] Fui durante vários anos professor de Matemática do Osvaldo Cruz e, de 1933 a 1935, assumi a direção de seu internato. Lembro-me dos professores daquele tempo, Luís Alexandre de Oliveira, Virgílio Alves Campos, que abandonou a Medicina no 5º ano e ensinava História Natural, Severino Queirós, professor de Português, que foi apelidado pelo João Tessitori de Dr. Gramática, porque insistia que sem a gramática ninguém podia escrever bem, Henrique Correa, também professor de Português (TEIXEIRA JÚNIOR *apud* SÁ ROSA, 1990, p. 47).

O sindicato administrou o estabelecimento até setembro de 1934, quando foi comprado pelo professor Enzo Ciantelli.

Em 1933, o estabelecimento passou a pertencer a um sindicato de professores do curso secundário, permanecendo assim dirigido até setembro de 1934, quando foi adquirido pelo seu atual proprietário, Prof. Enzo Ciantelli, que a êle incorporou o ‘Colégio Visconde de Taunay’, por êle próprio fundado e que mantinha curso primário e comercial sob Inspeção Federal (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Nesse período, a Reforma Francisco Campos de 1932, mencionada no Capítulo I deste trabalho, especificamente, o Art. 55 do Decreto 21. 241, de 4 de abril de 1932, definia que “Aos estabelecimentos de ensino secundário que preencherem as condições dos arts. 51 e 53, mediante proposta do Conselho Nacional de Educação, aprovada por dois terços dos seus membros, será concedida a inspeção permanente por decreto do Governo Federal”. Assim,

§ 1º Os estabelecimentos de ensino secundário, mantidos pelos Governos dos Estados ou pela Municipalidade do Distrito Federal, que obtiverem as prerrogativas constantes deste artigo, serão considerados equiparados ao Colégio Pedro II, devendo os respectivos professores ser admitidos nas condições estabelecidas para o mesmo colégio.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por municipalidades, associações ou particulares, que obtiverem as mesmas prerrogativas, serão **designados estabelecimentos livres** de ensino secundário (grifo nosso) (BRASIL, 1932).

No entanto, os estabelecimentos de ensino secundários particulares que pelo Ministério da Educação fossem reconhecidos, por meio da inspeção preliminar, teriam o

prazo de dois anos para se organizar. No entanto, poderiam pedir prorrogação, sucessivas, de dois em dois anos se não houvessem cumprido as normatizações da referida Reforma. (BRASIL, 1932).

Conforme mostra o Relatório de 1939, a direção do Ginásio Osvaldo Cruz solicitou, por mais de uma vez, que a inspeção preliminar fosse prorrogada, isto é, até 29 de julho de 1936 para organizar-se de acordo com a legislação federal. Para não correr nenhum risco, a diretoria antecedeu em oito dias o prazo do vencimento da última prorrogação e encaminhou um requerimento ao Conselho Nacional de Ensino, por meio da inspetoria geral de ensino secundário do Estado, solicitando a inspeção permanente ao Ginásio Osvaldo Cruz.

No entanto, somente o Curso Comercial, encontrava-se sob inspeção permanente segundo o relatório a seguir:

Éste estabelecimento, que funciona em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, cidade que tem a aproximada população de 25.000 habitantes, á Rua Anhanduí nº 323, sob regime de internato para o sexo masculino e externato para ambos os sexos, em virtude das prerrogativas que lhe foram concedidas, forma, no corrente ano de 1939, sua sétima turma de alunos que concluíram o curso secundário fundamental, mantendo, além do curso seriado, curso comercial sob Inspeção Permanente e curso primário (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

O ensino comercial era oferecido somente em regime de externato, o que pode ter favorecido o reconhecimento permanente. No caso do curso ginásial oferecido também em regime de internato, este não havia cumprido, até aquele momento, os requisitos da legislação vigente. Desta forma, foi preciso fazer adequações no Ginásio Osvaldo Cruz para corresponder às exigências da legislação.

Assim, o Ginásio Osvaldo Cruz foi reformado no ano de 1937, sendo substituídos os mobiliários, como camas, armários, chuveiros, bem como para realçar a pintura a óleo para impermeabilizar as paredes (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939). Com os reparos realizados, a direção do Ginásio Osvaldo Cruz adequou o estabelecimento às normas da Reforma, elaborada no Ministério de Francisco Campos, para receber do Ministério da Educação a inspeção permanente do curso ginásial.

Nesse período, o Ginásio Osvaldo Cruz limitava as matrículas para o internato em cinquenta alunos, correspondendo ao número de camas no dormitório devido à capacidade do edifício (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939) e atendia, dessa forma, aos requisitos da Reforma Francisco Campos.

As aulas no curso secundário duravam 50 minutos, ou seja, das 7 horas e 10 minutos às 11 horas com intervalo de 10 minutos entre uma aula e outra, correspondendo ao

que estabelecia a Reforma Francisco Campo, de 4 de abril de 1932. As aulas do curso comercial eram divididas em três turnos: 7 horas e 10 minutos às 11:00 horas, período matutino, 12 horas e 50 minutos às 16 horas no vespertino e no noturno era das 19 horas às 21 horas e 15 minutos. Enquanto, “O horário do internato é feito de modo a tirarem os alunos o máximo proveito possível para o físico e para o intelectual” (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Outro ponto a considerar para o funcionamento do curso refere-se aos recursos didáticos. Verifica-se que a biblioteca, por exemplo, era composta por 1.123 obras em estantes envidraçadas, entre elas coleções como: Coleção completa, em 24 volumes, da Biblioteca Internacional de Obras Célebres; duas do Tesouro da Juventude; obras completas de Machado de Assis, em 21 volumes; Enciclopédia e Dicionário Internacional; Coleção Ler, de José de Alencar e coleções da vida e do progresso do estabelecimento desde a sua fundação. Havia cadeiras, poltronas e mesas para as consultas, tendo a biblioteca que dividir espaço com a sala dos professores (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Ainda, quanto aos recursos didáticos para desenvolvimento dos estudos, estava prevista a construção de uma sala de desenho em 1940. Nos termos do Relatório,

Existe no estabelecimento todo o material necessário para o ensino de Desenho, como sejam, transferidores, régua, compassos, esquadros, sólidos geométricos em madeira e em papelão pintado, cavaletes para exposição de modelos, pranchetas para o ensino de cartografia, topografia, modelos de desenho em gesso e um esfolado para desenho anatômico, etc. (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Quanto às atividades pedagógicas, destacam-se as esportivas realizadas no pátio, pois o Ginásio Osvaldo Cruz não possuía uma área esportiva para as atividades de educação física. O orientador destas atividades era o sargento do exército, Damião Demutti Souto, que desenvolvia atividades de bola ao cesto (basquetebol), voleibol e atletismo em geral. A instituição disponibilizava ainda materiais para ginástica e para o futebol (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Souza (2008, p. 129 -130) salienta que nas primeiras décadas do século XX era comum a criação de grêmios e associações estudantis pelos estudantes das instituições de ensino secundário. Ou seja, “As agremiações e a imprensa lançavam os jovens estudantes na vida pública, divulgando a vida escolar para a sociedade e debatendo na escola fatos e problemas sociais”.

Neste sentido, entre as atividades extras curriculares do Ginásio Osvaldo Cruz destaca-se o Grêmio Literário “Castro Alves”, fundado em 1934. Outra atividade extra

curricular eram os passeios. Por exemplo, organizaram caravanas para Corumbá, Aquidauana e Cuiabá, incentivadas pelo poder público municipal e estadual que, inclusive, patrocinavam as viagens.

Ressalta-se que no primeiro ano da década de 1940, o Ginásio foi comprado e dirigido em sociedade pelos senhores José Fontanillas Fragelli⁴⁸ e Wilson Barbosa Martins⁴⁹ e posteriormente foi comprado, em 1942, pelo professor Luís Alexandre de Oliveira. Nas palavras de Fragelli,

Eu comprei com o Dr. Wilson. Nós compramos do Sr. Enzo Ciantelli, um grande educador que tinha em Campo Grande e ficamos três anos e meio, me parece. Aí veio a Guerra e o Dr. Wilson foi ser soldado e durante uns tempos eu fiquei sozinho lá. Nas folgas ele aparecia e assim fomo ficando até que vendemos o Colégio (FRAGELLI *apud* ROSA SÁ, 1990).

Na década de 1940, também, verifica-se que devido à demanda, o Ginásio Osvaldo Cruz ultrapassou sua capacidade. Portanto a referida instituição adotou como critério para selecionar os pretendentes o comportamento e o aproveitamento escolar do ensino primário, como se pode verificar no trecho abaixo.

A Diretoria em vista do sempre crescente número de alunos, não desejando ampliar suas instalações e garantir ao mesmo tempo um ensino verdadeiramente eficiente, resolveu limitar a 500 o número de matrículas para o externato, e fixar em 80 as vagas para o internato masculino. Haverá, em consequência, uma seleção entre os alunos, na qual serão fatores principais o comportamento e a aplicação. Os interessados deverão dirigir-se em tempo á Secretaria do estabelecimento para as informações necessárias e para reservar as vagas (JORNAL DO COMÉRCIO, 1940).

Em 15 de novembro de 1941 os estudantes do Ginásio Osvaldo Cruz visitaram a cidade de Aquidauana, grupo este reunido pelo Diretor Professor Enzo Ciantelli, que foi recebido por toda a população na Estação Ferroviária, bem como por dois grupos de escoteiros que homenagearam os visitantes com a formação escoteira⁵⁰ (JORNAL DO SUL, 1941).

Desta forma em 1942 foi organizada outra caravana de cinquenta pessoas, entre estudantes e professores e o Diretor Dr. Wilson Barbosa Martins, do Ginásio Osvaldo Cruz para visitar Corumbá. Em manifestação de cordialidade “Todos os estabelecimentos de Ensino da cidade estão se

⁴⁸ Foi governador do Estado de Mato Grosso no período de 1971 a 1974 e senador da República (1980 a 1987) (Disponível em www.potyguar.com.br).

⁴⁹ Foi governador do Estado de Mato Grosso do Sul nos períodos de 1983 a 1986 e de 1995 a 1998, assim como Senador Constituinte de 1987 a 1994 (Disponível em www.sulmatogrossense.com.br/governadores).

⁵⁰ “A programação previa jogo de futebol no campo da Noroeste, na tarde de sábado, entre o Ginásio Osvaldo Cruz e equipes locais. Pela manhã de domingo assistiram missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição e aconteceram sucessivos jogos de voleibol e basquetebol. No meio da tarde do dia 16 apresentou-se uma peça de teatro/litero/musical no Cine Gloria” (JORNAL DO SUL, 16 de novembro de 1941).

preparando, galhardamente, para fazer uma recepção condigna aos colegas que visitam” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1942). Organizou-se um animado baile, jogo de vôlei e basquete entre as equipes do Osvaldo Cruz e o ginásio Maria Leite, bem como atividades literárias.

Na segunda gestão de Luís Alexandre de Oliveira, os administradores do Ginásio Osvaldo Cruz receberam do Ministério da Educação e Saúde Pública algumas orientações para a instituição ser beneficiada pela inspeção permanente. Neste sentido, o Ministério da Educação e Saúde, por meio do Departamento Nacional de Educação (Divisão de Educação Física), endereçou um ofício em 12 de março de 1943 ao diretor do Ginásio Osvaldo Cruz solicitando, em complemento ao relatório de 1939, que fossem enviadas para a Divisão de Educação Física, fotografias dos seguintes itens:

- I – Chuveiros – Individuais para a secção feminina na proporção mínima de 1 para 20 alunas, de acordo com a capacidade de matrícula prevista.
- II – Vestiários – Vestiário para a secção feminina com capacidade mínima de para 1/10 do limite de matrícula (BRASIL, 1943).

Em 1943, o inspetor responsável pelo Osvaldo Cruz recebeu um ofício do Ministério da Educação e Saúde, mais especificamente, da Divisão de Ensino Secundário em 14 de outubro, informando que a inspeção somente seria possível se o estabelecimento enviasse a documentação fotográfica, discriminando o número de bidês (BRASIL, 1943).

Depois das adequações feitas pelos diretores, atendendo às exigências do Ministério da Educação e Saúde, o Ginásio foi reconhecido pelo regime de inspeção permanente, segundo o Decreto Federal nº 14.708 de 8 de fevereiro de 1944, ou seja, recebeu a equiparação oficial. Sendo assim: “Art. 1. É concedido reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Osvaldo Cruz, com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.” (BRASIL, 1944).

No final da década de 1940 já na Presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951), mais precisamente em 1948, o senador pelo Estado de Mato Grosso, Vespasiano Martins, intercedeu em nome do estabelecimento solicitando ao Ministério da Educação e Saúde, a elevação do Ginásio Osvaldo Cruz para Colégio, o que possibilitaria que a instituição pudesse atender o ensino primário, comercial e os dois ciclos do ensino secundário, no âmbito da Reforma Capanema (Decreto-Lei nº 4.244 de 1942) que criou os dois tipos de estabelecimentos denominados de ginásial e colegial.

No dia 28 de setembro de 1948, o senador Vespasiano recebeu a comunicação, por meio de ofício do Secretário do Ministro que:

Em vista de sua ausência momentanea desta Capital [do Brasil, Rio de Janeiro], incumbio-me o Sr. Ministro de comunicar a V. Excia. que já se

encontra em andamento, com recomendação especial, o processo referênte ao reconhecimento do Ginásio ‘Oswaldo Cruz’, de Campo Grande, sob o regime de inspeção preliminar a ‘colégio’, para 1949 (BRASIL, 1948).

O comunicado recebido pelo senador Vespasiano Martins foi confirmado no ano seguinte, ou seja, o Decreto Federal nº 26.402 de 24 de fevereiro de 1949 estabelecia o seguinte:

Art. 1.º O Ginásio Oswaldo Cruz, com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, fica autorizado a funcionar como colégio.

Art. 2.º A denominação do estabelecimento de ensino secundário de que trata o artigo anterior passa a ser Colégio Oswaldo Cruz.

Art. 3.º O reconhecimento, que pelo presente decreto é concedido ao Colégio Oswaldo Cruz, considera-se-á quanto aos seus cursos clássico e científico, sob regime de inspeção preliminar (BRASIL, 1949, p. 280 a 281).

Feitas essas considerações, aborda-se a seguir o perfil dos alunos e dos docentes, assim como as formas de pagamento ao curso.

3.3.1 Ginásio Oswaldo Cruz: perfil dos alunos e professores

Segundo o Relatório de 1939, expedido pela direção do Ginásio, o estabelecimento não recebia subvenções de nenhuma natureza do poder público. Desta forma, dependia exclusivamente das anuidades pagas pelos alunos internos e externos; “O orçamento preventivo para o mesmo ano acusava um provável ‘superavit’ de RS. 56:000\$00” (cinquenta e seis contos), o qual como nos anos anteriores eram convertidos em material escolar, assim como para manter alunos de baixa renda estudando no estabelecimento (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

O quadro abaixo mostra custos por mês, que os pais dos alunos tinham que desembolsar:

QUADRO 1 – VALOR DAS MENSALIDADES DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ

| Cursos | Externos | | | | | | | Internos | |
|---------|----------|---------|----------|------|------|------|------|----------|-----------|
| | Prim. | Comerc. | Ginásial | | | | | | Datilogr. |
| | | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | | |
| Valores | 20\$ | 50\$ | 45\$ | 50\$ | 55\$ | 65\$ | 70\$ | 20\$ | 50\$ |

Fonte: GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939.

No que se refere ao corpo discente, Souza (2008, p. 107-108)⁵¹ assinala que na Primeira República a tendência nacional demonstrava a predominância masculina no ensino secundário, pelo menos dos concluintes, pois em dados estatísticos formava-se no Brasil 64% de jovens masculinos, enquanto o público feminino era de 35%. No caso de Mato Grosso, segundo Corrêa Filho (p. 187-188), no mesmo período, esta diferença era maior, pois 70% eram homens e apenas 30% mulheres.

O Ginásio Osvaldo Cruz, nos anos 1930, mantinha ainda esta tendência, pois o referido estabelecimento atendia nos três turnos e oferecia os seguintes cursos: primário, ginásio e comercial e tinha matriculado, em 1939, no período matutino, na qual se oferecia o curso ginásial e comercial, 230 alunos sendo 160 do sexo masculino (69,56%) e 70 do feminino (30,43%), no turno da tarde, por sua vez, que possibilitava curso primário e comercial, somavam-se 244 alunos sendo 164 homens e 80 mulheres. No período que correspondia ao noturno o número de alunos era bem menor, sendo menor ainda a presença de mulheres, isto é, neste período a instituição oferecia o curso comercial, com um total de 27 alunos, sendo 24 do sexo masculino e 3 do feminino.

Em 1939, o referido Ginásio atendia estudantes de ambos os sexos, no entanto, o regime de internato continuava permitido apenas para homens, restando apenas à opção do externato para o público feminino. Este estabelecimento, segundo o Relatório, formaria a sua sétima turma e que vários alunos formados neste estabelecimento estavam alcançando bons resultados nas academias de todo o país (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

Em anúncio, de 8 de novembro de 1940, o Ginásio Osvaldo Cruz, estabelecia que disponibilizava, para ambos os sexos, os seguintes cursos: Comercial “Carlos de Carvalho”, Secundário, Propedêutico, Admissão e Primário e que estavam abertas as inscrições para o interessados a prestarem os exames de admissão na 1ª série ginásial, nos períodos diurno e noturno, em dezembro de mesmo ano. No caso de um aproveitamento não considerado suficiente, o Ginásio oferecia nos meses de janeiro e fevereiro curso de férias, ou seja, aulas de preparação para os exames de admissão, que eram aplicados em uma segunda ocasião (O PROGRESSISTA, 1940).

Registra-se que em 1944, quando obteve o reconhecimento oficial, o Ginásio Osvaldo Cruz, sob a direção de seu novo proprietário Luis Alexandre de Oliveira, foi enaltecido pelos comandantes militares devido ao oferecimento de um curso aos soldados no

⁵¹ Souza (2008, p. 121-122) apresenta os estudos de Nadai e Cunha, respectivamente, sobre o Ginásio do Estado de São Paulo e o Ginásio de Ribeirão Preto que tratam da composição social dos estudantes dos referidos ginásios.

período noturno, ou seja, “O Instituto Oswaldo Cruz vem dia a dia crescendo e justificando o alto conceito que tem sabido conquistar pelo nobre critério da sua esclarecida direção e pela proficiência do corpo docente”. A mensagem acentua que “os cursos eram oferecidos à noite, sendo neste período a única forma de estudar, no caso dos militares de baixa patente, bem como de outros jovens humildes que trabalhavam para ajudar na renda familiar, estes aproveitavam a oportunidade como esta para se matricularem no estabelecimento” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1944).

A afirmação acima indica que o Ginásio passou a oferecer, nos anos de 1940, no turno noturno, cursos destinados aos trabalhadores que não faziam parte da elite econômica e intelectual.

Sobre os estudantes egressos do Ginásio Oswaldo Cruz destaca-se que muitos alcançaram a sua admissão nos Institutos de Ensino Superior de várias regiões do Brasil, por exemplo: Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia, Contador, Filosofia, Letras no Rio de Janeiro (RJ); Normalista em São Paulo (SP), Agronomia em Piracicaba (SP), Veterinária em Caçapava (SP); Agronomia em Viçosa (MG), Eletrotécnica em Itajubá (MG); Medicina – sem identificação da cidade – (PA) (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939), o que pode inferir que esses alunos eram oriundos de famílias pertencentes à elite econômica⁵².

O patrimônio do Ginásio Oswaldo Cruz, por sua vez, em 1938, estava avaliado em 182:981\$900⁵³ (cento e oitenta e dois contos e novecentos e oitenta e um réis e novecentos), distribuídos como será mostrado na tabela a seguir:

⁵² No Relatório de 1939 elaborado pelo diretor e proprietário Enzo Ciantelli havia registros sobre os estudantes, mas como o relatório não foi conservado adequadamente, não foi possível identificar o nome dos alunos do Ginásio Oswaldo Cruz e a que famílias pertenciam de forma explicitar a composição social dos estudantes.

⁵³ Este é o total referente aos bens materiais, pois se considerar todas as transições financeiras do estabelecimento de ensino terá o total de 213:805\$500 mil réis (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939).

TABELA 5 – PATRIMÔNIO DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ

| Patrimônio da Escolar | Réis |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Gabinete, Laboratório, Museu de História Natural, Material para Desenho e Geografia | 94:943\$900 |
| Mobiliário Escolar | 3:560\$000 |
| Carteiras Escolares | 18:730\$000 |
| Imóveis | 10:000\$000 |
| Moveis em Geral e Moveis e Utensílios do Escritório | 13:190\$000 |
| Dormitório e Rouparia | 12:605\$000 |
| Maquinas de Escrever, da aula de datilografia | 8:163\$000 |
| Copa, Cozinha e Refeitório | 3:150\$000 |
| Biblioteca | 10:830\$000 |
| Piano, instrumentos de música e Fanfarra escolar | 5:685\$000 |
| Material de Desportes | 2:105\$000 |
| Total | 182:981\$900* |

Fonte: GINÁSIO OSVALDO CRUZ, Relatório, 1939.

*Antes dos dois pontos lê-se contos e antes do cifrão lê-se réis.

Os recursos acima citados mostram o investimento, por parte da direção do Ginásio, principalmente nos laboratórios, uma exigência da época para os ginásios mantidos pelo governo estadual que funcionavam de acordo com o modelar Colégio Pedro II.

Souza (2008, p. 121) esclarece que

Cada ginásio do estado poderia contar com um preparador de Física e Química, incumbido da guarda, vigilância e preparação de todo o material pertencente ao gabinete e ao laboratório e à execução das experiências, dispondo dos aparelhos e recursos necessários às aulas.

Ao tratar do papel do professor no ensino secundário, Souza (2008, p. 189) argumenta que “o exercício da docência ancorava-se no rigor, na exigência, na cobrança nos exames parciais e finais, nas sabatinas e chamadas orais, no compromisso com a escola e no orgulho de exercer uma profissão intelectual”. Desta forma o corpo docente segundo Souza (2008, p. 124) era formado por indivíduos que circulavam na sociedade, pois, além do magistério, exerciam suas funções de profissionais liberais, bem como se dedicavam ao jornalismo e à política, destacando como lideranças política e econômica. Nesse sentido,

Num ambiente de austeridade e disciplina que se desejava instaurar nos ginásios, os alunos eram submetidos às lições, arguições orais e escritas e a uma cultura marcadamente literária consolidada nos planos de estudos e no modo de ser de seus professores, recrutados entre médicos, advogados, engenheiros, párocos, ‘homens de letras’ que reforçavam o prestígio dos estudos desinteressados (SOUZA, 2008, p. 123).

O corpo docente do Ginásio Osvaldo Cruz na década de 1930 não se diferenciava da situação acima apresentada, pois seu professorado era formado, em sua maioria, por profissionais liberais da área jurídica, engenharias, e da saúde, pois de 14 professores, três eram advogados (um era também militar, tenente), três médicos (dois eram também militares, tenentes), três engenheiros e um farmacêutico. Os outros quatro não tinham formação superior, sendo um militar (major), conforme quadro a seguir.

QUADRO 2 – CORPO DOCENTE DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ NA DÉCADA DE 1930

| Nomes de Professores do Ginásio Osvaldo Cruz | Disciplinas |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| Major Severino Ramos de Queiroz | Português |
| Alfeu Reveilleu (Engenheiro Agrônomo) | Francês |
| Cezar Caçapava (Farmácia) | Inglês |
| Antonio Alves (Advogado) | Latim |
| Argemiro Fialho (Advogado) | Geografia e História do Brasil |
| Tenente José Maria Leite Vasconcelos (Advogado) | História da Civilização e Matemática |
| Tenente Antonio de Souza Junior (Engenheiro Geógrafo) | Matemática |
| Mucio Teixeira Junior (Engenheiro Agrônomo) | Matemática e Cosmografia |
| Francisco Ferreira de Souza (Médico) | Química |
| Tenente Tertuliano Meireles (Médico) | História Natural |
| Tenente Álvaro Vital de Oliveira (Médico) | Ciências Físicas e Naturais, |
| Virgílio Alves Campos | Física |
| José Teixeira Campos | Desenho |
| João Tessitori Jr | Filosofia |

Fonte: FOLHA DA SERRA, 1934.

A predominância de profissionais liberais pode ser explicada, na medida em que, conforme Souza (2008, p. 191), os cursos de formação de professores secundaristas tiveram início nos anos de 1930, dessa forma poucos docentes até esse período eram licenciados.

Foram contratados em março de 1940 os seguintes professores: Luiz Alexandre de Oliveira (História da Civilização e Geografia) e Argemiro Arruda Fialho (Português 3^a, 4^a e 5^a séries), ambos com bacharelado em Direito; João Rosa Pires (Física e Química) e Tertuliano Meireles (História Natural), diplomados em Medicina; Caetano João Murari (Ciências Físicas e Naturais) e Agostinho Bacha (Desenho e Português 1^a e 2^a séries) com certificado de secundário, sendo o primeiro no Ginásio Anglo-Latino São Paulo.

Portanto, desse grupo de contratados passou a fazer parte do corpo docente, dois professores com formação superior na área da educação, são eles: Luiz Carlos Campitelli (Música) e Jorge Nachreiner (Matemática e Latim). O primeiro era diplomado no conservatório de música em Milão e o segundo, por sua vez, era diplomado em Ciências e Letras. Importante salientar que a maioria dos professores já trabalhava na instituição sendo o

mais antigo, Tertuliano Meirelles, que constituía o corpo docente desde 1933 (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1940).

Como se pode verificar, a maioria dos professores do Ginásio Osvaldo Cruz tinha formação em advocacia, medicina, enfermagem, agronomia e engenharia, profissões, por sua vez, consideradas de prestígio social.

Em síntese, o Ginásio Osvaldo Cruz desde sua implantação, em 1927, em Campo Grande, foi uma instituição de ensino secundário com característica propedêutica para a formação da elite, assumindo a lacuna deixada pelo poder público na referida cidade, atendendo em sua maioria, jovens do sexo masculino que aspiravam ao ensino superior e, certamente, aos cargos da administração pública.

Assim, a Instituição Osvaldo Cruz, nos fins da década de 1940, consolidou sua presença como umas das instituições de ensino, sendo uma das pioneiras da iniciativa privada a oferecer o ensino secundário no sul do Estado de Mato Grosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar o processo de implantação do ensino secundário, via Ginásio Osvaldo Cruz, no período de 1927 a 1949, em Campo Grande, Sul do estado de Mato Grosso (hoje, estado de Mato Grosso do Sul) e procurou alcançar os seguintes objetivos específicos: a) identificar as razões da presença do setor privado no oferecimento do ensino secundário em Campo Grande; b) verificar como ocorreu o processo de equiparação, ou seja, o reconhecimento oficial do Ginásio Osvaldo Cruz, no âmbito das reformas educacionais nacionais do período; c) investigar o processo de organização escolar e o papel social desempenhado pelo Ginásio Osvaldo Cruz, como instituição particular de ensino secundário, em Campo Grande.

Convém lembrar que no período imperial brasileiro (1822-1889) predominou um ensino primário baseado em um sistema de aulas régias. O ensino secundário, por sua vez, caracterizou-se pelo oferecimento de exame preparatório para o ensino superior. Foi nesse período, mais precisamente por meio do Ato Adicional de 1834, que o governo federal transferiu a responsabilidade do ensino primário para as províncias.

Nesse período, o governo federal criou em 1837 no Município Neutro (Rio de Janeiro) o Colégio Pedro II, este foi o modelo para os estabelecimentos de ensino secundário no Brasil. Com a implantação do referido estabelecimento o governo pretendeu unificar o currículo e a organização de instituições secundárias.

No que se refere à iniciativa particular, pode-se verificar que nesse período foi permitida sua presença no oferecimento do ensino secundário, porém, sob rigorosa inspeção.

As instituições particulares, em relação às públicas, predominaram quanto ao número de estabelecimentos de ensino secundário.

Nas últimas décadas do século XIX o regime monárquico foi superado pelo republicano, no entanto, manteve-se a mesma estrutura econômica, até praticamente o início dos anos de 1930.

Ao longo do período, várias reformas educacionais foram elaboradas pelo governo federal, no sentido de reestruturar e dar maior organicidade ao ensino secundário, buscando, entre outros, regulamentar o sistema de equiparação, definir critérios de regularidade, de seriação e de frequência obrigatória: Decreto nº 981 de 1890 (Reforma Benjamin Constant); Decretos nº 3.890 e 3.914 de 1901 (Reforma Epiácio Pessoa); Decretos nº 8.659 e 8.660 de 1911 (Reforma Rivadávia Corrêa); Decreto nº 11.530 de 1915 (Reforma Carlos Maximiliano) e Decreto nº 16.782-A de 1925 (Reforma João Luiz Alves, também conhecida como Lei Rocha Vaz).

Estas legislações, também, objetivaram melhorar a forma de examinar os estudantes no período republicano. Salienta-se que o Decreto nº 3.914 de 1901 foi o primeiro a estabelecer sobre os exames de admissão. Estes por meio de provas escritas e orais selecionavam os estudantes habilitados para ingressarem na 1ª série do ensino secundário.

As primeiras reformas do período republicano (Decreto 981 de 1890; Decreto 3.890 e Decreto 3914 de 1901) pretenderam substituir os exames preparatórios pelos exames de madureza, porém os exames de preparatórios foram prorrogados e continuaram sendo aplicados durante a Primeira República.

A primeira reforma republicana permitia que somente os estabelecimentos públicos fossem equiparados ao Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), e conseqüentemente, somente esses poderiam aplicar os exames de madureza, sendo esta a forma encontrada pelo governo federal para melhorar o nível do ensino secundário. Na segunda reforma (Decreto 3.914 de 1901), o sistema de equiparação foi ampliado para os estabelecimentos particulares.

Em 1911, a Reforma Rivadávia Correa (Decreto 8.659) desconsiderou radicalmente a política de equiparação adotada pelas reformas anteriores, na medida em que extinguiu a necessidade de um estabelecimento de ensino secundário modelar (Ginásio Nacional), dando mais autonomia de organização para os estabelecimentos de ensino secundário e liberdade de certificação, sem o padrão antes adotado. A referida Reforma objetivou eliminar do Ginásio Nacional a formação preparatória para o ensino superior.

O Decreto 11.530 de 1915 retomou as diretrizes das reformas de 1890 e 1901, e o Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) voltou a ser o modelo de organização escolar para as

instituições secundárias. Esta legislação possibilitava que as academias (estabelecimentos de ensino superior) organizassem comissões avaliadoras para ingresso de estudantes concluintes do ensino secundário. A referida medida foi utilizada por regiões que não contavam com a presença de nenhum Liceu para certificar os estudantes.

Em 1925, a reforma Rocha Vaz (Decreto 16.782-A de 1925) regulamentou que a seriação deveria ser obrigatória para todos os estabelecimentos de ensino secundário. Estabeleceu que a equiparação fosse exclusividade de instituições públicas, o que ocasionava a dependência dos estabelecimentos particulares, no que diz respeito à certificação dos seus estudantes.

De modo geral, nenhuma das reformas educacionais da Primeira República objetivou integrar o ensino secundário como prosseguimento do ensino primário. Outro ponto desconsiderado pelas legislações diz respeito à responsabilidade do governo federal em propiciar um ensino secundário público e gratuito. Pode-se afirmar que pouco as reformas avançaram, no sentido de organizar o ensino secundário no referido período.

No decorrer do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a primeira Reforma educacional foi elaborada na gestão do ministro Francisco Campos. O Decreto nº 21.241 de 1932 dividia o ensino secundário em dois ciclos. Este Decreto estabeleceu que as instituições particulares, depois de passar por uma rigorosa inspeção seriam reconhecidas oficialmente (equiparadas). Assim, o referido Decreto possibilitava o reconhecimento oficial de estabelecimentos públicos e particulares.

Tratando-se, ainda, dos exames, cabe salientar que a reforma Francisco Campos manteve a aplicação de exames de admissão ao ensino secundário o que ocasionava o afunilamento dos estudantes ao ensino secundário.

Pode-se afirmar que a reforma elaborada no ministério de Francisco Campos (1932) foi importante porque deu mais organicidade ao ensino secundário, por um lado, mas, por outro, não alterou o currículo enciclopédico e tampouco fez mudanças significativas para superar o papel que o ensino secundário vinha desempenhando, isto é, o de formador da elite que ingressaria no ensino superior.

O ministro Francisco Campos foi sucedido pelo ministro Capanema e no seu Ministério foi elaborada a Reforma para o ensino secundário, expressa no Decreto nº 4.244 de 1942. Esta legislação destaca-se por objetivar articular o ensino secundário com o ensino primário. A Reforma Capanema mantém a divisão em dois ciclos, mas inova quando estabelece dois tipos de instituições de ensino secundário: Ginásio e Colegial.

Com a organização política autoritária que se implantou no Brasil a partir de 1930 e que culminou em 1937, com o Estado Novo, a proposta de escola para todos, expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, não se materializou, abrindo espaço para a expansão da iniciativa privada, no campo educacional, de modo específico no ensino secundário.

No caso de Mato Grosso, um estado predominantemente rural e localizado longe dos grandes centros populacionais, a situação do ensino secundário não era diferente da maioria dos estados brasileiros, pois o Governo Estadual manteve apenas um estabelecimento de ensino secundário até 1914, denominado Liceu Cuiabano, em Cuiabá, capital do estado, o que favoreceu a implantação de estabelecimentos particulares.

O Decreto Estadual nº 265 de 1910 afirmava a liberdade de implantação de estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior pela iniciativa particular. Porém, o foco das políticas educacionais, seguindo a tendência nacional, era o combate ao analfabetismo, o que direcionava os investimentos para a educação elementar.

Em 1927 o governo de Mario Correa da Costa por meio do Decreto nº 759 (Art. 2º), estabeleceu que o poder público estadual se responsabilizasse, também, pelo ensino secundário, mas o que se percebe é o crescimento de estabelecimentos particulares, em relação a esse nível de ensino.

No sul do estado, o poder público não investiu na implantação de estabelecimentos de ensino secundário, o que favoreceu a iniciativa particular a se adiantar e assumir a crescente procura por educação dos estudantes da elite sul-mato-grossense, de modo específico, de Campo Grande.

O grupo dirigente formado pela classe dos proprietários rurais de Campo Grande, principalmente após a experiência de 1932, em que Campo Grande apoiou o movimento contra Vargas, enquanto Cuiabá manteve-se fiel ao governo, começou a se organizar em termos dos interesses econômicos e políticos dessa região (BITTAR, 2009).

Nesse sentido, diante da ausência de ginásios públicos, foi criado, por iniciativa de particulares, o estabelecimento de ensino secundário denominado Instituto Osvaldo Cruz em 1927. Em 1929 o seu primeiro proprietário e diretor, o professor Henrique Corrêa solicitou a inspeção do estabelecimento com a intenção de obter reconhecimento oficial. Diante disso, realizaram-se os primeiros exames de admissão sob a fiscalização do Inspetor Federal Dr. Jaime Ferreira de Vasconcelos e passou a denominar-se Ginásio Osvaldo Cruz.

Esse Ginásio atendia estudantes de ambos os sexos, com predominância masculina, sendo que para jovens do sexo feminino era permitida somente a opção do externato, pois o internato era exclusivo para homens.

A direção do Ginásio Osvaldo Cruz para atender às exigências da Reforma Francisco Campos (1932), após receber a concessão de inspeção preliminar, foi reformado (prédio e mobiliário) em 1937, na gestão de Enzo Ciantelli, para ampliar e melhorar o atendimento e obter do Ministério da Educação a concessão de inspeção permanente, ou seja, reconhecimento oficial para efeito de expedir certificados de habilitação, ao curso ginásial. Após cumprir as determinações do Ministério da Educação e Saúde, o Decreto Federal 14.708 de 8 de fevereiro de 1944, concedeu reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Osvaldo Cruz. O que significa que o ensino ginásial, considerado excelência à época, dessa instituição particular, localizada no sul do estado de Mato Grosso, passa a ter “o valor do ensino oficial” (CURY, 2009).

No ano de 1948, na gestão de Luiz Alexandre de Oliveira foi solicitada a elevação do Ginásio Osvaldo Cruz para Colégio, no âmbito da Reforma Capanema. Sendo assim, pelo Decreto Federal nº 26.402 de 24 de fevereiro de 1949, o Ginásio foi autorizado a funcionar como Colégio e foi concedido o reconhecimento, aos cursos clássico e científico, sob regime de inspeção preliminar.

Este estabelecimento de ensino secundário desde sua implantação até 1949 era constituído de um corpo docente, seguindo a tendência nacional, formado, predominantemente, por professores do sexo masculino, sendo que a maioria tinha formação em advocacia, medicina, enfermagem, agronomia e engenharia.

Pode-se dizer que o Ginásio Osvaldo Cruz, em Campo Grande, sul de Mato Grosso, cumpriu o papel de formar os jovens sul-mato-grossenses que aspiravam ao ensino superior, levando-se em consideração que os seus egressos foram admitidos em vários cursos superiores do país como Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia, Contador, Filosofia, Letras, Normalista, Agronomia, Veterinária, Agronomia e Medicina, ou seja, cursos, em sua maioria, que formam para profissões consideradas tradicionalmente de prestígio.

O Colégio Osvaldo Cruz, instituição escolar reconhecida pela sociedade em razão de sua tradição, resistiu ao tempo e ofereceu a população sul-mato-grossense, conforme a legislação vigente nos diferentes períodos, ensino nos níveis ginásial e colegial, ou ensino de primeiro e segundo graus, ou ainda ensino fundamental e médio, até 2008, quando seus administradores encerraram as atividades do estabelecimento de ensino.

As questões referentes ao ensino secundário e ao Ginásio Osvaldo Cruz, priorizadas nesta dissertação não foram exauridas e poderão ser retomadas em futuras pesquisas. Por exemplo, há outros estabelecimentos de ensino secundário, particulares, que foram criados no mesmo período deste estudo, ou seja, o Colégio Dom Bosco que tem sua origem no Instituto Pestalozzi (1917), assim como o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1926), mais voltado para o público feminino, que poderiam ser estudados. Ainda há muito a se investigar no que diz respeito à história das instituições escolares, no âmbito das políticas educacionais, principalmente quando se trata de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Claudia Maria Costa. **Militares e Ensino Secundário no Século XIX**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2., 1998, São Paulo, p. 2 e 3.
- AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação laica e da Educação Católica na cidade de Pelotas (Décadas de 1930 a 1960)**. 2003, 338. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. As Instituições Escolares na Primeira República: ou os Projetos Educativos em Busca de Hegemonia. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, p. 95-123, 2007.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória**. Campo Grande: UFMS, 2006.
- AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. Rio de Janeiro: Biblioteca de Educação/MEC, 1976, p. 96-97.
- BITTAR, Marisa. **Dos campos grandes à capital dos ipês**. Campo Grande: Editora Alvorada, 2004.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**. Campo Grande: UFMS, 2009. 2 v.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande. In: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, p.169-194, 1999.
- BRAGA, Paulo Henrique Azuaga. **A disciplina educação física no Maria Constança: Expressões da Cultura Escolar no período de 1954 - 1964**. 2006, 94. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

- BRITO, Claudia Regina. **“Escola de Japoneses”**: Educação e Etnicidade em Mato Grosso do Sul. 1997, 163. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.
- BRITO, Silvia Helena Andrade. **Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. 2001, 393. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. In: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, p. 27-62, 1999.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **100 anos do Legislativo de Campo Grande (1905 a 2005)**. Campo Grande: Gibim, 2005.
- CARDOSO, Maria Angélica. **O ensino de história nas séries iniciais do ensino de primeiro grau na escola Maria Constança Barros Machado (1977-2002)**. 2006, 164. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: II – evolução política (1889 – 1930)**. 4ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.
- CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das instituições escolares: final do império e primeira República no Brasil. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, p. 39-57, 2007.
- CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.
- CORRÊA, Valmir Batista. **Estudos Regionais**. Corumbá: UFMS, 1981.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Hist. e Geogr. Brasileiro, [s/d].
- CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **O Imperial Collegio de Pedro II: e o Ensino Secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar. **A Educação nas Constituintes Brasileira: 1823 – 1988**. São Paulo: Autores Associados, 1996, p. 69-107.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania Republicana e Educação: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 319 p.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009.
- DODSWORTH, Henrique. **Cem Anos de Ensino Secundário no Brasil (1826 – 1926)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GINÁSIO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – 1927. In: ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Edifícios Escolares em Campo Grande no Século XX**. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acessado em: 20 de maio de 2009.

GINÁSIO OSVALDO CRUZ NA DÉCADA DE 1920. In: ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Edifícios Escolares em Campo Grande no Século XX**. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acessado em: 20 de maio de 2009.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande em 1922**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004.

GONÇALVES, Arlene da Silva. **Os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho em Campo Grande, Sul do Estado (1920-1950)**. 2009, Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

GONÇALVES, Arlene da Silva; Regina Tereza Cestari de Oliveira. **Iniciativa de Modernização Escolar em Mato Grosso: Grupos Escolares e formação docente- o sul do estado-(1910-1950)**. Série-Estudos (UCDB), v. 1, p. 171-191, 2008.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul: história dos municípios**. Campo Grande: Instituto Geográfico e Histórico, 1999.

HORTA, José Silvério Baía. A Constituinte de 1934: Comentários. In: FÁVERO, Osmar. **A Educação nas Constituintes Brasileira: 1823 – 1988**. São Paulo: Autores Associados, 1996, p. 139-152.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **A Instrução Pública Primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 – 1927**. 1998, 191. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

LOPES, Ivone Goularte. **Asilo Santa Rita de Cuiabá: Releitura da Práxis Educativa Feminina Católica (1890-1930)**. 2002, 198. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

MACHADO, Paulo Coelho. **A Rua Velha**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.

MARCÍLIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MIRANDA, Marisa Santos. **Texto e contexto: educação e presença alemã no sul de Mato Grosso - 1920 a 1934**. 2001, 171. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2001.

MANFROI, José. **A missão salesiana e a educação em Corumbá: 1899 - 1996**. 1997, 212. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação: uma contribuição à nação das instituições**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

MORAIS, Manuel Joaquim de. **Relatório apresentado à Câmara Municipal de Campo Grande, em 2 de janeiro de 1929**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007.

MORAIS, Rosana Sant'Ana de. **A história da disciplina língua espanhola expressa nas leis e na cultura escolar do Colégio "Maria Constança" em Campo Grande-MT (1953-1961)**. 2007, 150. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As Pesquisas sobre Instituições Escolares: O Método Dialético Marxista de Investigação. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo: UNINOVE. n. 2, v. 7, 351 – 368, jul./dez. 2005.
- NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED. n. 14, p. 35-60, mai./jun./jul./ago. 2000.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **A Educação Escolar Pública no Sul do Estado de Mato Grosso: o processo de implantação e de organização dos grupos escolares (1910-1940)**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia/MG: Ed. UFO, 2006. v. 1. p. 5869-5880.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari; GONÇALVES, Arlene da Silva. Iniciativas de modernização escolar em Mato Grosso: grupos escolares e formação docente (1910-1950). In: **Série – Estudos: periódico do mestrado em Educação da UCDB**. N.25, jan./jun. Campo Grande: UCDB. p.171-191.
- PÓVOAS, Lenine C. **Cuiabá de Outrora**. Cuiabá: Editora Resenha, 1971.
- RAHE, Marta Banducci. **A disciplina língua inglesa e o “sotaque norte-americano” uma investigação das práticas docentes no Maria Constança**. 2006, 130. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- RANZI, Serlei Maria Fischer. O Espaço Compartilhado do Ginásio Paranaense e a Cosntrução da Idéia da Escola como “um lugar”. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, p. 193-208, 2007.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 14ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e Modernidade na Educação: o Processo Constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- ROCHA, Adriana Alves de Lima. **Pesquisas em História da Educação: o Livro Didático como fonte**. 2007, 93. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.
- RODRIGUES, José Barbosa. **História de Campo Grande**. São Paulo: Editora Resenha Tributária LTDA, 1980.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 23 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.
- SÁ ROSA, Maria da Glória. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.
- SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (orgs). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas: Autores Associados (SHBE), 2000.
- SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, p. 75-94, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do “Longo Século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval e et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, p. 11 a 57, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, p. 3-29, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SOUSA, Guimarães Valadares de. **O Papel Social do Ginásio Manuel Borba em Goiana – PE: Alternativa Local de Ensino Secundário para Rapazes (1947/1961)**. 2005, 307. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de Reforma: legislação educacional no Brasil – Império e República**. Brasília: Liber Livro, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931 – 1961)**. Campinas: Papyrus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

ZANELLI, Maria Inês. **A Criação do Liceu Cuiabano e a Formação dos Intelectuais no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

DOCUMENTOS (Leis, Decretos, Regulamentos, Mensagens, Relatórios, Atas e Ofícios)

BRASIL. **Constituição de 10 de Novembro de 1937**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de março de 2009.

BRASIL. **Decreto de 2 de Dezembro de 1837. Converte o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de abril de 2009.

BRASIL. **Decretos nº 981 de 8 de novembro de 1890 Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acessado em: 28 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acessado em: 28 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901a Aprova o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negocio Interiores**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 3.914, de 26 de Janeiro de 1901b Aprova o regulamento para o Gymnasio Nacional**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911a Approva a Lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica.** Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 8.660, de 5 de Abril de 1911b Approva o regulamento para o Collegio Pedro II.** Disponível em Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior da Republica.** Disponível em Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 16.782, de 13 de Janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.** Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.** Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de março de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 21.241 de 4 de Abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências.** Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de março de 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei 4.244 de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.** Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de março de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 14.708 de 8 de fevereiro de 1944 da Divisão de Ensino Secundário.** Rio de Janeiro, DF, 1944.

BRASIL. **Decreto nº 26.402 de 24 de fevereiro de 1949.** Autoriza o Ginásio Oswaldo Cruz com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, a funcionar como colégio. Rio de Janeiro, DF, 1949.

BRASIL. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** Brasília, DF, 1932. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

BRASIL. **Oficio 0447 de 12 de março de 1943 da Divisão de Educação Física.** Rio de Janeiro, DF, 1943.

BRASIL. **Oficio E 1548 de 17 de setembro de 1943 do Diretor da Divisão do Ensino Comercial.** Rio de Janeiro, DF, 1943.

BRASIL. **Oficio s/n de 14 de outubro de 1943 da Divisão de Ensino Secundário.** Rio de Janeiro, DF, 1943.

BRASIL. **Oficio s/n de 28 de setembro de 1948, Gabinete do Ministro.** Rio de Janeiro, DF, 1948.

CAMPO GRANDE. **Acta da sessão ordinária da Camara Municipal de Campo Grande.** Campo Grande, MS, p. 22, 23, 40, 41 e 43, 7 de fevereiro de 1927.

GINÁSIO OSVALDO CRUZ. **Relatório de novembro de 1939.** Campo Grande, 1939.

LEI PROVINCIAL nº 8 de 5 de maio de 1837. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso.** São Paulo: Autores Associados, 2000.

LEI PROVINCIAL nº 15 de 4 de julho de 1873. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

LEI REGULAMENTAR do Ensino Público e Particular da Província de Mato Grosso de 26 de maio de 1875. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

MATO GROSSO. **Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896. Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso**. In: APMT - Leis e Decretos de 1893 a 1896, Livro nº 4, p. 66-100. Cuiabá, 20 de junho de 1896.

MATO GROSSO. **Decreto nº 265 de 22 de outubro de 1910. Regulamento Geral da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso**. In: APMT - Leis e Decretos de 1893 a 1896, Livro nº 213, p. 119 - 153. Cuiabá, 22 de outubro de 1910.

MATO GROSSO, **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques à Assembléia Legislativa** em 13 de maio de 1913, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 060 planilha, fotogr. 51. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Cuiabá, 1913.

MATO GROSSO, **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dom Francisco de Aquino Corrêa à Assembléia Legislativa** em 7 de setembro de 1919, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 060 planilha, fotogr. 32, 34, 35 e 38. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Cuiabá, 1919.

MATO GROSSO, **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dom Francisco de Aquino Corrêa à Assembléia Legislativa** em 7 de setembro de 1920, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 60, fotograma 35 a 40 Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Cuiabá, 1920.

MATO GROSSO, **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Mario Corrêa à Assembléia Legislativa** em 13 de maio de 1929, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 055 planilha, fotogr. s/n. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB,. Cuiabá, 1929.

MATO GROSSO. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller interventor federal em Mato Grosso** em 13 de junho de 1940, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 063 planilha, fotogr. 15. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Cuiabá, 1940.

REGULAMENTO da Instrução Público da Província de Mato Grosso de 13 de fevereiro de 1878. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

REGULAMENTO da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso de 04 de março de 1880. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

JORNAIS

CORREIO DO ESTADO. **Prédio de escola é tombado**. Campo Grande, s/nº, 31 de outubro de 1997.

CORREIO DO SUL. **Instituto Pestalozzi**. Campo Grande, n. 623, ano IX, 8 de janeiro de 1925.

FOLHA DA SERRA. **A Instrução em Campo Grande**. Campo Grande, s/nº, s/mes de 1933.

FOLHA DA SERRA. **Internato <<OSWALDO CRUZ>>**. Campo Grande, s/nº, agosto de 1933.

GAZETA DO COMMERCIO. **Gymnasio Campo Grande**: A maior organização escolar de Matto Grosso – todos os cursos são reconhecidos. Três Lagoas, nº 299, 16 de janeiro de 1927.

JORNAL DO COMMERCIO. **Ginásio <<OSWALDO CRUZ>> e Curso Comercial <<CARLOS DE CARVALHO>>**. Campo Grande, [s/nº], [s/ano], 8 de novembro de 1940.

JORNAL DO COMMERCIO. **O Instituto Oswaldo Cruz**. Campo Grande, 20 de janeiro 1944, p. 1.

JORNAL DO SUL. **Caravana Estudantina do Ginasio <<Oswaldo Cruz>>**. Aquidauana, nº 80, 16 de novembro de 1941.

O PROGRESSISTA. Festividade das diplomadas do Colégio N. S. Auxiliadora. Campo Grande, nº 658, ano IX, 8 de novembro de 1940.

O MATTO-GROSSO. **O Lyceu Cuiabano é novamente equiparado**. Cuiabá, Ano XXXI, nº 1651, p. 2, 4 de março de 1920.

Sites da Internet consultados:

www.ibge.br

www2.camara.gov.br

www.potyguar.com.br

www.sulmatogrossense.com.br/governadores